

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA DE GOVERNO FIOCRUZ
GERÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

Alan Raymison Tavares Rabelo

O TERRITÓRIO DA SABIAGUABA E A CONSTRUÇÃO DA VIGILÂNCIA
POPULAR EM SAÚDE E AMBIENTE

Brasília
2023

Alan Raymison Tavares Rabelo

O TERRITÓRIO DA SABIAGUABA E A CONSTRUÇÃO DA VIGILÂNCIA
POPULAR EM SAÚDE E AMBIENTE

Trabalho de Dissertação apresentada a ao Programa de Pós-Graduação – Stricto Sensu Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde da Escola de Governo da Gerência Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Políticas Públicas em saúde na área de Saúde, Ambiente e Trabalho.

Orientadora: Dra. Juliana Wotzasek Rulli Villardi

Coorientador: Dr. Fernando Ferreira Carneiro

Brasília
2023

R114t Rabelo, Alan Raymison Tavares.
O território da Sabiaguaba e a construção da vigilância popular em saúde e ambiente / Alan Raymison Tavares Rabelo. -- 2023.
188 f. : il.color, fotos, mapas.

Orientadora: Juliana Wotzasek Rulli Villardi.
Coorientador: Fernando Ferreira Carneiro.
Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde) -
Fundação Oswaldo Cruz, Gerência Regional de Brasília, Escola de Governo
Fiocruz Brasília, Brasília, DF, 2023.
Bibliografia: f. 172-181.

1. Saúde Pública. 2. Vigilância em Saúde Pública. 3. Monitoramento
Epidemiológico. 4. Sistema de Vigilância em Saúde. 5. Saúde Ambiental. I.
Título.

CDD 614

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Livia Rodrigues Batista - CRB-1/3443
Biblioteca Fiocruz Brasília

Alan Raymison Tavares Rabelo

O TERRITÓRIO DA SABIAGUABA E A CONSTRUÇÃO DA VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE E AMBIENTE.

Dissertação apresentada à Escola de Governo Fiocruz como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas em Saúde, na linha de pesquisa Vigilância e Gestão em Saúde.

Aprovado em 23/03/2023.

BANCA EXAMINADORA

pl Juliana Prof.
Dr.(a) Juliana Wotzasek Rulli Villardi- Orientadora - Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília

pl Juliana Prof.
Dr.(a) Fernando Ferreira Carneiro - Coorientador(a) - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará

pl Juliana Prof.
Dr.(a). André Luiz Dutra Fenner – Membro Interno - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília

pl Juliana Prof.
Dr.(a).Guilherme Franco Netto – Membro Externo - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Rio de Janeiro

pl Juliana Prof.
Dr.(a).Alexandre Pessoa Dias - Suplente - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao Levante Popular da Juventude e a todos que dedicaram sua vida à luta por uma sociedade mais justa e igualitária. A todos os militantes dedicaram-se à preservação da Sabiaguaba e das tradições do seu povo.

AGRADECIMENTOS

Ao Levante Popular da Juventude, por seus 11 anos de história e dedicação em construir uma sociedade longe das injustiças e espaço no qual, nesse período, dediquei meu espírito e aprendi sobre a luta e a resistência popular;

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que me ensinou o poder da esperança e a força do povo mais humilde;

À Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), pela sua defesa da ciência, por acreditar nos movimentos sociais, e na mudança através da educação e dos espaços formativos;

À minha família, em especial minha mãe Nilane e minha avó Eliene, por me ensinarem o valor da solidariedade, do amor e pelo esforço em dar-me uma educação que me ensinou a pensar;

À minha companheira Raquel Garcia, pelo companheirismo, pelo carinho e paciência ao longo desses anos e por me ensinar o valor do amor;

A todos do PSAT, por acreditarem e construírem um conhecimento compartilhado com os movimentos sociais;

Às colegas do NAE Nísia Floresta, por estarem comigo durante todo o percurso do mestrado repensando teorias e construindo novas formas de produzir conhecimentos;

Aos meus amigos Leandro Araújo, Ana Paula, Ivandro por me escutarem nos momentos difíceis, colaborarem com as reflexões e estarem sempre presentes nesse percurso muitas vezes solitário que é a escrita acadêmica.

*Na comunidade da Sabi
o sol nasce mais cedo
e as pessoas ficam por ali
ativando o dia inteiro.*

*Nada me separa da Sabi
pois aqui que eu nasci
nunca vou esquecer daqui.*

*Posso estar bem longe
em qualquer lugar.
Mas meu sangue é cearense
gente forte é daqui.*

*Eu tentarei seguir minha vida assim
Conquistando objetivo sem ninguém para impedir
Eu tentarei seguir minha vida assim
Conquistando objetivo sem ninguém para impedir*

*Distante beleza perdida no mapa
num lugarzinho escondido.
Distante beleza perdida no mapa
num lugarzinho escondido.*

*A Sabiaguaba, a Sabiaguaba, a Sabiaguaba
Na Sabiaguaba, a Sabiaguaba, a Sabiaguaba
A Sabiaguaba, a Sabiaguaba, a Sabiaguaba
Na Sabiaguaba, a Sabiaguaba, a Sabiaguaba*

*Esse é o meu lugar!
(Del Brando)*

RESUMO

A Sabiaguaba se localiza no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, e vem sofrendo com impactos sociais e ambientais que aprofundam problemáticas de saúde e ambiente na região. Cercada por áreas de proteção ambiental, conta com rica beleza natural e é povoada por uma comunidade guardiã da biodiversidade e com intensa relação com a natureza. Dentro desse contexto, ações de Vigilância Popular em Saúde são construídas como forma de produzir saúde e garantir a preservação socioambiental do território. Este estudo busca analisar a Vigilância Popular em Saúde e Ambiente como estratégia de enfrentamento aos conflitos ambientais no território da Sabiaguaba. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e analítico com uma abordagem qualitativa das informações que utilizou a entrevista semiestruturada e o diário de campo como formas de coleta. A análise foi baseada na Análise do Conteúdo. Cinco lideranças comunitárias da Sabiaguaba foram entrevistadas na pesquisa. Os resultados da pesquisa apontam que a Sabiaguaba imprime uma forma de vida diferente dos demais bairros de Fortaleza, mesclando formas de vida urbanas e rurais que criam um sentimento de pertencimento ao território.

Palavras-chave: Território; Vigilância em Saúde; Vigilância Popular em Saúde.

ABSTRACT

Sabiaguaba is located in the Municipality of Fortaleza, State of Ceará, and has been suffering from social and environmental impacts that deepen health and environmental problems in the region. Surrounded by areas of environmental protection, it has rich natural beauty and is populated by a community that protects biodiversity and has an intense relationship with nature. Within this context, Popular Health Surveillance actions are built as a way to produce health and guarantee the socio-environmental preservation of the territory. This study seeks to analyze the Popular Surveillance in Health and Environment as a strategy to face environmental conflicts in the territory of Sabiaguaba. This is an exploratory, descriptive and analytical study with a qualitative approach to the information that used semi-structured interviews and field diaries as collection methods. The analysis was based on Content Analysis. Five community leaders from Sabiaguaba were interviewed in the survey. The research results indicate that Sabiaguaba imprints a different way of life from other neighborhoods in Fortaleza, mixing urban and rural ways of life that create a feeling of belonging to the territory.

Key words: Territory; Health Surveillance; Popular Surveillance in Health.

RESUMEN

Sabiaguaba está ubicada en el Municipio de Fortaleza, Estado de Ceará, y viene sufriendo impactos sociales y ambientales que profundizan los problemas ambientales y de salud en la región. Rodeada de áreas de protección ambiental, posee una rica belleza natural y está poblada por una comunidad que protege la biodiversidad y tiene una intensa relación con la naturaleza. En ese contexto, las acciones de Vigilancia Popular en Salud se construyen como una forma de producir salud y garantizar la preservación socioambiental del territorio. Este estudio busca analizar la Vigilancia Popular en Salud y Medio Ambiente como estrategia para enfrentar los conflictos ambientales en el territorio de Sabiaguaba. Se trata de un estudio exploratorio, descriptivo y analítico con abordaje cualitativo de la información que utilizó como métodos de recolección entrevistas semiestructuradas y diarios de campo. El análisis se basó en el Análisis de Contenido. En la encuesta se entrevistó a cinco líderes comunitarios de Sabiaguaba. Los resultados de la investigación indican que Sabiaguaba imprime una forma de vida diferente de otros barrios de Fortaleza, mezclando formas de vida urbanas y rurales que crean un sentido de pertenencia al territorio.

Palabras clave: Territorio; Vigilancia de la salud; Vigilancia en Salud Popular

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA Área de Proteção Ambiental de Sabiaguaba

APS Atenção Primária em Saúde

CGS Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba

CNVS Conferência Nacional de Vigilância em Saúde

CONASEMS Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

CONASS Conselho Nacional de Secretários de Saúde

DER Departamento de Estradas de Rodagem

DPU Defensoria Pública da União

DSS Determinantes Sociais em Saúde

MRSB Movimento da Reforma Sanitária Brasileira

OMS Organização Mundial em Saúde

PNMDS Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba

PNPS Política Nacional de Promoção da Saúde

PSOL Partido Socialismo e Liberdade

SEUMA Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente

SUS Sistema Único de Saúde

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UAPS Unidades de Atenção Primária à Saúde

UBS Unidade Básica de Saúde

UPI Unidade de Proteção Integral

VS Vigilância em Saúde

VSA Vigilância em Saúde Ambiental

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Mapa da Cidade de Fortaleza com destaque em amarelo para o bairro da Sabiaguaba.	43
Figura 2: Localização do Bairro Sabiaguaba na cidade de Fortaleza/CE.	54
Figura 3: Localização da Unidade de Proteção Integral Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba (PNMDS) e a Área de Proteção Ambiental da Sabiaguaba (APA-Sabiaguaba)	57
Figura 4: Sinalização dos núcleos populacionais Jaçanã e Verde é vida.	67
Figura 5: Rua Sabiaguaba inundada pelas águas da Lagoa da Precabura, ponte que passa por cima do braço da lagoa também está submersa	81
Figura 6: Atual Prefeito de Fortaleza caminha vereadores e moradores da Sabiaguaba	82
Figura 7: Imagem da Ponta da Sabiaguaba do ano de 2021.	89
Figura 8: Imagem de um panfleto convidando para um protesto em frente a Duna da Baleia em 2014.	95
Figura 9: CE 010 invade a Duna da Baleia.	96
Figura 10: Manifestação contra a construção da CE 010.	98
Figura 11: Palhas de Coqueiro são depositados nas dunas da Sabiaguaba.	100
Figura 12: CE 010 invade a Duna da Baleia.	101
Figura 13: Proposta de Ecoduto para resolução da problemática ambiental da Duna da Baleia	103
Figura 14: Foto da Lagoa da Precabura	105
Figura 15: Registro de uma visão de satélite da Lagoa da Precabura	108
Figura 16: Limpeza da Lagoa da Precabura	111
Figura 17: Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba	112

Figura 18: Barracas construídas de forma tradicional no local que hoje é o centro gastronômico.	115
Figura 19 Imagem do Projeto do Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba	117
Figura 20: Construção da CE 010 nas imediações da Sabiaguaba, próximo à rua Jaçanã	119
Figura 21: Queimada registrada no PNMDS.	121
Figura 22: Mapa de evolução temporal do PNMDS nos anos 2007 e 2017	122
Figura 23: Construção dentro do PNMDS e posteriormente demolida pela AGEFIS	124
Figura 24: Educandos da Biblioteca Comunitária Sabiá em trilha na Mata do Miriú.	147
Figura 25 Atividade de Limpeza da Duna promovida pelo Coletivo Sabiá	148
Figura 26: Trator da Defesa Civil destruindo mata ciliar na comunidade “Verde é Vida”	150
Figura 27: Limpeza da Lagoa da Precabura	153
Figura 28: Comunicação para o cadastramento de vacinação da Covid-19 feita pelo Coletivo Sabiá	155

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 JUSTIFICATIVA	21
2 OBJETIVOS	23
2.1 OBJETIVO GERAL:	23
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	23
3 REFERENCIAL TEORICO	24
3.1 JUSTIÇA AMBIENTAL, CONFLITOS AMBIENTAIS E SAÚDE	24
3.2 VIGILÂNCIA EM SAÚDE E VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE	28
3.2.1 Vigilâncias em saúde: um pouco de história	28
3.3.2 Vigilância em saúde no brasil	29
3.3.3 Vigilância Popular em Saúde	33
3.3 PROMOÇÃO DA SAÚDE	36
4 METODOLOGIA	41
4.1. DESENHO DA PESQUISA	41
4.2. PERÍODO DO ESTUDO E LOCAL DE ESTUDO	42
4.3. POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO	44
4.4 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	44
4.4.1 Instrumentos de Coleta de Dados	44
4.4.2 Procedimentos de coleta de dados	46
4.5 ANÁLISE DOS DADOS	47
4. 6 ASPECTOS ÉTICOS	48
4.7 RISCOS E BENEFÍCIOS	49

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
5.1 O TERRITÓRIO DA SABIAGUABA E SUA POPULAÇÃO	51
5.1.1 A relação entre população e o território da Sabiaguaba	59
5.2 VIDA E ADOECIMENTO: COMPREENSÃO DAS LIDERANÇAS SOBRE O PARADIGMA SAÚDE-DOENÇA NA SABIAGUABA.	64
5.3 CONFLITOS AMBIENTAIS DA SABIAGUABA E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE	87
5.3.1 Ponte Sobre o Rio Cocó	88
5.3.2 Construção da CE-010	92
5.3.3 CE 010 invade a Duna da Baleia	96
5.3.4 Poluição da Lagoa da Precabura	104
5.3.5. Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba	111
5.3.6. Desmatamento e queimadas	117
5.3.7 Especulação imobiliária, construções irregulares e o loteamento na Mata do Miriú	121
5.4 VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE NA SABIAGUABA E AS ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE: AÇÕES, ATORES, MOBILIZAÇÃO E EFETIVIDADE.	130
5.4.1 Os movimentos de luta da Sabiaguaba contra os conflitos ambientais	131
5.4.2 Quais as ações de resistência frente aos conflitos socioambientais na Sabiaguaba e sua relação com a Vigilância Popular em Saúde e Ambiente	137
5.4.2.1 Os princípios da experiência no território da Sabiaguaba	137
5.4.2.2 Ações de Vigilância Popular em Saúde no Território	145
5.4.2.3 As formas de mobilização do território da Sabiaguaba	158
5.4.3 A efetividade das ações de resistência na Sabiaguaba	161
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	172

APÊNDICES	182
APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	182
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(TCLE)	183
APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS EDUCACIONAIS E DE PESQUISA	187

1 INTRODUÇÃO

A Saúde Pública e a Vigilância em Saúde acompanharam o desenvolvimento dos paradigmas do processo saúde-doença. No século XIX, em conjunto com a urbanização e industrialização promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo se construíram ações de vigilância epidemiológica e classificação de doenças, uma proposta de controle que era justificada pela necessidade de reduzir a mortalidade e garantir a reprodução da força de trabalho. Suas ações eram realizadas através do formato de campanhas e valorizavam o contexto focal, padronizando informações como a nomenclatura das doenças e a organização de Sistema de Vigilância em Saúde Pública com dados de censos que traziam dados de causa da morte, idade, sexo, ocupação e localidade (1).

A Vigilância Epidemiológica passou a ser reconhecida como fundamental e amplamente difundida pela OMS. Em 1968, na 21ª Assembleia Internacional da OMS, o conceito Vigilância Epidemiológica foi ampliado para Vigilância em Saúde Pública, para adicionar outros tipos de adoecimento que não fossem vinculados a doenças transmissíveis, além do uso da informação epidemiológica para o planejamento, implementação e avaliação do controle de doenças (2); (1). Tornou-se parte importante, no final do século XX, com necessidade emergente de uma nova organização econômica-social-política, a globalização, caracterizada pela troca intensa de pessoas e mercadorias que também fundamentaram organismos internacionais de Vigilância em Saúde.

No Brasil a construção do Sistema de Vigilância em Saúde é induzida pelo desenvolvimento da Reforma Sanitária e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS). O surgimento dessas ações no Brasil tinha ênfase no método epidemiológico, controle e prevenção de doenças, a partir dos marcos de higiene e microbiologia utilizados pelas campanhas

sanitárias organizadas pelo Governo Federal (2). Com características rurais até os anos 1950, o Brasil passou por profundas mudanças, após o intenso processo de urbanização nos anos 60-70 do século passado. A modificação na organização da sociedade também ocasionou uma transição epidemiológica. Demandas comerciais e sociais impulsionaram uma reforma nas políticas de saúde que incorporou a vigilância em saúde. (1)

Foi somente no fim dos anos 70 que iniciaram no âmbito acadêmico as críticas ao modelo assistencial preventivo, que foi fortalecido pelas lutas por democracia e contra a ditadura militar e culminou no Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB). A construção dessa articulação promoveu os debates na VIII Conferência Nacional de Saúde e a definição do Conceito Ampliado de Saúde presente na Constituição de 88 e no SUS (1).

A lei 8080 de 1990 reafirma a descentralização da vigilância epidemiológica fortalecendo ações de conhecimento, detecção ou prevenção de determinantes e condicionantes de saúde para implementação de medidas de controle e prevenção de doenças. Entretanto, o termo “Vigilância em Saúde” em substituição a Vigilância Epidemiológica só foi ser implementado como definição de estado em 2004 através da Portaria ministerial n.1172. O documento traz o conceito de Vigilância em Saúde, sendo: a vigilância de doenças transmissíveis, vigilância de doenças e agravos não transmissíveis e de seus fatores de risco, vigilância ambiental em saúde e vigilância da situação de saúde. Em 2009 através do Pacto pela Saúde, que tinha como objetivo fortalecer a descentralização, foi renovada a compreensão sobre Vigilância em Saúde através da Portaria Ministerial n. 3252 que define as ações de Vigilância em Saúde em: Vigilância Epidemiológica, Promoção de Saúde, Vigilância da Situação de Saúde, Vigilância em Saúde Ambiental, Vigilância em Saúde do Trabalhador, Vigilância Sanitária (3).

As questões ambientais e suas contradições promoveram intenso debate mundial nas décadas 1980 e 1990 e fundamentam uma relação entre o impacto do ambiente e a saúde

humana. A sistematização desses debates originou a articulação de um campo do conhecimento e práticas de intervenção em saúde coletiva chamado “Saúde e Ambiente”. No fim da década de 90 iniciou-se a construção da Vigilância em Saúde Ambiental no Brasil (VSA) a partir da necessidade e importância cada vez maior de estudos sobre a relação saúde e ambiente no contexto de doença e agravos não transmissíveis, da preocupação de riscos sanitários com olhar da exposição humana a situações ambientais, além de contribuição para ações de promoção da saúde e redução da mortalidade. (4).

Essa relação saúde-ambiente, tornou-se cada vez mais importante devido ao crescente número de conflitos ambientais e a produção cada vez maior de injustiça ambiental. A compreensão de justiça ambiental engloba o direito à terra, aos alimentos saudáveis, a democracia, a cultura e as tradições, logo, vai além das implementações de saneamento e da contaminação ambiental por poluentes sendo ligada a uma construção de justiça (5).

O contexto de injustiças ambientais, do domínio político do estado por conglomerados econômicos, da falta de políticas públicas e de anseio de territórios e movimentos sociais por ações de participação na garantia de direitos e construção de políticas públicas de saúde que vem sendo elaborado o campo de atuação Vigilância Popular em Saúde (6). A Vigilância Popular se apresenta não com a intenção de sobrepor a política estatal de vigilância, mas como forma de ampliação da participação comunitária da vigilância, hoje, praticamente inexistente no SUS.

Essas ações de Vigilância Popular em Saúde atuam nos vários campos da Vigilância: epidemiológica, saúde do trabalhador, sanitária e ambiental, fortalecendo a compreensão de um só processo de vigilância, mas deixando as especificidades de cada área. A Vigilância Popular em Saúde e Ambiente (ou saúde ambiental) também está presente no arcabouço dessas ações. Processos como os de Piquiá de Baixo (MA) e Santa Cruz (RJ) que mobilizaram pessoas para monitoramento popular da qualidade do ar por conta da poluição das

siderúrgicas e a exposição humana são possibilidades da potencialidade dessas ações no campo ambiental e da saúde coletiva (7).

A Sabiaguaba se localiza no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, e que desde a década de 80 vem sofrendo com impactos sociais e ambientais que aprofundam problemáticas de saúde e ambiente na região. Cercada por duas áreas de proteção ambiental, conta com rica beleza natural; praia, rio, mangue, dunas; além de ser povoada também por uma comunidade tradicional guardiã da biodiversidade e das tradições de uma vida com intensa relação com a natureza.

O território vem passando nas últimas décadas por conflitos socioambientais promovidos por órgãos governamentais, pela ocupação irregular de seus territórios e pela especulação imobiliária, como: a construção da Ponte da Sabiaguaba, que o percurso do rio e impactou diretamente a comunidade tradicional; a construção da CE 010, que destruiu grande área verde, além de ser construída em cima da Duna da Baleia; e a possível construção de um empreendimento de casas em cima de uma Área de Proteção Ambiental (APA), que mobilizou a comunidade e a cidade de Fortaleza.

A Vigilância Popular em Saúde e Ambiente tem se apresentado como uma possibilidade para compreendermos a resistência do território da Sabiaguaba aos diversos conflitos ambientais. A comunidade da Sabiaguaba tem se auto-organizado para garantir os direitos à vida, educação, saúde e à natureza, através de coletivos e associações. Neste contexto, surge como pergunta geradora da pesquisa a frase: Como a Vigilância Popular em Saúde e Ambiente pode ser utilizada como uma estratégia de enfrentamento aos conflitos ambientais no território da Sabiaguaba?

1.1 JUSTIFICATIVA

O território da Sabiaguaba é uma área localizada na cidade de Fortaleza permeada de conflitos ambientais, mesmo com a presença das Áreas de Proteção Ambiental (APA) e do Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba (PNMDS), sofrendo ataques principalmente da especulação imobiliária e de obras estatais.

A quantidade de conflitos ocorridos nos locais e a importância em sua relação ecológica e social com a comunidade e com a cidade de Fortaleza faz com que lideranças comunitárias, por meio da organização popular, em diálogo com outras organizações da sociedade civil realizem o enfrentamento às injustiças ambientais, atuando em diversos formatos e frentes em defesa da vida e do território, produzindo um processo ativo de vigilância popular.

A Vigilância em Saúde no Brasil tem reproduzido um modelo pouco participativo, centrado em dados epidemiológicos, na doença, apesar dos diversos avanços produzidos nas últimas duas décadas. Desta forma, pouco estimula a participação popular, a articulação com outros setores do estado e com a própria Promoção da Saúde. Logo, reconstruir um modelo popular de vigilância em saúde torna-se primordial para se pensar a produção de vida de forma coletiva e pautada na justiça social numa relação saudável entre seres humanos e a natureza.

A Vigilância Popular em Saúde (6), (8), Vigilância Participativa (9), Vigilância Emancipatória (10), Vigilância Civil (11) tem sido tema recorrente em periódicos nos últimos anos, em especial, a partir de 2020. A pandemia de Covid-19 demonstrou a dificuldade de uma vigilância clássica ou tradicional de dialogar e apresentar caminhos concretos para a diversidade de territórios e da população brasileira. Emergiram experiências em vários locais do Brasil de auto-organização através de uma vigilância participativa, popular e com grande poder de cuidado territorial.

Apesar da emergência do tema e da relação indissociável entre saúde e ambiente, o campo da Vigilância Popular em Saúde e Ambiente ainda é pouco investigado de forma conjunta, o que representa um desafio para esse trabalho.

Eu que escrevo este trabalho sou implicado com a temática e o território apresentado, por ser nativo e morador da comunidade do território da Sabiaguaba. Busco por meio da articulação entre academia e os movimentos locais construir conhecimentos que possam ser trabalhados na comunidade e no SUS.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar a Vigilância Popular em Saúde e Ambiente como estratégia de enfrentamento aos conflitos ambientais no território da Sabiaguaba.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Contextualizar a história do território da Sabiaguaba e os conflitos ambientais;
- b) Mapear os conflitos ambientais da região e sua relação com o processo de saúde-doença;
- c) Identificar estratégias comunitárias que promovam saúde para o território da Sabiaguaba;
- d) Analisar a situação da estruturação da Vigilância Popular em Saúde e Ambiente no território da Sabiaguaba.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 JUSTIÇA AMBIENTAL, CONFLITOS AMBIENTAIS E SAÚDE

“Não é porque exista em nossa espécie a compulsão intrínseca de dominar, mas sim porque se produziu uma derrota do espírito de solidariedade”
(Jaime Breilh)

O capitalismo e sua forma de produção, científica e industrial, tem guiado o planeta e a humanidade para uma crise social e ecológica, em contraste surgem diversas vozes que levantam ricos debates no mundo sobre outras possibilidades de desenvolvimento e de vida (12). É esse embate que trazemos no nosso trabalho.

A construção e evolução da indústria nos últimos séculos, pautada na contínua extração de recursos naturais cada vez de forma mais avassaladora gera um metabolismo insustentável. Essa forma consumista e em permanente expansão gera processos desorganizadores da vida que desorganizam os ciclos que constroem, organizam e regeneram a vida, intimamente ligados aos solos, água, ar e ao clima, afetando ecossistemas locais e globais (13).

Nessa compreensão podemos afirmar que a profunda redefinição produtiva, social e cultural expressa pelo desenvolvimento do capitalismo, em especial, na forma de Globalização, vem modificando os ritmos e velocidades de transformação da natureza, de forma a transformar também os determinantes da saúde e a sustentabilidade do ecossistema. Essa exposição humana conduz a processos destrutivos à saúde (12).

Essas compreensões da relação entre humanidade, o ambiente e a forma de organização da sociedade, consolidaram-se no conceito de Justiça Ambiental. O ponto inicial dos debates sobre uma justiça ambiental remonta ao período dos anos 70 nos Estados Unidos, no qual foram elaborados estudos que relacionam a presença de população negra em regiões

escolhidas para implantação de indústrias químicas e seus rejeitos, uma forma de Racismo Ambiental. A partir do final dos anos 80 essa luta se e se internalizou e ampliou sua construção, buscando relação entre a questão ambiental com os direitos humanos universais, questões de raça, gênero e classe social (14).

A noção de Justiça ambiental, e sua relação com a saúde, surge da articulação entre diversas áreas; direitos humanos, educação e saúde pública; como forma de compreensão dos desafios ambientais que afetam diferentes grupos e territórios (14). Essa visão de Justiça ambiental se inter-relaciona com uma “visão abrangente de saúde” compreendida como um fenômeno complexo e multidimensional de dimensões éticas, sociais e culturais (15).

As lutas por Justiça Ambiental combinam no enfrentamento social e ambiental e estão localizadas em territórios concretos, no qual vivem populações que constroem disputas, significados e alternativas para os problemas apresentados naquela localidade, sendo um desafio a ligação dessas lutas territoriais com movimentações mais amplas construídos por outras organizações (13).

Neste processo, não basta somente reconhecer os conflitos ambientais e as injustiças, mas é necessário construir questões concretas que mobilizem pessoas para a transformação consciente e organizada, proporcionando o protagonismo das populações atingidas neste processo de resistência (14).

A intensificação dos conflitos ambientais, nas últimas décadas, causou confronto entre os movimentos por justiça ambiental, de um lado o desenvolvimento destruidor, baseado na globalização e no economicismo, e sustentado sobre um padrão produtivista e consumista que não se relaciona ou preocupa com o meio ambiente e desrespeita a vida humana e os ecossistemas, do outros os movimentos de resistência que se baseiam na propagação da vida e dos direitos humanos (16).

A essa racionalidade do capital é pautada no que Breilh (2008) chama de “lógica da concorrência” que prioriza o individual em vez do coletivo, optando sempre pela sobrevivência do mais forte, engendrado na busca frenética pela rentabilidade, monopolizando as ganâncias e socializando os prejuízos ecológicos da sua irresponsabilidade. Ao lado oposto dessa luta apresenta-se a “lógica da solidariedade” que prioriza o bem comum como fundamental e o crescimento individual em harmonia com os outros seres em um avanço coletivo, baseia seus valores na compaixão.

Essa disputa de racionalidade se apresenta em diferentes modelos de desenvolvimentos que passam desde movimentos sociais, industriais transnacionais e instituições do estado como agências reguladoras e promotoras de políticas públicas. Dessa forma, as situações de injustiças ambientais são compreendidas como consequência de disputas políticas de diferentes projetos para os territórios.

Os conflitos ambientais não são disputas distribuídas igualmente no mundo, são produtos de desigualdades e contradições dos processos econômicos e sociais que seguem a divisão social do trabalho, que dividem o mundo centros e periferias, mundiais e regionais (16).

O Brasil assumiu internacionalmente a condição de periferia, relacionando-se com o mercado internacional através das commodities, em especial relacionados a agricultura (monoculturas e pecuárias) e a extração de mineral e petroquímica, e promovem grandes conflitos e desastres ambientais que impactam nas condições de saúde, seja pela destruição de porções de floresta, uso de agrotóxico, expulsão de populações tradicionais ou pelas mortes de pessoas e poluição de grandes porções de água como no caso de Brumadinho e Mariana (16).

Outro fator causador de conflitos ambientais no Brasil se dá através da especulação imobiliária nas cidades no qual grande massa da população pobre é obrigada a morar em conglomerados com poucos direitos básicos ou em locais inapropriados submetidos às enchentes, deslizamentos ou com acesso direto a produtos químicos. A especulação imobiliária

e o rito pela modernização também atingem as áreas verdes, resquícios de biomas, que ocupavam os centros urbanos antes do asfalto e concreto. Neste último caso, assemelha-se mais à condição do território da Sabiaguaba.

A urbanização da Sabiaguaba, em muito se assemelha à "lógica da concorrência" sem preocupação para construções sustentáveis e sobre justificativa da modernização, que ressalta a forma de vida apresentada na comunidade como atrasada (12). Porém, não apresenta soluções viáveis e ecológicas para problemáticas apresentadas, reforçando a compreensão que os processos de injustiça ambiental causados pelo modelo capitalista reproduzem e aprofundam as desigualdades que já são marca na nossa sociedade (15). Esse aprofundamento da "lógica da concorrência" é citado no Plano de Manejo da APA da Sabiaguaba e relacionado também aos moradores do território:

Percebe-se a maneira ativa com que estas populações interagem com as novas dinâmicas proporcionadas pelo maior fluxo e contato, entretanto, considera-se que, cada vez mais, a relação de sustentabilidade entre homem e natureza, que proporcionou a sobrevivência secular de inúmeras comunidades ribeirinhas e litorâneas, e mais rapidamente modificada pela imersão de uma lógica capitalista de relação social e fruição comercial, visando o lucro numa lógica da mercantilização, inclusive da natureza (17).

Alguns conflitos ambientais na Sabiaguaba têm sido recorrente nas últimas décadas e têm sido feitos por diversos atores sociais que vão desde os órgãos estatais, grandes empresas de extratoras de água, especulação imobiliária, parte desses conflitos já foram relacionados em trabalhos acadêmicos, como a construção da ponte sobre o Rio Cocó (18), a construção da CE-10 (19) que destruiu no território parte da vegetação da APA, sítios arqueológicos milenares e ainda hoje impacta na invasão da Duna da Baleia, cartão postal do território. Nesta pesquisa tem como objetivo, também listar mais conflitos ambientais e aprofundar na compreensão

existente sobre a percepção dos moradores do território e a como eles enfrentam essas injustiças sociais através de processos de Vigilância Popular em Saúde e Ambiente.

Possibilitando, então, a participação da comunidade não como sujeito passivo, mas ativo, construtor de saídas organizativas e práticas para as problemáticas de saúde-doença que envolvem as questões sociais e ambientais do território. Essa tradição participava advém tanto das lutas por Justiça Ambiental, mas também pelas lutas por democracia e direitos à saúde que resultaram na Constituição de 1988 e que foram assegurados no SUS. A participação popular tem forte influência nos debates da medicina social latino-americana e da saúde coletiva e tem o objetivo de politizar o conceito de saúde como direito e cidadania. (20)

3.2 VIGILÂNCIA EM SAÚDE E VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE

3.2.1 Vigilâncias em saúde: um pouco de história

Medidas de Vigilância em Saúde têm sido identificadas desde os surgimentos de grandes cidades com a organização de espaços de trabalho e moradia (11). No século XIX, na Europa recém industrializada, a Vigilância Epidemiológica surge em conjunto com a organização da Saúde Pública e a classificação das doenças. O acúmulo de pessoas nos grandes centros industrializados gerava epidemias com grande potencial de difusão e mortalidade (2).

O desenvolvimento destas ações iniciais teve como características de ação o autoritarismo promovido através de forças repressivas (11) e a partir de interesses econômicos, já que as ações ocorriam nos locais importantes para a reprodução do capitalismo. Podemos ver tal situação em (2) quando relata que ações desse tipo somente eram construídas, nos países de desenvolvimento tardio e colônias, em áreas portuárias e principais centros urbanos. Suas

atuações eram no formato de campanhas sanitárias, atividades que eram resolutivas, porém não modificaram a vida dos moradores e trabalhadores do local.

O termo “vigilância” só começou a ser usado nos Estados Unidos nos anos de 1950 com o controle da poliomielite. Porém, foi somente na década de 60 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) uniu a expressão Epidemiológica, reafirmando uma nova versão de vigilância centrada no comportamento da doença e não dos indivíduos, como historicamente vinha sendo feito (11).

No Brasil, uma experiência nacional somente aconteceu com o Programa Nacional de Erradicação da Varíola, entre 1968 e 1973, que mesmo sendo desativado, contribuiu para deixar caminhos para construção de um sistema nacional. Também em 1968, a OMS através de uma assembleia ampliou o conceito para Vigilância em Saúde Pública com a intenção de somar doenças não transmissíveis (2).

As mudanças no mundo e na sociedade são acompanhadas pela modificação dos sistemas de vigilância. A informatização do mundo globalizado instaura na vigilância, nos EUA, na década de 80, o sugerindo um acompanhamento menos intervencionista nas situações de produção, como era o modelo epidêmico, e mais aliado a sistemas diversos de informações que permite análises baseadas na segurança e promoção de saúde. Este modelo, que permite uma análise ampla das situações de saúde, se contrasta com as necessidades neoliberais vigentes no cenário neoliberal que torna a saúde cada vez mais um problema individual e não da sociedade (2).

3.2.2 Vigilância em saúde no brasil

A industrialização tardia do Brasil, no desenvolvimentismo dos anos 50, caracterizada pela migração de pessoas do campo para cidade, resultou na construção de

conglomerados urbanos e êxodo rural que proporcionou diversas situações de adoecimento. Tida como política que geraria progresso social, na verdade ocasionou diversos problemas de saúde e algumas epidemias, como: poliomielite, meningite meningocócica, leptospirose, hepatite, sarampo, além de alta na mortalidade infantil. Em resposta a essa crise sanitária o governo militar criou em 1973, o Programa Nacional de Imunização, e em 1975, implantou o Sistema Nacional de Saúde tendo como componentes, Sistema de Vigilância Epidemiológica, o Sistema de Vigilância Sanitária e o Sistema de Informação de Mortalidade, utilizando a experiência adquirida no programa de erradicação da varíola (2).

O final dos anos 80 foi marcado pela integração “oficial” da vigilância sanitária e epidemiológica. A ação federal centralizada que marcou ainda mais a separação das definições das vigilâncias a sanitária voltada para o controle de ambientes, produtos e serviços; e a epidemiológica para o controle de casos e contatos. Apesar da integração oficializada a atuação em conjunto das duas vigilâncias até hoje ocorre em situações esporádicas (21).

Mesmo com proposições anteriores, a construção da Vigilância em Saúde, enquanto política pública estruturada, é um processo concomitante à Reforma Sanitária Brasileira e a própria construção do SUS. A criação do SUS foi um marco na política de saúde e de cuidado no Brasil, produzindo uma nova forma de organização e assistência através de forte construção teórica e popular, alicerçada nos princípios da universalidade, equidade, integralidade e participação social. Porém, é fundamental entender o período histórico da implantação do SUS, no crescimento de nova forma de estado-nação embebido por uma lógica neoliberal e globalitária (expressão cunhada por Milton Santos), logo, distante do estado de bem-estar social no qual foi inspirado.

Falando sobre as possibilidades de implantação de formas de Vigilância em Saúde nos primórdios do SUS, (21) citam a importância dos debates ocorridos no Congresso Brasileiro de Epidemiologia e em outros espaços acadêmicos que produziam o conteúdo da Reforma

Sanitária, e suas sínteses que formulação modelos operacionais para um Vigilância que se assemelhe os princípios do SUS, a proposta foi apresenta essa conformação:

A Vigilância da Saúde apresenta sete características básicas: a) Intervenção sobre problemas de saúde, (danos, riscos e/ ou determinantes); b) Ênfase em problemas que requerem atenção e acompanhamento contínuos; c) Operacionalização do conceito de risco; d) Articulação entre ações promocionais, preventivas e curativas; e) Atuação intersetorial; f) Ações sobre o território; g) Intervenção sob a forma de operações.” (21).

Dessa forma, a Vigilância em Saúde corresponderia a um modelo operacional e não mais uma ação de informação. A perspectiva apresentada pelos autores acabava com a dicotomia apresentada entre vigilância sanitária e epidemiológicas e a assistência ambulatorial hospitalar através da incorporação das noções de território apresentadas pela descentralização, municipalização e reorganização dos serviços e práticas de saúde (21).

A lei 8080 de 1990 reafirma a descentralização da vigilância epidemiológica fortalecendo ações de conhecimento, detecção ou prevenção de determinantes e condicionantes de saúde para implementação de medidas de controle e prevenção de doenças. O termo “Vigilância em Saúde” em substituição a Vigilância Epidemiológica só foi implementado como definição de estado em 2004 através da Portaria ministerial n.1172. O documento traz como Vigilância em Saúde: a vigilância de doenças transmissíveis, vigilância de doenças e agravos não transmissíveis e de seus fatores de risco, vigilância ambiental em saúde e vigilância da situação de saúde. Em 2009 através do Pacto pela Saúde, que tinha como objetivo fortalecer a descentralização, foi renovada a compreensão sobre Vigilância em Saúde através da Portaria Ministerial n. 3252 que define as ações de Vigilância em Saúde em: Vigilância Epidemiológica, Promoção de Saúde, Vigilância da Situação de Saúde, Vigilância em Saúde Ambiental, Vigilância em Saúde do Trabalhador, Vigilância Sanitária (3).

Em tom crítico (11) e (2) reforçam que apesar da diversidade existente na política e sua multiplicidade de atuação a ação predominante na Vigilância em Saúde são as práticas tradicionais de notificação, registro e investigação de casos de doenças infectocontagiosas. Sua atuação desarticulada com a atenção básica, retirando a possibilidade de formulações territoriais através de instituições locais como a Estratégia de Saúde da Família ou outras instituições para promover estratégias transversais em áreas, como: educação, ambiente, trabalho, moradia e seguridade. Outro ponto fundamental destacado pelos autores é a falta de participação popular na construção e implementação de ações de vigilância, esse afastamento dos movimentos sociais e populares também é tema relevante neste trabalho.

Parte dessas contradições foram debatidas na 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde (CNVS) que resultou na construção da Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) “uma política pública de Estado e função essencial do SUS, tendo caráter universal, transversal e orientador do modelo de atenção nos territórios, sendo a sua gestão de responsabilidade exclusiva do poder público” (22). Em sua definição a PNVS:

compreende a articulação dos saberes, processos e práticas relacionados à vigilância epidemiológica, vigilância em saúde ambiental, vigilância em saúde do trabalhador e vigilância sanitária e alinha-se com o conjunto de políticas de saúde no âmbito do SUS, considerando a transversalidade das ações de vigilância em saúde sobre a determinação do processo saúde-doença (22).

A PNVS chega ressaltar a participação popular como um dos seus princípios e forma de ampliação da autonomia, emancipação e construção de uma consciência sanitária, porém é necessário mais tempo e experiências práticas para que cheguemos a uma modificação mais gerais, sobre o tema da Vigilância em Saúde, algumas dessas formas são apresentadas sobre a nomenclatura de Vigilância Popular em Saúde.

3.2.3 Vigilância Popular em Saúde

O termo Vigilância Popular em Saúde encontra-se em construção. Apesar do pouco debate identificamos um crescimento de estudos sobre o termo no final da década de 2010 e nos primeiros anos de década 2020 destacamos aqui as formulações iniciais (6), (8), (23) e de instituições como a Fundação Oswaldo Cruz no Programa de Saúde, Ambiente e Trabalho (PSTA) no Campus de Brasília, através de um diálogo com Movimentos Populares e formação técnico-científica como observamos no trabalho de Souza *et al* (24).

A Vigilância Popular em Saúde pode se apresentar com outras nomenclaturas como (25), com a Vigilância de base territorial; (11), a partir da Vigilância Cível (26) em sua Vigilância Emancipatória; ou mesmo da crítica ao modelo de Vigilância como nas produções de (27) e (28).

Apesar de não ser um conceito teórico ainda bem definido, a Vigilância Popular em Saúde vem se apresentando como uma necessidade que se funda da proposição crítica aos modelos de Vigilância em Saúde construídos no Brasil (8). Destacamos como pontos dessas críticas: a centralidade de ações na Vigilância Epidemiológica e sua relação com o modelo “biomédico”, as atuações isoladas dos sistemas de Vigilância em Saúde (Vigilância Epidemiológica, Promoção de Saúde, Vigilância da Situação de Saúde, Vigilância em Saúde Ambiental, Vigilância em Saúde do Trabalhador, Vigilância Sanitária), a atuação pouco territorializada e de baixa participação popular. Podemos observar que diversos desses pontos são contemplados na elaboração na Política Nacional de Vigilância da Saúde, que encontra barreiras de efetivação nas esferas de governo (22).

Outro fator que escancarou a emergência para uma construção que as elaborações da Vigilância Popular em Saúde foi a pandemia de COVID-19. As ações centralizadas na Vigilância Epidemiológica vertical e na construção de leitos de Unidades de Terapia Intensiva

(UTI) sem produção articulada com ações de base territorial e participação popular demonstrou os limites financeiros, profissionais e de prevenção dessa forma de organizar a Vigilância em Saúde (29). Coube aos movimentos populares, sociais e outras organizações e coletivos civis a promoção da saúde em atividades de solidariedade e preservação da vida, como observamos em (30) com atividades de comunicação nas favelas; os Agente Populares de Saúde na cidade lançado pelo Campanha Mãos Solidária (2020) em articulação com o Instituto Aggeu Magalhães e os Agentes Populares de Saúde do Campo (31) em parceria com a FIOCRUZ através do Escola de Governo de Brasília, além de diversas experiências de indígenas, quilombolas através da criação de observatórios (6).

Atuar na perspectiva de uma Vigilância Popular em Saúde exige um olhar ampliado das relações entre saúde e doença através de um estudo da determinação em saúde. Descentralizar a saúde como processo essencialmente individual e vinculado à doença é iniciar a construção de um outro paradigma que aponte para um ‘cuidado vigilante’ formulado num processo crítico, territorial e participativo (32). Essa mudança de paradigma pode ser formulada através de uma Epidemiologia Crítica¹ que pode proporcionar pensarmos em uma bioética que não apenas se encarregue com os cuidados processos individuais de bem-estar, com a segurança genética e ecológica e com a proteção das pessoas ante as práticas nocivas e os danos morais, mas também penetre nos direitos e na eticidade dos processos sociais ou coletivos a qual abarca a recuperação urgente de formas humanas de trabalho, o manejo seguro do meio ecológico (33).

Ao falar sobre das proposições contra hegemônicas de vigilância (11) relaciona o modelo de Vigilância convencional aos planos e necessidades neoliberais instaurados pelas corporações financeiras através dos desmontes em políticas sociais (desregulamentação do trabalho, reformas previdenciárias, entre outras) que interferem diretamente no direito à saúde,

¹ A epidemiologia crítica é um ramo epidemiológico que tem como ponto central a relação entre sociedade e os diferentes modos de organização social e como influenciam a saúde as pessoas e os grupos sociais.

estabelecido pela Constituição de 88 e pelo SUS. Neste caminho (32) interroga sobre que caminho tomar: continuar com vigiar passivamente os indicadores das derrotas dos direitos ou assumir um processo um processo participativo de coletividade como instrumento de prevenção profunda e um monitoramento sobre os determinantes de saúde?

Os movimentos sociais e populares em parceria com instituições de ensino como a FIOCRUZ assumiram o protagonismo do tema ao instaurarem em seus territórios as experiências Vigilância Popular em Saúde ao proporem práticas dialógicas e emancipatórias que promovam a resistência e/ou libertação do potencial opressor do capital (23).

A prática participativa de uma modelo de Vigilância da “Determinação” exige uma organização ainda mais participativa e ampla que o modelo Controle Social já instaurado no SUS e que estejam diretamente vinculadas na com propostas de comunicação e formação em saúde, além de serem propositoras na efetivação e construção de políticas públicas intersetoriais que promovam a integralidade e equidade de povos e territórios.

A participação popular representa uma força imprescindível para impulsionar as mudanças necessárias e a efetivação das conquistas. Cita-se o exemplo do MST e a ocupação de terras públicas, o movimento social entende que através uma ação direta, possa haver uma negociação de fato, para construção de políticas públicas (30). Esse processo participativo também é pedagógico e contribui na formação humana e sua melhor compreensão enquanto ser de direitos.

Tomando como base essa configuração política e territorial apresentada na Vigilância Popular em Saúde, Jorge Machado, pesquisador do PSTA da FIOCRUZ Brasília, propõe os dez mandamentos da Vigilância Popular em Saúde. Longe de se aplicar como doutrina os mandamentos funcionam como caminhos para a elaboração de uma proposta de base territorial e ancorada na determinação social. Os mandamentos são:

- 1) Epidemiologia Situada;
- 2) Mediação – Formação – Ação;
- 3) A Atividade de Vigilância Popular em Saúde;
- 4) Participação Popular – Narrativas dos territórios;
- 5) Promoção de Saúde – intersetorial e dimensões múltiplas;
- 6) Territórios Saudáveis e Sustentáveis – conceito integrador;
- 7) Conexão;
- 8) Comunicação;
- 9) Atenção Integral Cuidado individual e coletivo;
- 10) Prevenção.

A proposta formulada por Jorge Machado reforça ainda mais as dimensões da participação popular durante toda a política de saúde, além de fortalece o cuidado, autocuidado e relações cuidadosas com a natureza fundamentais para uma outra relação com o seu território e com o mundo que o cerca (35).

3.3 PROMOÇÃO DA SAÚDE

As condições de vida e saúde tem melhorado em todo o mundo nos últimos 100 anos. Avanços na forma de governar, no uso tecnológico e os avanços civilizatórios têm sido fundamentais na preservação da vida. Doenças que antes causavam a morte de milhares de pessoas agora são facilmente tratadas com vacinas, medicamentos e sistemas de saúde fortes. Entretanto, a manutenção e o aprofundamento da desigualdade social ainda colocam desafios para condições de saúde dos povos (37).

A determinação da saúde e o adoecimento da população podem ser observados ao analisarmos países com péssima distribuição de renda, altos níveis de analfabetismo e

condições precárias de moradia e ambiente. Além disso, nos últimos 30 anos o reconhecimento da crise ambiental e dos riscos ecológicos e seu impacto na saúde coletiva ampliam ainda mais os desafios em relação à saúde (38).

Outro fator importante de ser observado, é o aprofundamento do complexo médico-farmacêutico da saúde que prioriza respostas tecnológicas, médico curativas e individuais no local de reformas sociais amplas e que chegariam a um conjunto maior de pessoas, como: medidas de prevenção e promoção da saúde, melhoria da qualidade de vida em geral (37).

O conceito de Promoção da Saúde surge como reação contrária ao avanço da medicalização da saúde na sociedade e nos sistemas de saúde. Apesar de inicialmente ser usado vinculado à medicina preventiva, seu significado tomou outros rumos com o passar dos anos, produzindo noções técnicas e políticas em torno do processo de saúde-doença (39).

A primeira Conferência Mundial de Promoção da Saúde ocorrida na cidade de Ottawa popularizou o conceito para os estados nações. Na chamada Carta de Ottawa da OMS (1986, s.p.) a Promoção de Saúde foi definida como:

processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver.

A Carta de Ottawa também sugere campos de atuação referente a implementação de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes saudáveis, capacitação da comunidade, desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas e reorientação de serviços de saúde (40).

Norteados por um conceito ampliado de saúde que envolve a compreensão dos condicionantes de saúde e os determinantes do processo de saúde e doença, a carta sustenta uma unidade uma abordagem sociológica de saúde e da população (40).

As demais Conferências Mundiais de Promoção da Saúde em Adelaide (1988), Sundsvall (1991), Jakarta (1997), México (2000), Bangkok (2005), Nairobi (2009), Helsinki (2013) y Shanghai (2016) aprofundaram a temática da Promoção da Saúde na OMS concretizando uma estratégia com abordagem em múltiplos problemas que afetam a população humano através de uma concepção ampliada da saúde, processo de saúde-doença e dos determinantes unindo saber técnicos e populares, mobilizações institucionais e comunitárias para enfrentamento e resolução dos problemas de saúde (39).

Esta concepção ampliada do que é saúde, vinculado a uma determinação social e aos determinantes sociais, se traduz como produto amplo de fatores relacionados à qualidade de vida, como: segurança alimentar, habitação, boas condições de trabalho, educação, saneamento básico, acesso a água, ambiente saudáveis, apoio familiar e estilo de vida saudável com cuidados à saúde. Logo, envolve aspectos físicos, sociais, políticos, econômicos e culturais além de políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento da saúde (37)

No Brasil a VIII Conferência Nacional de Saúde propõe mudanças nas políticas de saúde nacionalmente, também por influência da Conferência Mundial de Promoção da Saúde, questionando o modelo biomédico, as desigualdades nos serviços de saúde e a ausência de integralidade buscando ampliar o conceito de saúde:

Em seu sentido mais abrangente a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, transporte, trabalho, emprego, lazer, liberdade, acesso a posse da terra e acesso a serviços de saúde... o resultado das formas de organização social de produção, as quais podem gerar desigualdades nos níveis de vida (41).

A VIII Conferência Nacional de Saúde, construída pelo Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), foi grande mentora da construção das legislações que reordenam política e administrativamente o sistema de saúde brasileiro que culminou na criação dos direitos constitucionais da saúde e na criação do SUS.

A reorientação prática do modelo de assistência à saúde aconteceu com a criação da Estratégia da Saúde da Família (ESF) em 1994 que conecta o modelo de assistência territorializada aos princípios e diretrizes do SUS e a cidadania. A implantação da ESF muda o foco do indivíduo e da doença para o coletivo, a família, e a comunidade proporcionando aos usuários mais autonomia e fortalecendo a promoção da saúde (39).

O debate sobre a Promoção em Saúde se inicia, com esse termo, a partir de 2008 com a tradução das Cartas da Promoção da Saúde que estimularam e viabilizaram experiências que já ocorriam anteriormente na base do SUS, uma delas a Revista Promoção da Saúde que teve edições até o ano de 2002. Esse movimento sistematizou experiências nas áreas de alimentação saudável, atividade física, violência no trânsito, além de locais como escolas, cidades ou mesmo comunidades que promoviam desenvolvimento saudável e sustentável. (40).

Essas experiências e articulações foram ganhando corpo dentro do Ministério da Saúde que em 2002 lançou um “documento para discussão” e passou alguns anos sem apresentar proposta por conta das divergências e tensões que o modelo biomédico e o conceito ampliado de saúde dentro do próprio Ministério da Saúde. Em 2004 a construção de princípios fundamentais da Promoção da Saúde no SUS (autonomia, equidade, integralidade, intersetorialidade, cogestão no processo de trabalho e participação social) as formulações retornaram para um caminho propositivo.

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), é aprovada em 2006 pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASMS) com o objetivo de produzir redes que se responsabiliza pela melhoria da qualidade de vida. Destaca-se nessas elaborações a centralidade de uma análise baseada nos determinantes de saúde. No mês de março de 2006 também é instalada a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), pelo próprio presidente Lula. (38).

Nos anos que seguiram foi instalada uma Agenda Nacional de Promoção da Saúde para o Biênio (41).

A partir de 2008 a PNPS foi inserida na agenda Inter federativa por meio do Pacto pela Vida e Programa Saúde na Escola (PSE) sendo monitorada por indicadores e recebendo diversos programas como a Academia da Saúde outras áreas como: alimentação saudável, prevenção do tabagismo, implementação de núcleos de prevenção de violência, vigilância e prevenção de lesões e mortes no trânsito, também foram inseridas (40).

A revisão da PNPS em 2014 apontou:

[...] necessidade de articulação com outras políticas públicas para fortalecê-la, com o imperativo da participação social e dos movimentos populares, em virtude da impossibilidade do setor sanitário responder sozinho ao enfrentamento dos determinantes e condicionantes que influencia a saúde, reconhecendo, a priori, que as ações de promoção e prevenção precisam ser realizadas – sempre – de forma articulada com outras políticas públicas, com as demais esferas de governo e com a sociedade civil organizada para que tenhamos sucesso. (40).

Desta forma as ações de Promoção da Saúde devem buscar identificar os elementos que são /macro determinantes do processo saúde-doença, produzindo experiências em uma concepção mais ampla que articula diversas ações do estado e da sociedade civil na busca de modificar as condições de vida da população. Essas ações coletivas devem enfrentar o modelo de desenvolvimento socioeconômico baseado na desigualdade e exploração que é o responsável pela determinação e os determinantes sociais da saúde.

4 METODOLOGIA

4.1. DESENHO DA PESQUISA

A pesquisa foi construída através de um estudo transversal exploratório, descritivo-analítico, com uma abordagem qualitativa dos dados. Ao se referir às metodologias qualitativas compreendemos como aquelas que podem incorporar os significados e intencionalidades dos pesquisadores e participantes pelo fato de serem inerentes às relações e as estruturas sociais, desta forma, distanciando-se do positivismo que trata a ciência apenas como uma questão objetiva. Ao ancorar as abordagens qualitativas a dialética marxista é ultrapassada a dualidade entre a quantidade e a qualidade, compreende-se esses fatores de forma inseparável e interdependente quando observado a partir das relações sociais (42).

Analisando o conceito de saúde através de uma compreensão sociológica que enfrenta e supera pensamentos biomédicos, que focam na díade “doença-medicamentos” e em soluções dita científicas pautadas em tecnologias de ponta em seu livro. Minayo (2014) desmistifica tal razão:

Saúde e doença importam tanto por seus efeitos no corpo como por suas repercussões no imaginário: ambos são reais em suas consequências. Portanto, todas as ações clínicas, técnicas, de tratamento, de prevenção ou de planejamento devem estar atentas aos valores, atitudes e crenças das pessoas a quem a ação dirige. É preciso entender que ao ampliar suas bases conceituais incluindo o social ao subjetivo como elementos constitutivos, as ciências da saúde não tornam menos “científicas”, pelo contrário, elas se aproximam com maior luminosidade dos contornos reais dos fenômenos que abarcam (42).

Ao referir sobre o termo “exploratório” considera que o estudo aborda assunto ou fato ainda pouco conhecido ou trabalhado na academia (43). A Vigilância Popular em Saúde

Ambiente apesar de estar contida nas práticas movimentos sociais, lideranças comunitárias e trabalhadores do SUS, tem sua formulação conceitual ainda em construção. Nota-se também outra questão relacionada ao termo “exploratório”, quando sinônimo de novidade ou inovação, relaciona-se com a academia e não com o território, pois é o território que está produzindo inovações para a academia e não ao contrário. A construção deste debate potencializa a compreensão de que as pessoas fora da academia também produzem conhecimento. Entretanto, o saber produzido pela academia sempre se manifesta hierarquizado ao saber produzido pelos territórios, que também deveriam ser estudados.

4.2. PERÍODO DO ESTUDO E LOCAL DE ESTUDO

A coleta dos dados foi realizada nos meses de maio de 2021 a junho de 2022, no território da Sabiaguaba, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O território da Sabiaguaba é um bairro de Fortaleza, e faz limite com os municípios de Eusébio e Aquiraz. Mesmo sendo dotado de grande extensão territorial (10,11 km²) é pouco populoso com cerca de 2117 moradores segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Na Sabiaguaba se encontra a foz de dois rios importantes para o município de Fortaleza, o Cocó e o Pacoti. O território é dotado de vasta biodiversidade contendo mangues, lagoa, dunas, praia, rio, mata de tabuleiro. A rica e extensa biodiversidade também produz uma forma de viver diferente dos demais bairros da cidade apresentada por uma relação mais estreita entre ser humano e natureza.

Figura 1: Mapa da Cidade de Fortaleza com destaque em amarelo para o bairro da Sabiaguaba



Fonte: Site Fortaleza em Mapas (FORTALEZA, 2021).

A pouca ocupação territorial, um dos poucos bairros a terem a possibilidade de ocupação dos seus territórios em uma cidade ainda em expansão, e suas belezas naturais tornam a região um local de especulação imobiliária, em especial, para pessoas de elevado poder aquisitivo que querem viver em um ambiente urbano, porém, cercado por áreas verdes e suas belezas naturais. Associado a isso identifica-se um local de baixa intervenção protetiva do estado, logo, pouco eficiente em políticas públicas, fator que potencializa a instauração dos conflitos socioambientais. Parte dessas contradições podem ser observadas de maneira simplificada pelo Índice de Desenvolvimento Humano do Bairro (IDH-B) de 0.267, considerado muito baixo.

4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO

A população da pesquisa foi de lideranças comunitárias do território da Sabiaguaba localizada no município de Fortaleza-CE que atuam na defesa dos direitos socioambientais da Sabiaguaba. Entende-se como lideranças, moradores do bairro que estão à frente das manifestações socioambientais, sendo reconhecidos no bairro como figuras centrais e defensores dos direitos humanos. Desta forma, não apenas participam das ações, mas ajudam a organizar e a formular as ações de associações, movimentos e coletivos do território.

A quantidade de pessoas entrevistadas foi medida através da saturação da amostra e foi feita com integrantes de movimentos populares, coletivos, associações e ONG 's atuantes na região, totalizando o número de 5 pessoas. O método utilizado para captar os participantes da pesquisa foi o de “bola de neve”, que consiste na indicação de demais lideranças pelos entrevistados. A pesquisa garantiu a participação de mulheres.

Desta forma traz-se como critérios de inclusão do estudo:

- a) Ser morador do território da Sabiaguaba;
- b) Ser maior de 18 anos;
- c) Participar de organização popular (ONG's, movimentos sociais, movimentos populares, coletivos e associações);
- d) Ter organizado alguma atividade de proteção de direitos socioambientais.

Como critério de exclusão do estudo: pessoas que não realizaram nenhuma ação de proteção de direitos socioambientais nos últimos 3 anos.

4.4 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

4.4.1 Instrumentos de Coleta de Dados

Foram aplicados três instrumentos de coletas de dados para a realização da pesquisa:

a) Questionário para entrevista semiestruturada (Apêndice A):

Composto por cinco perguntas abertas que buscam compreender: a relação do entrevistado e da população com o território; as situações promotoras de vida; as possíveis origens de adoecimento da população; os conflitos ambientais existentes na Sabiaguaba e seus prejuízos a saúde e ao meio ambiente; e as formas de mobilização da comunidade.

b) Pesquisa documental:

A pesquisa documental será utilizada como instrumento para a coleta de informações sobre as legislações que regem a área da Sabiaguaba, como a leis que criaram os Parques de Conservação Estadual e Municipal, além dos estudos sociológicos e ambientais que foram produzidos e serviram de apoio para a promulgação das legislações. Os documentos a serem utilizados estão sobre domínios públicos e podem ser facilmente acessados pela internet.

c) Diário de campo:

Por se tratar de um estudo em que os pesquisadores também participam das ações empregadas pelas lideranças, observação participante (44), identificou-se as possibilidades da ampliação dos instrumentos de coletas através de um diário de campo. Os registros serão feitos fotograficamente e de forma escrita, e utilizados para a problematização das ações realizadas por moradores e lideranças comunitárias com relação às pautas ambientais e de saúde e que envolva conflitos ambientais, observando seu contexto territorial e socioambiental. A coleta de fotos foi feita na comunidade da Sabiaguaba.

4.4.2 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi feita em encontros previamente agendados e feitos de forma individual. Foram realizados os devidos esclarecimentos da pesquisa e a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B). Após a confirmação da participação foram preenchidas as duas vias do TCLE, assinado pelo voluntário e pelo pesquisador, resguardando ao participante o direito de posse de uma das vias, a outra ficará com o pesquisador responsável. Após os procedimentos anteriores foi iniciada a entrevista. A entrevista foi feita na comunidade da Sabiaguaba na casa dos voluntários ou em algum espaço público.

Compreendendo as novas necessidades de cuidados de saúde em combate a Pandemia de Covid-19, as entrevistas foram realizadas em espaço abertos, em locais próximos às residências dos participantes respeitando as regras de distanciamento social, uso dos dois metros entre o pesquisador e o entrevistado, além da obrigatoriedade de máscara seguindo os protocolos estabelecidos pelo Governo do Estado do Ceará (45) e pela Fiocruz (46), garantindo a segurança dos envolvidos na pesquisa.

O material utilizado no momento da pesquisa, a exemplo da caneta e o celular utilizado para a gravação, foram higienizados com álcool a 70% no início e no final dos encontros, disponibilizando-se também para a higienização das mãos dos participantes durante o encontro. Caso houvesse agravamento da pandemia no período de coleta dos dados, as entrevistas poderiam ser feitas de forma virtual através de aplicativos ou plataformas digitais como *'WhatsApp'*, *'Microsoft Teams'* ou *'Google Meet'*.

A gravação das entrevistas foi feita através do aplicativo de celular *'Gravador'* presentes em celulares com sistema operacional *'IOS'*, já as entrevistas feitas por plataformas digitais teriam sido ativadas através do recurso de gravação de tela. O material colhido foi

armazenado em mídia física e mídia digital (*Google Drive*) com acesso apenas para pesquisadores. A entrevista foi transcrita no ‘*Word*’ de forma a ter seus dados analisados.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

A fase de análise dos dados qualitativos se deu por meio da Análise de conteúdo com referência em (42), (47), (48) e (49). A Análise de conteúdo tem como função o desvendar crítico dos dados e pode ser aplicado em diversas fontes como: relatório oficiais, material jornalístico, publicidades e discursos, atuando como um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento (48).

A análise de conteúdo diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tornar válidas conclusões em um determinado contexto por meio de procedimentos especializados e científicos. Entretanto, “a proposição é ainda mais ampla e significa mais do que um procedimento técnico. Faz parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais” (42).

A operacionalidade da análise de conteúdo parte de uma leitura das falas, depoimentos, para ir mais a fundo e ultrapassar o sentido manifesto no material. Desta forma, os procedimentos relacionam as estruturas semânticas com estruturas sociológicas dos textos (42). A análise de conteúdo se organiza em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (47).

A modalidade de análise de conteúdo escolhida para este estudo foi a análise temática, no qual se busca entender em profundidade o objeto da pesquisa em tela. Os temas que serão apresentados na pesquisa captam algo relevante na relação entre os dados coletados e perguntas da pesquisa. Além de representar certo nível de significado padronizado identificado no banco de dados (50). Portanto, a “análise temática consiste em descobrir os

núcleos de sentidos que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (42).

Para isso, foi inspiração a análise temática propostas por Souza (50)

- 1) Familiarização com dados: Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco; anotar ideias iniciais durante o processo.
- 2) Gerando códigos iniciais: Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
- 3) Buscando temas: Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
- 4) Revisando os temas: Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
- 5) Definindo e nomeando os temas: Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerir definições e nomes claros a cada tema.
- 6) Produzindo o relatório: Fornece exemplos vívidos; última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura; relato científico da análise.

Entretanto, não há uma regra fixa para conduzir uma análise qualitativa, mas sim uma orientação. O processo de análise dos dados não é feito de forma linear, mas de processos de ida e volta, a partir de cada necessidade e fase, por isso, não deve ser feito de forma apressada (50).

4. 6 ASPECTOS ÉTICOS

Os procedimentos éticos utilizados na elaboração da pesquisa estão previstos nas resoluções CNS 466/2012, CNS 510/2016 e na Carta Circular nº1/2021-CONEP/SECNS/MS, que versa sobre as orientações para a realização de pesquisa durante o período de emergência sanitária resultante da pandemia de COVID-19. O trabalho teve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola de Governo Fiocruz Brasília com o número 5.259.732.

A participação da liderança comunitária se iniciou após o TCLE (Apêndice B) ser lido e debatido. Após o aceite e esclarecido, o voluntário do estudo assinou as duas cópias do

TCLE, uma delas ficou de sua posse e a outra com o pesquisador. O TCLE contou com todas as informações do estudo, seus objetivos, procedimentos de coleta de dados e participação, além do contato dos pesquisadores responsáveis e do comitê de ética em pesquisa da FIOCRUZ Brasília. Também foi informado ao participante a possibilidade de não consentimento e sua saída a qualquer momento da pesquisa, sem prejuízo de nenhum fim.

4.8 RISCOS E BENEFÍCIOS

Os Riscos em relação à participação dos sujeitos na pesquisa foram minimizados a fim de diminuir prejuízos. Identificou-se três possíveis riscos: o desconforto ao responder às perguntas contidas na entrevista semiestruturada, o tempo utilizado para respondê-las e os riscos associados a Covid-19.

No que se refere ao desconforto ao responder as perguntas a equipe elaborou questionamentos facilmente compreendidos pelos participantes de forma a estimular sua participação. Além disso, o entrevistador se mostrou acolhedor aos possíveis questionamentos dos participantes, alertando-os sempre que a sua desistência não causará prejuízo. Em relação ao tempo, os voluntários foram contactados com antecedência de forma a agendar o melhor dia e horário para a participação.

Os riscos de contaminação dos participantes e do pesquisador foram minimizados considerando o seguimento rigoroso dos protocolos de segurança do Governo do Estado do Ceará (45) e da FIOCRUZ (47) a fim de resguardar a saúde de todos envolvidos na pesquisa.

Identificada pelo participante desta pesquisa qualquer dano ou prejuízo por sua participação no estudo é dado a ele o direito de pedido de indenização aos pesquisadores e as instituições participantes.

Os benefícios da pesquisa foram obtidos de forma indireta, pois acreditamos que a reflexão obtida através das perguntas colabora com a qualificação da formação das lideranças comunitárias.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e apresentação dos resultados está organizada em três tópicos. O primeiro apresenta (i) uma descrição do território da Sabiaguaba e sua população. O segundo traz uma (ii) a compreensão das lideranças comunitárias sobre o paradigma saúde-doença na Sabiaguaba. O terceiro tópico apresenta um (iii) o mapeamento dos conflitos ambientais da Sabiaguaba e sua relação com a saúde. O quarto versa sobre (iv) a Vigilância Popular em Saúde na Sabiaguaba suas ações, mobilização, atores e efetividade.

5.1 O TERRITÓRIO DA SABIAGUABA E SUA POPULAÇÃO

Neste momento do texto trataremos de apresentar de forma mais detalhada o território da Sabiaguaba e sua população, utilizaremos dados oficiais fruto de nossa pesquisa e os relatos das lideranças comunitárias frutos da pergunta “Qual sua relação com o território da Sabiaguaba?”. No primeiro momento traremos a história do território, suas características físicas e geográficas e dados gerais sobre sua população, no segundo momento abordaremos a relação entre a população e o território da Sabiaguaba.

A ocupação do litoral de Fortaleza iniciou na década de 1930 e 1940, em especial, na Praia de Iracema pela sua localização próxima a Praça do Ferreira e do Passeio Público, locais de grande trânsito de pessoas e de encontros políticos. Próximo ao centro da cidade, a Praia de Iracema era reconhecida por sua beleza natural. Antes deste período a ocupação residencial era estimulada apenas em locais mais distantes do mar. A expansão de habitações na costa de Fortaleza se intensificou a partir da década de 1950 com a construção do Porto do Mucuripe que gerou na região um intenso fluxo de pessoas que mais tarde construíram suas

residências. A região onde se localiza a Praia da Sabiaguaba teve sua ocupação tardia, somente na década de 1980 a área começou a ser mais ocupada. Algo similar ocorreu na Praia do Futuro, o bairro faz fronteira com a Sabiaguaba e é dividido pela foz do Rio Cocó, que ampliou sua ocupação na década de 80, dividindo seu espaço entre favelas, hotéis e mansões (50).

Em nossas pesquisas, entretanto, encontramos diferenças nas datações relacionadas à habitação na Sabiaguaba. A literatura escrita reforça as datas acima enquanto as lideranças comunitárias diferem esses dados, inclusive tecendo críticas como podemos ver no relato:

Sabiaguaba tem mais ou menos uns 90 anos pelo menos do que foi datado pelo estado e pela Antropologia pelos estudos que já fizeram aqui. Sabemos que esses dados oficiais, na maioria das vezes, não contemplam o que de fato é o período histórico do bairro. (Liderança 03)

Na compreensão dos moradores da Comunidade Tradicional da Boca da Barra relatam ocupações anteriores e que se iniciaram ainda no Século XIX e que foram resgatados e organizados a partir de um estudo antropológico realizado na comunidade que evidenciou o que já era reivindicado pelos seus moradores, a tradicionalidade daquela população. A liderança 05 falou sobre isso “Meu povo está aqui desde o século XIX” (Liderança 05).

Em contraste com essas ocupações recentes, realizadas após a presença dos europeus no Brasil, foram encontrados sítios arqueológicos na região de dunas da Sabiaguaba. As peças de cerâmicas resgatadas que datam de em torno de 4600 anos atrás. Esses resquícios históricos mostram que a região da Sabiaguaba já era ocupada a bastante tempo pelos povos indígenas. O povo originário tinha a característica de caçadores-coletores e nesse espaço encontram uma rica diversidade natural com fauna e flora abundante e a oportunidade de alimento em diversos habitats (51). A ocupação indígena na Sabiaguaba também foi lembrada pelas lideranças comunitárias: “[...] do ponto de vista antropológico, conseguimos constatar que

aqui já havia outros e outras moradores, no sentido mesmo de comunidades ancestrais que já viviam aqui.” (Liderança 03)

O Plano de Manejo da APA da Sabiaguaba (2010) indica uma ocupação mais recente de um núcleo populacional de pescadores-coletores-agricultores na Comunidade da Gereberaba, localizada dentro do território da Sabiaguaba, que viviam de forma tradicional em pequenas moradias desde a década de 1930.

Uma grande mudança no bairro ocorreu a partir da década de 1970 com a construção do loteamento Entre Rios, que se refere às terras entre o Rio Cocó e o Rio Pacoti. O empreendimento estimulou a construção e o alargamento das ruas além de uma melhor conexão com o restante da cidade de Fortaleza. Essas transformações se intensificaram com a construção do Beach Park e ampliação da Av. Washington Soares e trouxeram uma mudança na forma de organização do bairro que levou a forma de organização hoje existente (17).

A Sabiaguaba é um território ao qual seus limites territoriais são dados pela natureza, como demonstrado na figura 1. Parte desses limites são dados pelo oceano atlântico ao leste, ao norte o Rio Cocó divide o bairro da Praia do Futuro, ao oeste a Lagoa da Sapiranga limite dos bairros Sapiranga e Edson Queiroz, ao Sul fica o bairro Lagoa Redonda margeado por parte do Lagoa da Precabura e ao Sudeste o Rio Pacoti a cidade de Fortaleza e de Aquiraz (51).

Figura 2: Localização do Bairro Sabiaguaba na cidade de Fortaleza/CE.



Fonte: Souza, Silva e Vasconcelos (52).

Áreas ocupadas no bairro Sabiaguaba foram identificadas através de técnicas de Geoprocessamento (52) e são divididas entre área residência (15,7%), área residencial/comercial (2,6%), área com agricultura urbana (2,9%), área não loteada (1,6%), área de empreendimentos privados de lazer (1,7 %) e em sua maior parte áreas sem uso identificado (75,2%). Grande extensão territorial da Sabiaguaba é composta por áreas de proteção ambiental ou áreas de proteção permanente.

Os dados socioeconômicos do Censo 2010 apresentados pelo IBGE (53) para a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente reforçam a realidade de um bairro com o IDH-B de 0,268, o que pode ser considerado baixíssimo e ocuparia a última posição do ranking mundial quando comparado com o Índice de Desenvolvimento segundo os dados de 2021, Brasil ocupa a posição 87 a menor em 30 anos (54).

Apesar de ter sido realizado a mais de 10 anos, e nesse período ocorrem mudanças visivelmente observadas no território da Sabiaguaba, o Censo 2010 ainda é uma forma de categorizar a realidade socioeconômica do bairro. Apesar de ser um dos bairros menos populosos da Cidade de Fortaleza, a Sabiaguaba apresenta as menores taxas de alfabetização a partir dos 10 anos (87,94%). Desse percentual de moradores sem alfabetização a partir dos 10 anos 17,4% são responsáveis pelos domicílios. Além disso, o território apresenta o segundo maior percentual de domicílios sem energia elétrica (2,58%). Relacionando a questão ambiental e de saúde, 12,71% dos moradores jogam lixo no terreno ou nas ruas, um dado alarmante dada a possibilidade de poluição em um bairro com áreas de APA's e Parques naturais (53). Sobre a categorização dos moradores a uma predominância do sexo feminino sobre um masculino, 50,73%, e de jovens (25,3%) sobre idosos (4,9%) (55).

O bairro conta com duas unidades públicas, Escola Municipal Josefina Parente de Araújo e Escola Municipal Manuel Eduardo Campos, não tendo uma Unidade Básica de Saúde (UBS) específica para o território, sua inserção fica em uma das equipes da Unidade de Atenção Primária (UAPS) José Galba de Araújo. A distância da unidade de saúde até o ponto mais extremo do bairro, a Comunidade da Boca da Barra, é de aproximadamente 11 km e aproximadamente 1h e 30 min de caminhada segundo o aplicativo Google Maps, a distância da UBS das localidades do território gera uma falta de acessibilidade dos moradores. Apesar da falta de outras políticas públicas que promovam direitos humanos e saúde, a população encontra nos espaços naturais locais práticas de lazer e exercícios físicos. A relação de lazer é dada em especial dos mais jovens, seja através de atividades na praia, como banho e futebol, no banho de rio, em contato direto com o mangue, ou até mesmo no banho nas lagoas inseridas dentro do campo de dunas (56).

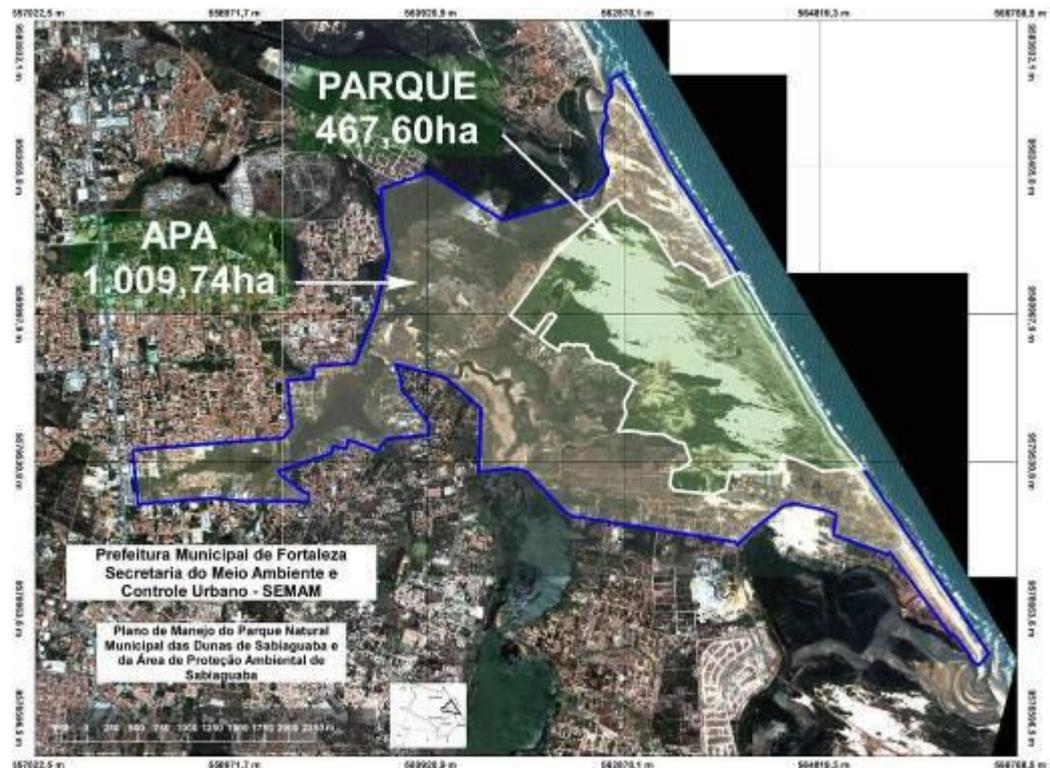
A Sabiaguaba é um bairro de uma grande capital do Brasil, Fortaleza, mas, diferente dos demais bairros, apresenta uma configuração natural parcialmente preservada. O que é lembrando neste trecho da Liderança 01:

Algum tempo atrás no comecinho da militância um professor da universidade trouxe para mim uma pesquisa onde ele disse que em Fortaleza só existe 3% por cento de mata nativa e 2,3% dessa mata está dentro da Sabiaguaba. Está dentro desse parque da Sabiaguaba. Então é muito significativo, tipo, o quanto tinha de mata, o quanto tinha de verde dentro da cidade de Fortaleza e só existe 3% que era nativo. E 2,3% está aqui dentro. É muita coisa. Os últimos 20% de dunas, isso alguns anos atrás, quando foram refazer a pesquisa só estava com 17%. Vem diminuindo. Então a nós possuímos os últimos 17% de dunas de Fortaleza. (Liderança 01)

Pelo fato de ser um bairro ainda conservado naturalmente, com grande diversidade natural e após pressão da sociedade civil, no intuito de proteger os ecossistemas da região, foi criado por decretos duas unidades de conservação pelos decretos municipais nº 11 986 e nº 11 987: o Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba (PNMDS) e a Área de Proteção Ambiental de Sabiaguaba (APA Sabiaguaba) (Figura 2) (18).

As Unidade de Conservação são regulamentadas pela Lei nº 9.985 de 2000 e são compreendidas como áreas delimitadas em que as ações humanas são restritas para proteger o patrimônio natural, paisagístico e o ecossistema além de melhorar a recuperação e a qualidade de vida da população usufruidora.

Figura 3 – Localização da Unidade de Proteção Integral Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba (PNMDS) e a Área de Proteção Ambiental da Sabiaguaba (APA-Sabiaguaba).



Fonte: Plano de Manejo do PNMDS e da APA de Sabiaguaba (17).

O Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba tem o tamanho de 467,60 ha e conta com dunas móveis, fixas e semifixas, faixa de praias e lagoas costeiras e interdunares. A APA de Sabiaguaba conta com um total de 1009,74 ha e serve como Zona de Amortecimento para o Parque Natural das Dunas de Sabiaguaba e atua através de fundamentos e critérios para minimizar os impactos na Unidade de Proteção Integral (UPI) (17).

Por sua grande extensão territorial é comumente dívida por seus moradores em territórios ou comunidades: Gereberaba, Sabiaguaba, Boca da Barra, Abreulândia, Verde é Vida, Jaçanã (56). Essas localidades são comumente identificadas pelos seus moradores como vemos na transcrição:

[...] a área onde eu moro é chamada de Verde é Vida. Quando se tem as subdivisões do território onde moro é nomeado de Ver é Vida. Um pouco mais para baixo é a Jaçanã, Boca da Barra, então o bairro tem essas subdivisões e onde eu moro tem esse nome Verde é Vida. (Liderança 01)

Mesmo morando no mesmo território, esses núcleos populares demonstram peculiaridades nas suas formas de reprodução de vida e moradia e em sua relação com a natureza. A população tradicional possui formas de organização e pautas distintas dos outros núcleos. Enquanto a população do Verde é Vida está organizada para pedir saneamento básico a comunidade tradicional está lutando para permanecer no seu território. Essas diferenças por diversas vezes se encurtam causando sobreposições das formas de vida, por exemplo, o núcleo familiar mais próximo ao bairro Lagoa Redonda possui um grupo de pescadores que pescam dentro da Comunidade Tradicional da Boca da Barra e que também sofrem com os problemas ambientais daquele espaço com a falta de peixe como iremos falar mais a frente neste trabalho. A fala da Liderança 05 versa sobre esse conflito de interesse que pode acontecer com as sobreposições de formas de vida:

[...] Um território com várias comunidades dentro e é natural que haja uma divergência de sobreposição de territórios. Eu vou te dar um exemplo. A gente tem um território, cartografia social, que é muito mais amplo do que a comunidade da Boca da Barra. Chegam na comunidade da Sabiaguaba e começam a se instalar vários grupos. É normal que haja essa sobreposição de uso de território. É normal que o pessoal da Lagoa Redonda que hoje é Sabiaguaba eles venham pescar aqui. Então quando tem essa transição, não existe conflito. Existe uma sobreposição. Então quando você não consegue entender que essa diversidade que se sobrepõe a um território tradicionalmente ocupado, você começa a justificar que é o conflito... São só formas sociais de grupos que não tem a mesma característica. Muito simples. Agora se você não consegue entender isso, infelizmente você vai achar e confundir tudo. Eu te pergunto como é que nós somos uma população de pescadores e marisqueiras que tem uma relação profunda com essa área da boca da Barra que conhece o mar, o rio que conhece manguezal conhece todo esse ecossistema a gente vai falar sobre a periferia da Sabiaguaba. Então se eu chegar para falar sobre a periferia vai acontecer um choque, porque a minha realidade não é aquela. Então a minha a minha organização social com esse núcleo é diferente desse núcleo. A minha necessidade não é essa. Mas esses grupos transitam entre eles. Eles estão nos territórios. (Liderança 05)

5.1.1 A relação entre população e o território da Sabiaguaba

O território da Sabiaguaba imprime uma forma de organização da vida que se assemelha a um ambiente rural ou até híbrido, urbano e rural. Apesar de não estar isolada da capital do Ceará apresenta características que não refletem a realidade urbana e seus amontoados de casas e prédios. Através de pesquisa (18) é possível refletir sobre a influência sofrida pela Sabiaguaba rural e sua relação com os demais bairros de Fortaleza:

A influência sobre Sabiaguaba ocorre de diversas formas: visitantes, a maioria famílias da própria capital; visitantes/invasores com grandes carros 4x4 e quadriciclos, que passeiam sobre dunas, sendo fonte de muitas reclamações dos moradores; donos de casas de veraneio; meios de comunicação, principalmente o rádio e a televisão; trabalhos fora do bairro; parentes em outros bairros; constante dependência dos centros comerciais de Fortaleza para adquirir produtos e serviços; e necessidade de equipamentos do poder público. Outra forma de influência, ocorre na forma de pressão de grupos econômicos ligados à indústria do turismo de massa, ou ainda pressão sobre o meio ambiente por empresas de extração mineral.

Essa forma própria de viver em Fortaleza, que se assemelha com o meio rural, é reconhecida pelos moradores do território que utilizam o termo “interior”, na dualidade capital/interior, para se referirem a formas de vida rurais que se afastam das formas urbanas, nos relatos das Lideranças 02, 03 e 04 podemos observar isso:

Nós sempre achamos que Sabiaguaba é o interior. (Liderança 02)

Conseguimos observar modos de vida semitradicionais muito bem preservados. Nas demarcações territoriais e geográficas. Conseguimos ver ainda pessoas que fazem criações de animais, que sobrevivem da pesca e da agricultura. Inclusive a minha família é uma família de agricultores, uma família de pessoas que tem criações de animais... conseguimos perceber esses pontos específicos como um diferencial do bairro de Sabiaguaba no contexto geral dos bairros de Fortaleza... Em lugares do bairro de Sabiaguaba em muitos quintais vemos currais, pocilgas, que são criações de porcos. Vemos pessoas saindo da lagoa e trazendo a rede cheia de peixes para o quintal e ali fazer o tratamento dos peixes para assar, comer e tomar uma cachaça. Vemos carroças passando na rua, vemos pescadores vindo da praia, então essas

demarcações que são imagéticas e que participam desse território elas demarcam modos de vida. (Liderança 03)

[...] meu avô é pescador, criador e agricultor... meus amigos mais velhos são amigos do meu avô e que me levaram para esse lado da Sabiaguaba que é meio rural. Nasci na cidade, mas, ao mesmo tempo, sem ser na cidade porque aqui é como se fosse o interior mesmo. (Liderança 04)

O modo de vida não urbano dentro de uma grande capital promove uma identidade própria e local a Sabiaguaba. Os moradores muitas vezes apresentam o local como “Comunidade da Sabiaguaba” ou se apresentam como “sabiaguabense”. “A minha relação é de amor, de ser um cidadão sabiaguabense mesmo, que me faz sentir orgulho. Temos uma riqueza de natureza tão grande, de pessoa, de cultura, de tradição que me faz sentir orgulho de morar aqui.” (Liderança 04)

O termo comunidade remete a sentimentos bons, um local confortável no qual gostaríamos de viver no mundo de hoje e sentimos falta. Reforçando também a ideia de espaço rural já colocada por nós acima. A expressão “sabiaguabense” reafirma a identidade desta população com o espaço de vida e com os demais moradores (18).

Neste trabalho compreendemos a Sabiaguaba enquanto um território na perspectiva de Santos (2011), em que: “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (57). Logo, um local que fundamenta o “trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (57).

Ao serem questionados sobre sua relação com o território, as lideranças comunitárias destacaram sua forte identidade com o local, não apenas como um espaço de moradia de descanso, mas como produção e reprodução da vida. Os trechos da liderança 01 e 03 versam sobre essa questão:

“Acho que a (nome da liderança) de hoje ela só é assim devido a vivência que ela tem nesse território... porque viver na Sabiaguaba vai para além só do lugar onde está a minha casa onde eu moro é o lugar onde está minhas relações, raízes fincadas. É o local onde eu exerço o trabalho hoje.” (Liderança 01)

“A minha relação com o bairro é múltipla, porque faz minha história, é o lugar da minha família, dos meus ancestrais, pegando nesse ponto de vista mesmo histórico. Também é ao chão que eu piso, ao ar que eu respiro, são as ruas que fazem parte da minha memória afetiva. Lugares que são matrizes, inclusive das minhas criações no campo artístico, porque eu trabalho com fotografia, eu desenho, eu escrevo. Então, isso tudo, esse imaginário de Sabiaguaba, ele participa da minha vida de forma estrutural.” (Liderança 03)

Percebemos o sentimento de pertença dos moradores a aquele local expressos nas falas corriqueiras e nos trabalhos científicos como de Rocha e Meireles (18) ao falar da relação dos moradores mais velhos, que vivem há décadas lá, e dos mais novos, que nasceram no território: “o de pertencer àquele local e de o local pertencer a eles”. Mesmo aqueles que não nasceram na Sabiaguaba e chegaram já adultos ao território mudaram sua forma de compreensão quando submetidos a vivência comunitária e a relação com a natureza que a Sabiaguaba proporciona.

[...] a princípio, eu não tinha muita relação com o bairro. Vinha dormia, trabalhava numa empresa fora da Sabiaguaba em Fortaleza... Quando eu voltei, a gente começou a fazer uma barraca lá no Rio Cocó. Que a mãe dela (sua esposa e nativa) já viviam lá há algum tempo, ela nasceu lá no caso, nasceu dentro do rio. Então a trocamos uma casa com o irmão dela e construímos a barraca para gente. Aí sim aí, eu comecei a me fixar na terra, entendeu? A conhecer os valores dali. O quanto valorizo o pescador, o rapaz da ostra, todo mundo. Foi quando eu comecei a vivenciar. Comecei a ver. E aí, piorou mais ainda porque eu estando aqui eu comecei a observar as mazelas do povo. A falta de água, a falta de energia, a falta de moradia. Nós começamos a querer participar mais da comunidade. (Liderança 02)

Outra questão fundamental que encontramos nas falas das lideranças comunitárias foi a forte conexão entre os moradores e dos habitantes com a natureza que faz parte do espaço geográfico:

A minha relação com a Sabiaguaba vem desde quando nasci. Me criei e cresci aqui e moro aqui até hoje. Foi o único lugar que eu morei na minha vida e desde pequeno eu tive muito contato com a natureza, com a população. Ia para praia, para o rio... Faz oito anos que eu fotografo e esses oito anos é de muito contato com a natureza. De saída para a trilha de madrugada, passar o dia no mato. Isso me fez aprender muita coisa sobre a Sabiaguaba, sobre a natureza. (Liderança 04)

Para (54) o território se define antes de tudo pelas relações sociais em que ele está mergulhado, essas relações não se dão apenas entre os homens, mas também com a natureza. Essa forma relacional que encontramos na Sabiaguaba entre “ser humano-natureza-território” forma uma construção humana distinta da apresentada nos demais bairros de Fortaleza.

Na Comunidade Tradicional da Boca da Barra essa relação se aprofunda ainda mais. O território se expande virando espaço de produção da história, da memória de todo um povo:

Falar como é minha relação com o território, eu começo dizendo que com palavras não dá para explicar. Porque é uma coisa profunda que transcende a ideia do físico... Eu pertencço a um grupo que se chama de núcleo Suíra e a minha relação com o território, ela transcende a ideia dessa preservação de meio ambiente que exclui o homem da natureza. Eu não vejo essa diferença e nem me permito essa ignorância nesse sentido... meu povo que tinha uma relação profunda com a ancestralidade, com a encantaria, que utilizavam o território para produzir cura, com ervas, com canto, com rezas. E que transitavam dentro do próprio território que se expandia. Nem existia essa invenção chamada Sabiaguaba, ela nasce depois. Quando você pega toda essa história você percebe que as pessoas se alimentam do território, que eles têm uma narrativa da memória do povo que habitava em suas comunidades que existiam na Sabiaguaba antiga. A minha relação com o território transcende a ideia de um lugar físico chamado casa. Então qualquer tipo de agressão ao território é uma agressão ao corpo físico também. É uma agressão ao corpo físico, a memória dos meus mais velhos, um desrespeito à história. (Liderança 05)

Vemos na fala da liderança uma profunda relação entre o território e a saúde, tema pertinente neste trabalho. A tradicionalidade apresentada no território traduz o conceito de saúde em um formato mais amplo e que pode contribuir no adoecimento daquela população como veremos nos próximos capítulos deste trabalho quando relacionarmos a compreensão do

paradigma saúde-doença na visão das lideranças comunitárias e os conflitos ambientais e seus impactos na saúde.

O território em uma perspectiva de saúde e qualidade de vida pode ser compreendido através na tríade saúde-ambiente, em pelo menos três questões são relevantes (59):

- 1) A história da saúde pública foi marcada por uma relação de saúde e ambiente, mesmo que este vínculo esteja enfraquecido;
- 2) Saúde e ambiente fazem contraposição ao modelo estritamente biológico do processo de saúde-doença, se opondo também a um afastamento do homem em relação à natureza, como foi apresentado na fala da liderança 05 acima;
- 3) Movimentos sociais estão cada vez mais relacionados em suas pautas protetoras do ambiente, como estratégia de preservação da humanidade.

O conceito de território nos estudos da saúde no Brasil tem sido fortalecido com a implantação do SUS e partiu dos gestores e estudiosos em administração dos serviços e trabalhadores. Tal fato ocorreu após a Reforma Sanitária Brasileira que defendeu um serviço de base territorial, logo, gerou um interesse sobre os territórios para a saúde. Esses debates redefinirão o próprio conceito de território utilizado nas políticas públicas de saúde, ampliando o até então território político-administrativo (59)

Os territórios na saúde coletiva, onde se desenvolvem ações de saúde pública, são produções coletivas, com materialidade histórica e social e configurações espaciais singulares compatíveis com a organização política administrativa e institucional do setor. O objetivo é prevenir riscos e evitar danos à saúde, com base em um diagnóstico de situação de saúde e das condições de vida de populações em áreas delimitadas. Por isso, eles pressupõem limites, organização e participação, para se constituírem em espaços de troca e pactuações para a qualidade de vida e o sentimento de bem-estar (55).

Em grande parte dos trabalhos escritos na literatura científica sobre o território da Sabiaguaba a perspectiva apresentada a partir de uma visão conservacionista dos estudos ambientais (60), que coloca em conflito a população-natureza, atribuindo aqueles que moram naquele território os prejuízos ambientais e destruição: acúmulo de lixo, falta de saneamento, desmatamento, moradias irregulares (61). Nossa intenção neste trabalho é abordar essa relação de forma mais ampla e analisar também a população do território da Sabiaguaba agindo de forma protetiva.

5.2 VIDA E ADOECIMENTO: COMPREENSÃO DAS LIDERANÇAS SOBRE O PARADIGMA SAÚDE-DOENÇA NA SABIAGUABA

Para compreendermos os impactos dos conflitos ambientais no território da Sabiaguaba é fundamental a relação entre saúde e doença a partir da compreensão das lideranças comunitárias e feitas através das colocações em entrevistas semiestruturadas. As respostas das lideranças comunitárias foram discutidas, durante esse capítulo, a partir de autores que estudam as relações de saúde por meio do conceito de saúde ampliado.

No momento da entrevista semiestruturada foram feitas as seguintes perguntas: "O que promove vida no território da Sabiaguaba?" e "O que promove adoecimento no território da Sabiaguaba?". O termo 'saúde' foi, intencionalmente, trocado pela palavra 'vida' como preocupação dos pesquisadores caso a compreensão de saúde dos entrevistados fosse próxima de um conceito mais tradicional de saúde como, saúde é a ausência de doenças. O objetivo de extrair dos participantes o máximo de informações.

Em suas falas as lideranças comunitárias, trouxeram conceitos e suas compreensões a cerca de um conceito ampliado de saúde, mesmo não sabendo das preocupações dos

pesquisadores. As falas que mais aprofundaram tais percepções foram as da Liderança 03. No primeiro momento relacionou as palavras ‘vida’ e ‘saúde’:

“Eu falo vida porque saúde é a base, na minha cabeça. Eu não tenho uma leitura teórica sobre isso, mas, na minha cabeça, a vida ela perpassa por você ter saúde. Se você não tem saúde como é que você vive... Então, para mim a base de uma vida útil, de uma vida plena, é você ter saúde.” (Liderança 03)

Ao aproximar vida e saúde a liderança comunitária se afasta do que Breilh (33) chama de negatividade do conceito do conceito de saúde. Essa negatividade se dá pelo fato de definir a saúde sempre pelo lado negativo, da doença, e imediatamente contrário ao lado positivo, que representa um estado saudável. Essa díade saúde-doença positivista, dificulta uma compreensão ampliada, multidimensional da saúde que analisa diversos fatores e suas contradições em uma perspectiva dialética. Esse processo multidimensional da compreensão da saúde podemos ver no trecho abaixo:

Eu acredito muito que os geradores de vida, bem-estar e de saúde eles vão muito além dessa saúde dita como algo que você tem que tomar um remédio para ficar bom, que você tem que ir ao hospital para ficar bom. A saúde ela começa na base. Ela começa desde os lugares onde habitamos. Vai incluir uma série de questões como saneamento básico, a salubridade da casa na qual está morando porque a rua ela pode ter até saneamento básico, mas se você tiver numa casa cheia de goteira, a minha saúde é extremamente afetada por isso. Eu acredito que essa construção de saúde é uma estrutura inteira. (Liderança 03)

Desta forma, o conceito de saúde expresso pelo entrevistado é mais amplo do que a concepção de que saúde é a ausência de adoecimento. Ao dizer que saúde “começa na base”, mas é “uma estrutura inteira” o entrevistado traz uma visão multidimensional das relações (33). O entrevistado também se aproxima do entendimento de saúde como um direito ao citar moradia e saneamento básico. Na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 196 é assinalado que “saúde é direito de todos e dever do Estado”, que deve ser garantido por políticas públicas,

sociais e econômicas, que visem a diminuição de riscos de doenças e agravos, além de ações de promoção, proteção e recuperação (62). Essas interações irão se aprofundar no continuar desta seção do trabalho.

A compreensão de saúde-doença das lideranças comunitárias se relaciona através de como eles veem o território. Como já mencionado no capítulo acima, o bairro da Sabiaguaba é compreendido como um território que vai além de um espaço de moradia e resguarda uma forte relação com a natureza, cultura, relação comunitária e a tradicionalidade.

A relação dos moradores com o território se expressa de diversas formas. A convivência com a natureza, e a conservação dos elementos geográficos se mostram um ponto favorável, na visão das lideranças comunitárias:

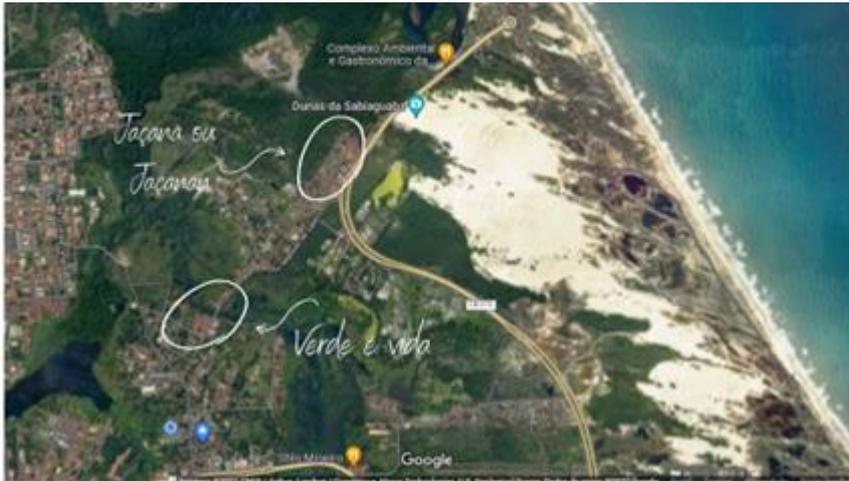
[...] o próprio lugar ele já promove vida. As áreas verdes, temos uma área de proteção ambiental, temos um parque de dunas, lagoa, o rio, uma praia que carrega inclusive o mesmo nome do bairro que é a Praia Sabiaguaba e eu acredito que todos esses elementos da geografia eles são elementos geradores de vida. (Liderança 03)

Essa relação entre moradores e elementos naturais presentes no território também pode ser identificada quando observamos os nomes dos núcleos populacionais do bairro, como é o caso da Jaçanã² e do ‘verde é vida’. A liderança 01 falou sobre isso:

Está tudo ligado. Temos várias áreas de proteção ambiental, um mosaico. Temos um pouco de tudo: dunas, mata, praia, rio, mangue... a gente pode respirar esse ar tranquilo. Acho legal chegar nos cantos e vermos que somos um bairro verde. Tanto é que essa área onde eu moro é chamada de verde é vida. (Liderança 01)

² Jaçanã é um pássaro endêmico da América do Sul que vive próximo a rios e brejos, ambiente característico da Sabiaguaba, possuem pés grandes que parecem caminhar sobre as águas.

Figura 4 – Sinalização dos núcleos populacionais Jaçanã e Verde é vida



Fonte: Imagem extraída do aplicativo ‘Google Maps’ e editada pelo autor.

A conservação da natureza existente, simbolizada pelo termo ‘verde’ ou ‘bairro verde’, aqui novamente encontramos a palavra vida. Logo, podemos afirmar que as áreas verdes do território simbolizam a produção de vida naquele espaço. A frase “a gente poder respirar esse ar tranquilo” faz uma relação direta com a saúde ao trazer que o ar respirado no território é mais puro pela grande presença de árvores. Isso fica mais explícito na fala da Liderança 03:

O bairro de Sabiaguaba tem uma promoção de saúde no sentido de as áreas verdes, de uma natureza bem preservada. Inclusive uma questão biológica que é o ar que respiramos. O ar de Sabiaguaba é completamente diferente do ar da Messejana... Porque lá a poluição é bem maior. Essa área verde ela biologicamente contribui para que o ar daqui ele seja mais puro.

A poluição atmosférica pode ser compreendida como a presença de substâncias nocivas na atmosfera que podem causar danos ao ambiente e a saúde da população, a exemplo de problemas respiratórios e circulatórios especialmente em crianças e idosos (63). No estudo de Farias (64) a população que mais sofre com poluição atmosférica é a de menor poder aquisitivo, pois, são obrigadas a residir a margem de rodovias e próximo a indústrias com alto

potencial poluidor. Contraditoriamente a população do território da Sabiaguaba apesar de seu baixo poder aquisitivo e estar presente em uma grande metrópole, suscetível a uma maior poluição, respira um ar de mais qualidade na visão dos participantes, logo são menos vulneráveis.

Outra questão relacionada a forma de organização social e natural do bairro e a promoção de saúde é a sonoridade:

Eu acho que a sonoridade também influencia demais na nossa saúde. A classe trabalhadora sai de manhã de casa, cinco horas da manhã e volta seis horas da noite, sete, oito horas, dependendo do deslocamento você escuta barulho direto. Se você chega em Sabiaguaba na minha rua, por exemplo, sete horas da noite não tem nenhum barulho, não tem nem carro passando direito. Essa sonoridade impacta na gente de uma forma direta. (Liderança 03)

A poluição sonora tem se intensificado com o avanço da sociedade e é a terceira maior forma de poluição do mundo. Seus impactos para saúde são diversos, como cefaleias, irritabilidade, instabilidade emocional, ansiedade, insônia, fadiga, além de provocar sintomas secundários como aumento na pressão arterial, glicemia e distúrbios gastrointestinais. Mesmo se encontrando dentro de uma grande cidade, a Sabiaguaba não passa por grande poluição sonora causada por grandes fluxos de carros e indústrias (65).

Os elementos naturais da praia, rio, morro sempre são citados como antecedentes de estruturas que simbolizam a promoção de saúde e de qualidade de vida. Às vezes são feitos em oposição a problemas sociais passados pela comunidade, como a questão da renda familiar baixa, como podemos ver na fala da liderança 2.

Você sente praia, rio, morro, toda uma qualidade de vida, rico em qualidade de vida... A comunidade como diz minha esposa, ela passava fome comendo lagosta e camarão. Aí é a qualidade de vida que temos. E a gente não percebe. Porque a gente não tem noção do que tem na mão. O morador não sabe o que tem na mão. (Liderança 02)

A fala em tom de humor coloca alimentos caros e muitas vezes obtidos por classes sociais mais abastadas, como lagosta e camarão, entretanto frutos da pesca da população tradicional, em contradição com a situação de insegurança alimentar passada por famílias na região. Dados apresentados pelo informe do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) (66) do Governo do Estado do Ceará reforçam o contexto de dificuldade vivido por parte da população da Sabiaguaba que trazia uma renda média de 594 reais e 83 centavos, abaixo de um salário-mínimo em valores da época.

Em uma situação mais atual, a pandemia de Covid-19, a Liderança 03 versa sobre a potencialidade das relações comunitárias no combate a insegurança alimentar no território da Sabiaguaba e sua relação com a saúde em uma compreensão ampliada de saúde que traz a garantia de alimento como determinante de saúde:

Essa relação comunitária que ela também promove saúde. Por exemplo, meu pai é agricultor. Ele não é uma pessoa que pode ajudar todo mundo, ele vende o excedente e ele troca também mercadorias ele faz um escambo. O que ele não pode plantar ele compra e ele revende. Mas durante a pandemia quem chegava aqui com cinco reais para comprar uma sacola de verdura durante a pandemia, o meu pai tem essa sensibilidade porque isso é um elo comunitário são construções antropológicas indígenas e quilombolas se falta aqui a nossa comunidade não vai deixar essa pessoa morrer de fome, meu pai complementava a sacolinha e eu estou cansado de ver ele fazendo isso. Aqui eu digo que a gente não passa fome por isso, porque tem essa questão comunitária de um ajudar o outro. Isso influencia na nossa saúde porque a alimentação é a base para nossa saúde. Comer bem, beber uma água potável, uma água limpa isso influencia diretamente na nossa saúde. (Liderança 03)

Essas ações de solidariedade no combate à insegurança alimentar foram ampliadas durante a pandemia de Covid-19, principalmente em 2020 e 2021. Iniciativas como a “Periferia Viva” e “Nós por Nós”, organizadas por movimentos populares e voluntários, usavam o conceito de solidariedade ativa. Nessa concepção o povo é sujeito coletivo e ativo no processo de mudança. A solidariedade é um princípio a ser seguido, não como caridade, mas processo de emancipação das pessoas (67). O caso do agricultor da Sabiaguaba pode ser compreendido

como uma solidariedade ativa por estar imerso num contexto de relação comunitária. O combate à fome e o direito humano à alimentação não se faz apenas com a distribuição de cestas básicas, mas como uma mudança na sociedade na organização das formas de produção alternativas ao agronegócio e a monocultura temos como exemplo a agricultura familiar (68). Na Sabiaguaba encontramos iniciativas de agricultura familiar como hortas urbanas, em que se plantam hortaliças e quintais produtivos com frutas, feijão, mandioca, milho, maxixe e quiabo.

Como vimos, o 'verde' é um local de coleta de alimentos e reprodução do trabalho. Além do cultivo de plantas, a pesca é uma atividade realizada no território, tanto da comunidade tradicional, como por outros moradores do território, que realizam pesca com o objetivo de complementar as refeições ou forma de lazer, mesmo que essa não seja sua atividade remunerada principal. "... tem uma riqueza natural. Para nós é uma fonte de vida, de alimento, de sustento para muitas famílias. Seja falando dos marisqueiros, dos pescadores, das pessoas da comunidade tradicional, que pesca, caça. Caça os aratus, para sobreviver, os caranguejos." (Liderança 04)

A pesca artesanal para as comunidades pesqueiras tradicionais é compreendida como símbolo de soberania alimentar, segurança econômica e habitacional e erradicação da pobreza. Além de garantir aos ecossistemas uma condição de reprodução seguindo os ciclos naturais. Além de proporcionar aos territórios condições de manutenção da vida em outras dimensões, como: modo de vida, diversidade cultural e ecológica (69).

Os elementos da natureza presentes no espaço territorial da Sabiaguaba também são espaços de lazer, de atividade física e de promoção de saúde mental para a população que vive no bairro. A liderança 03 fala sobre isso: "a praia é um lugar de socialização para a periferia. Você trabalhou a semana toda, e chega na sexta-feira está cansado, mas você sabe que no domingo vai ter jogo de futebol e depois de tarde você pode ir para praia ou para duna apreciar um pôr do sol e encontrar os amigos". Essa relação entre natureza e homem na prática da

atividade física e das atividades de lazer não é mecânica, utilizando os ambientes naturais apenas como meio de realizar a atividade física, mas se faz de maneira relacional em uma aproximação entre homem e natureza.

São espaços de relação, são espaço de afetividade. Uma coisa que eu estudo e que penso muito também é que esses lugares como a Sabiaguaba que estabelece uma relação próxima natureza e homem, são lugares de afetividade. Pensamos a saúde não só no corpo, mas de forma geral. Pensamos em saúde mental também. Eu posso fazer uma trilha se eu estiver estressado. Eu posso passear nas dunas, ver o pôr do sol, namorar, fazer uma série de questões que por limitações geográficas, outros bairros de Fortaleza não podem mais fazer. Então quer dizer que a saúde é essa construção inteira. (Liderança 03)

Apesar de não ter uma ligação direta entre realizar atividade física e ser saudável como se coloca muitas vezes na sociedade (66) a prática pode promover aumento no metabolismo basal, adaptação no cardiorrespiratórias, ganho de musculatura e o controle do peso, melhora na circulação, a preservação de doenças crônicas e outras benesses a saúde (71). Quando relacionado à saúde mental, a prática de atividade física produz hormônios que promovem a sensação de felicidade na produção atividade de saúde mental (73). O encontro dos moradores nas práticas e em atividades coletivas também são formas de reforçar positivamente a saúde mental e o bem-estar dos grupos, ainda mais quando realizado sobre as belezas naturais da Sabiaguaba podem se tornar espaços de cuidado e acolhimento.

O território da Sabiaguaba também produz suas relações de saúde através da memória e da preservação seja da cultura tradicional na “...cultural que algumas famílias ainda mantêm a tradição de fazer quadrilha, reisado, dramas. Tem o grupo das dramistas que são da Lagoa Redondo, mas também são da Sabiaguaba. E o que promove vida é o contato com a natureza, o contato com essa cultura tradicional. (Liderança 04) ou na manutenção das tradicionalidades como é o caso da Comunidade da Boca da Barra, a Liderança 05 traz essa questão ao falar dos troncos velhos: “tem um leque de coisas que promove a vida e que motiva.

Além de você ter troncos familiares antigos. Isso promove um estado de consciência que a preservação histórica cultural”.

A preservação saberes e crenças que resguardam a história dos territórios, muitas vezes são transmitidos oralmente e repassado de geração em geração, aqui, em relação a Sabiaguaba, estão inserimos o drama o reisado e as histórias e estórias da comunidade tradicional que contam com nomenclaturas únicas de locais no bairro que tem nomes somente são falados na comunidade, a exemplo do “Alto do Rola” e “Mata do Miriú”. A segunda tem seu nome mais popular por estar em conflito ambiental e ameaçada de ser destruída em troca de um loteamento de casas. A relação com a natureza e o ecossistema, com a cultura, crenças, lendas, estórias e histórias que expressam formas próprias na vida social e política da comunidade ao analisarem a identidade tradicional dos povos do mangue no Cumbe, Ceará (63). Esse estilo de vida é um princípio gerador e unificador dessas comunidades.

O território da Sabiaguaba enquanto espaço relacional e de pertencimento do seu povo que, na compreensão das suas lideranças, produz vida e saúde pela sua relação com a natureza, com a comunidade e cultura e se desenvolve de forma própria em suas dimensões ambientais, econômicas, políticas e sociais em conflitos com projetos destruidores do território se assemelha em diversos pontos com a compreensão de Machado *et. al* (35) acerca dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis. Dentro desse entendimento de territórios livres e saudáveis a Liderança 05 traz que:

O que promove a vida, e eu falo de uma forma ampla e coletiva, eu acredito que seja a diversidade...Do que promove a vida. Eu diria assim, esse estado de consciência seria justamente isso: território livre, saudável e a as práticas das tradições, dos costumes, da pesca, coleta de fruta, coleta de ervas, coleta de raízes, de cascas, cata e de caranguejo. (Liderança 05)

Essa diversidade pode ser compreendida nas diferentes formas de vida existirem no mesmo espaço. Essa reafirmação de diferentes formas de vida existentes no mundo é radicalmente oposta à concretização de um humano padrão, homogêneo e logo descolado da sua relação com a natureza, que não consegue respeitar as formas distintas de viver, como por exemplo, a Comunidade Tradicional da Boca da Barra. Neste rumo Krenak (74) faz o comentário:

A ideia de nós, os humanos, nos deslocarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade de formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo.

Essas tentativas de homogeneização são contrárias a produção de saúde e foram ligadas ao adoecimento na Sabiaguaba, a exemplo da especulação imobiliária que para a Liderança 05 sua própria negação pode ser considerada como promoção da saúde, pois sua concretização é o oposto a vida tradicional da comunidade:

O que promove vida para nós enquanto população tradicional é um território livre da especulação imobiliária. É o direito de ir e vir sem conflito. Direito à terra, garantida. Ter uma segurança alimentar, uma segurança hídrica. Poder pescar, ir à mata, andar pelos morros, caminhar na praia, ir pescar, coletar uma fruta, tirar recursos da natureza para fazer a própria cura. Isso é vida. É alimentar, é partilhar com os pescadores, com as marisqueiras, com a diversidade de pessoas que somam esse território chamado Sabiaguaba. (Liderança 05)

A especulação imobiliária foi o principal tema encontrado quando os pesquisadores fizeram a pergunta “O que promove adoecimento na Sabiaguaba?”. As lideranças trouxeram prejuízos à saúde, causados pela especulação imobiliária, em diversos ângulos e conflitos ambientais. Por isso, neste momento inicial, tentaremos separar o tema em três partes: impacto

a vida da Comunidade Tradicional da Sabiaguaba, luta pela posse de terrenos e a construção de loteamentos e a relação do estado com a especulação imobiliária.

Na compreensão da Liderança 05 às mudanças trazidas pela especulação imobiliária atingem diretamente a forma de vida da Comunidade Tradicional. Sua mudança no espaço físico, a destruição da natureza causa alterações na forma de vida e de trabalho da população da Boca da Barra. Ilustrando de forma didática os impactos à saúde, a Liderança divide os impactos a saúde física, mental/psicológica e espiritual. Em sua constituição a OMS em 1946 traz dois pontos trazidos pelo entrevistado, a saúde física e mental, para definir o que é saúde. Para a OMS (75) saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade.”.

Ao trazer o adoecimento físico a Liderança 05 relata:

O impacto na saúde é físico, é a escassez de alimentos devido a especulação imobiliária dos grandes empreendimentos no Rio Cocó. Isso começa a impactar na minha mesa. Eu vou te dar um exemplo. Qualquer tipo de intervenção com discurso de melhoria que ela impacta diretamente dentro do rio, está afetando diretamente a cadeia alimentar da população tradicional. (Liderança 05)

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPP) o caso da Comunidade da Boca da Barra não é isolado, mas uma forma que se repete em outras regiões do Brasil. O Relatório dos Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil de 2021 é enfático a destacar três violações dos direitos humanos e ecológicos das comunidades: a perda do território pesqueiro, a devastação ambiental e a precariedade na pesca artesanal. (69). Essas três violações aparecem e se misturam na oratória da Liderança 05 todos eles são relacionados com processo de adoecimento dos moradores da comunidade tradicional.

Neste primeiro relato ao relacionar a saúde física duas violações de direitos humanos são destacadas, a perda do território pesqueiro e precariedade da pesca que afeta a alimentação da comunidade tradicional. A perda do território significa um choque ao direito fundamental da moradia, modo de vida e os meios de subsistência, essas dimensões são fundamentais para o acesso a alimento e a vida das comunidades tradicionais de cultura pesqueira (76).

Os impactos ambientais causados pela especulação imobiliária na mudança da forma de vida da comunidade tradicional perpassam a dimensão do físico e se entrelaça com adoecimento mental e psicológico como podemos ver em:

[...] quando os impactos ocorrem a escassez de peixe, a escassez de marisco que vão se dando através dos empreendimentos, em nome do progresso desordenado, isso afeta os marisqueiros, afeta o pescador. Começa o primeiro adoecimento mental, depois que ele deixa de fazer as suas práticas tradicionais. Ele é uma pessoa que se sente inútil porque ele não tem mais como fazer suas práticas tradicionais. Isso começa a adoecer o físico porque a pessoa começa a não praticar mais suas atividades. Segundo. A pessoa deixa de praticar a sua liberdade de espírito. Porque a pesca, para muitos, é só pegar o peixe. Mas, para muitos eles não conseguem explicar a manifestação que eles sentem naquele momento. Não é só fato de jogar rede. Não é só o fato de pegar o peixe, mas tem toda uma ciência que muitas vezes a pessoa não consegue explicar com palavras. (Liderança 05)

Ao relacionar a falta de alimento e de território para a reprodução de sua atividade laboral fala-se sobre o impacto psicológico da não realização de suas práticas tradicionais. A perda do território ou pela ação direta da especulação imobiliária como a expulsão das famílias como aconteceu na Comunidade Tradicional de Cajueiro no Maranhão, e quase se repete na Sabiaguaba, ou de forma indireta com a devastação ambiental outra violação dos direitos humanos (69). A liderança 01 também compreende que a perda de território afeta a saúde mental dos moradores da Comunidade da Boca da Barra:

[...] Quando elas não são removidas do seu território, quando elas não são retiradas para outra parte ou são expulsas da daquela parte do território porque a especulação que é que é utilizar aquele espaço. Acontece assim o adoecimento psicológico. Você tem uma relação com aquele lugar. O lugar no qual você cresceu e tem sua história. De repente você é arrancado daquele lugar. Isso pode sim trazer adoecimento psicológico para essas pessoas. Como aconteceu de ouvirmos relatos de pessoas dizendo “minha mãe morreu de desgosto quando tiraram ela de tal local e impediram de fazer tal coisa. (Liderança 01)

Esse adoecimento mental desencadeado por processos de injustiças ambientais (76) podem ser geradores ou potencializadores de sofrimentos psíquicos e de doenças crônicas como vemos em:

Estes conflitos socioambientais impõem sofrimentos psíquicos que condicionam ou desencadeiam diversas enfermidades mentais, como: depressão, riscos de suicídio, dependência química, estresse crônico e demais distúrbios mentais que repercutem na saúde do corpo e agravam enfermidades como diabetes, hipertensão arterial, doenças gastrointestinais, ou seja, agravam ou desencadeiam doenças psicossomáticas (69,174-175).

Ao falar sobre a relação entre o ato de pescar e o pescador, o jogar da rede de pesca, fica explícito um aspecto relacional entre o homem e a natureza que a enxerga de forma mais as do que um ‘recurso’ econômico, essa relação se amplia e se aprofunda mais do que uma relação de comércio (76).

A devastação ambiental pode causar intensa degradação ambiental que pode provocar alterações fisiológicas e bioquímicas que comprometem a sobrevivência de organismos vivos alguns desses são: desaparecimento de espécies ou mesmo disfunção ou mutação, além de afetar a qualidade do pescado trazendo prejuízos à saúde humana com intoxicações, casos neurológicos, respiratórios e digestivos (69). A liderança 01 falou conosco sobre degradação com a construção do Iguatemi na década de 1980, “Se você parar para conversar com os mais velhos eles vão dizer que quando Iguatemi foi construído desceu pelo

Rio Cocó uma borra branca e saiu matando todos os peixes”. Por último a especulação imobiliária impacta com o adoecimento espiritual:

Quando você tem um território que é agredido pela especulação imobiliária e tem um processo de apagamento histórico, você começa a deixar de frequentar os cantos sagrados, não como forma de religião, mas de como essas pessoas entendiam que esse espaço era sagrado dentro da mata. Então você começa a perder esse espaço, isso é um adoecimento espiritual. (Liderança 05)

Em seu relatório sobre os conflitos ambientais nos povos das águas, a CPP reforça que o impacto de uma nova conformação do território leva à perda da identidade coletiva que é o principal meio de manutenção das tradições repassadas de forma oral e prática de geração em geração. A identidade tradicional fortalece o exercício da pesca artesanal e garante a manutenção dos equilíbrios dos ecossistemas (76).

Apesar do destaque inicial a especulação imobiliária não é a único objeto de adoecimento segundo as lideranças comunitárias outras questões como esgotos e falta de saneamento básico, ocupações desordenadas, enchentes, lixo, empresas poluidoras, introdução de animais exóticos, empreendimentos estatais e até mesmo o descaso do poder público.

A ação do estado em muitas ocasiões pode ser destacada como atuação positiva, como: construção de uma escola, unidade básica de saúde, saneamento básico e vias públicas. Entretanto neste caso foi destacada pela liderança 03 uma atribuição negativa do estado. Essa ação negativa foi identificada de duas formas: pela ação do estado no território e pelo descaso que os entes públicos têm com ele.

[...] o que gera adoecimento são as intervenções do próprio estado. Porque as nossas maiores problemáticas ambientais que enfrentamos dentro do bairro de Sabiaguaba, os moradores em si, é a falta do Estado, é a ausência. Para mim a ausência do estado ela é uma ausência programada, então eu nem chamo de ausência, mas de uma ação direta do estado. O estado falta, mas ele falta com intencionalidade, então se ele falta com intencionalidade não é uma falta, é uma ausência. Ela é uma ação direta do estado. (Liderança 03)

As cidades brasileiras são marcadas por intenso processo de ocupação e acumulação de massas urbanas que geram diferentes tipos de vulnerabilidades ambiental, social e de saúde. Sem políticas públicas dignas, grandes contingentes populacionais passaram a ocupar territórios e construir moradias à sua maneira sem nenhum apoio do estado para garantir políticas públicas de inclusão social. O surgimento de grandes periferias e favelas veio associado à falta de trabalho, renda, seguridade social, assim como, moradia, saneamento básico, problemas que estão presentes até o dia de hoje (77). Essa realidade se replica nas comunidades das populações dos campos, florestas e águas, no qual há uma ausência de políticas que olhem para seus territórios e compreendam suas necessidades. A realidade nessas populações são os altos índices de pobreza e analfabetismo e a falta de acesso à educação, transporte público, saneamento e acesso em saúde precário em todos os níveis de atenção à saúde (78).

É sobre essa ausência que destaca a Liderança 03, a ausência de políticas públicas que garantam a cidadania das populações mais vulnerabilizadas e ações que modifiquem estruturalmente suas vidas. A realidade de negação de direitos e ampliação de conflitos é fruto do nosso modelo de desenvolvimento que no modelo capitalista prioriza as classes sociais dominantes e seus interesses.

Ao lidar com a contradição entre presença e ausência a liderança 04 destaca as ações negativas e positivas de empreendimentos estatais e seus impactos para a organização, a forma de vida e a saúde da população da Sabiaguaba a Liderança 04 traz o seguinte relato:

[...] desmatamento também que vemos que acontece, mas isso não é nem o pior problema, porque não impacta tanto quanto construções de certos empreendimentos ou de rodovias ou de pontes. Desde a construção daquela Ponte da Sabiaguaba, que faz a ligação do Caça e Pesca com Sabiaguaba, mudou muita coisa no Rio Cocó e na nossa vida cotidiana. Porque com a construção daquela Ponte da Sabiaguaba começou a ter mais trânsito de carros e a transitar mais pessoas de outros lugares. Vir mais pessoas de fora e acabou que a nossa dinâmica de vida mudou um pouco. Melhorou a questão do acesso para as praias, Praia do Futuro, Praia do Beira-Mar, mas ao mesmo tempo

trouxe mais violência, trouxe mais roubo, deu para notar bastante. (Liderança 04)

As condições positivas se referem a área de mobilidade urbana que melhorou em alguns aspectos o deslocamento na cidade para os trabalhadores que trabalham em áreas mais nobre como Meireles, Aldeota e Beira-mar. Entretanto, mesmo esses benefícios tiveram suas partes negativas como o aumento fluxo de veículos a partir da construção da Ponte da Sabiaguaba e da CE 010. O tráfego não é exclusivo de trabalhadores, também houve a ampliação de caminhões pela CE 010, já que a estrada foi construída com o objetivo de ligar o interior do estado ao Porto do Mucuripe. Outro ponto destacado foi em relação da violência e roubos, com os múltiplos acessos e possibilidade de tráfego vieram o aumento na quantidade de roubos e o conflito de facções criminosas de outros bairros com a da Sabiaguaba. A pacata e rural Sabiaguaba agora apesar de bem conectada com a capital Fortaleza sobre com atuais problemas urbanos que marcam a cidade.

Outros pontos encontrados no relato das lideranças comunitárias do território e que se relacionam com a ausência do estado e a falta de políticas públicas que possam garantir os direitos humanos aos moradores da Sabiaguaba são eles: a ocupação desordenada nas margens de lagoas e rios, esgotos e o lixo. Esses três pontos são determinantes no processo de saúde-doença dos moradores.

Em Fortaleza diversas famílias vivem em favelas, áreas de riscos ou assentamentos informais. O Estado do Ceará vem passando nas últimas décadas por um processo de urbanização que reflete no crescimento de Fortaleza. A seca e obras públicas foram fatores que motivaram o intenso fluxo migratório para a capital do estado, além do decréscimo migratório para a região norte do país. Outro fator associado foi a melhoria das condições de saúde nas cidades com a diminuição das taxas de mortalidade na cidade a partir da década de 1980. O acúmulo de pessoas na cidade de Fortaleza de um contingente de segmentos sociais de baixa

renda ou sem renda social alguma impossibilita o acesso a compra de habitações pelo valor praticado pelo mercado formal o que os resta a essa população é optar pela única forma de sobreviver abrigado, muitas vezes ocupando territórios que seriam impróprias para habitação.

(79). A liderança 03 remete a períodos anteriores aos colocando acima:

A gente está vivenciando agora as enchentes. Ninguém escolheu morar perto de um lugar irregular para a ocupação urbana. Na realidade essa construção ela vem desde o início lá das formações de Brasil onde esses povos foram, desde a abolição da escravidão, por exemplo, que essas pessoas foram empurradas para construção das primeiras favelas. Em Fortaleza não é diferente. Essa construção é histórica. (Liderança 03)

As ocupações em áreas à margem do Rio Cocó e, principalmente, em sua conexão com a Lagoa da Precabura, localizados próximo ao núcleo populacional ‘Verde é vida’, foram sendo ampliadas ao longo dos anos. No período da quadra chuvosa³ a região sofre com o aumento de níveis das águas das lagoas que causam inundações e promovem situações de adoecimento da população como vemos na fala da Liderança 01:

A cidade vai crescendo de maneira desordenada. As pessoas vão construir onde dá para construir e muitas vezes é próximo do rio quando vem a época de chuvas essas águas que antes tinham um curso natural para seguir, hoje bloqueada com construções, essa água vai para dentro dessas casas e acaba trazendo doenças para essas pessoas. (Liderança 01)

Estimuladas pelas desigualdades sociais e falta de poder econômico locais impróprios para moradias se tornam mais suscetíveis à ocupação. Inundações estão entre as ameaças naturais que mais causam danos humanos e materiais a população, e podem destruir vidas humanas, por afogamento, destruição dos direitos ou bens, pela fome, por doenças que

³ A quadra chuvosa é o período de maior chuva no Estado do Ceará e se divide, geralmente, em quatro meses: fevereiro, março, abril e maio.

são transmitidas pela água e hídrica (80). Desta forma, a uma combinação de vulnerabilidades socioambientais no qual são combinados aspectos sociais, ambientais, políticos econômicos e culturais.

Inundações têm sido frequentes em áreas urbanas suas consequências e podem ser naturais ou causadas pelos seres humanos, causados pelo desmatamento, degradação do solo e falta de drenagem. (81). No caso da Sabiaguaba apesar de não ser registrada nenhuma morte por afogamento os moradores passam pelo processo de perda material, a enchente danificou móveis, eletrodomésticos e roupas, além de tornar-se um local propício para a transmissão de doenças. Outro prejuízo a população são os problemas de mobilidade urbana já que o trânsito de carros, inclusive de transporte público, fica inviável na região. Essa demanda histórica da população da Sabiaguaba rendeu até a presença do atual Prefeito da Cidade de Fortaleza, Sarto, como mostramos aqui na figura 05, no qual prometeu a construção de uma ponte que resolvesse os problemas ainda em 2022, o que não aconteceu.

Figura 5 – Rua Sabiaguaba inundada pelas águas da Lagoa da Precabura, ponte que passa por cima do braço da lagoa também está submersa.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A demanda por melhoria das condições de vida para famílias em condições irregulares de habitação é recorrente, são pedidos: saneamento ambiental, construção ou reforma de habitações, instalação de equipamentos sociais, como UBS, creches e escolas (79). E a falta de sensibilidade e prioridade dos governos na garantia desse direito é uma inação também do estado.

Figura 6 – Atual Prefeito de Fortaleza caminha vereadores e moradores da Sabiaguaba



Fonte: Prefeitura de Fortaleza⁴.

Outra questão que relaciona a ausência de ação do estado e o adoecimento da população da Sabiaguaba são os esgotos a céu aberto. O bairro não possui serviço de tratamento do esgoto e realiza seu tratamento de esgoto, em geral, por fossas sépticas, entretanto na região do núcleo populacional Verde é Vida os esgotos seguem para a superfície. Por se constituir em uma área ocupada e próxima a um berço de água em que ocorrem alagamentos anuais, a área representa um risco à saúde. A liderança 01 fala sobre essa problemática:

⁴ <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-sarto-vai-a-areas-de-risco-na-praia-do-futuro-e-sabiaguaba-e-anuncia-projeto-de-requalificacao-urbanistica>.

Temos muitos problemas com a questão de águas e esgotos no território. Já que como tantos outros bairros Sabiaguaba não tem nem tratamento de esgoto. Os esgotos correm a céu aberto. As águas cinzas das casas correm a céu aberto e tudo isso vai para dentro do rio. Em época de chuva essas águas cinzas se encontram e acabam atrapalhando as casas. Tem época do ano que tem muita muriçoca nas casas, tem época do ano que é fácil se ver barata, insetos, ratos convivendo próximo dessas pessoas. (Liderança 01)

Apesar do acesso a água e a esgotamento serem reconhecidos como direito humano em 2015, a realidade mundial no quesito saneamento ainda é preocupante, falta de instalações sanitárias adequadas e a defecação ao ar livre ainda é realidade. Mesmo com a diminuição nos últimos anos de doenças relacionadas com acesso a água, esgotamento sanitário e a higiene ainda ceifam a vida de 842 mil pessoas no mundo e cerca de 20% das crianças que vêm a falecer tem como causa doenças diarreicas. Outras doenças também estão relacionadas à precariedade dos serviços de esgotamento sanitário como enteroparasitoses e as arboviroses (82). As arboviroses são um problema recorrente na cidade de Fortaleza e no bairro de Sabiaguaba. A presença de ratos associados a enchentes pode aumentar também o risco de leptospirose.

O impacto dessas águas atinge também a natureza e o modo de vida da população. Muitas vezes vemos moradores pescando nessas águas ou até utilizando como espaço de fazer, principalmente, no momento das enchentes. É possível notar a grande presença de material orgânico produzido pelos dejetos humanos que chegam ao rio pela grande presença de aguapés.

Por último, outro fator relacionado ao paradigma saúde-doença foi o lixo. Nesse momento iremos tratar de duas questões: o descarte do lixo pelos moradores e as políticas públicas relacionadas à coleta seletiva de lixo. Essas questões se entrelaçam e demonstram a complexidade de resolução do tema. Em sua fala a Liderança 01 destaca que mesmo que mesmo havendo coleta regular do lixo, alguns moradores ainda fazem o descarte incorreto do lixo:

Por mais que a gente tenha o carro passe regularmente recolhendo esse material as pessoas ainda usam ainda utilizam ainda fazem o descarte do lixo de uma maneira incorreta, em algum terreno vazio, algumas pessoas ainda continuam descartando. Logo traz mais doenças para essa população. (Liderança 01)

O descarte incorreto do lixo pela população atribui danos ambientais e para a saúde humana, no caso da Sabiaguaba essa díade caminha ainda mais junto. A contaminação de corpos de águas, enchentes, proliferação de vetores transmissores de doenças: cães, gatos, ratos, moscas, vermes e baratas, além de arboviroses e a poluição visual, mau cheiro. O acúmulo de lixo atua negativamente em diversos temas, que anteriormente apontamos como produtores de saúde, a exemplo das belezas naturais que visualmente são colocadas como promotores de saúde pela população (83). A proliferação de vetores de doenças dialoga também com a reflexão feita pela Liderança 04 e aprofundando o impacto desses animais a fauna nativa e ao equilíbrio ecológico:

O que acontece é que não tem um controle dessas espécies e o que a gente vê é muito cachorro, gato abandonado no meio da mata, no meio das ruas e eu acho que tinha que ter um programa que tivesse um controle. Que ajudasse a resgatar esses animais para os lares, das pessoas ou então para abrigos e tivesse como controlar realmente algumas zoonoses. Que acabam sendo transmitidos como é o caso do da leishmaniose. Que a gente conhece como calazar, que é uma doença que pode afetar tanto os animais quanto afetar a gente. (Liderança 04)

A problemática do lixo é complexa e se relaciona com diversos outros conflitos ambientais e problemáticas de saúde trazidas anteriormente. Entretanto, a temática do lixo é comumente associada a forma como a comunidade se organiza. Esse olhar é por vezes culpabiliza a população remetendo exclusivamente a aquela população um problema que é complexo e deve envolver diversas ações do estado e da sociedade civil. A entrevista 01 fala sobre essas contradições:

[...] a problemática de lixo, que até tive um embate esses dias na faculdade com o pessoal, pois acho muito ruim o quanto o estado culpabiliza a sociedade e ele mesmo não dá ferramentas para resolver essa problemática do lixo. Porque que fica nas campanhas vamos reciclar vamos, mas a coleta não é seletiva. A coleta que passa é um caminhão que joga tudo dentro e leva para um aterro. Não faz sentido, não faz sentido.” (Liderança 01)

A coleta de lixo da cidade de Fortaleza e do bairro da Sabiaguaba não é seletiva. Todo o lixo da cidade tem como destino o Aterro Sanitário Metropolitano de Caucaia. Segundo Gonçalves Ferreira (84) a quantidade de resíduos sólidos aumentou 29%, entre 2003 e 2014, e apenas 58% de todo lixo chegou a aterros sanitários o restante foi descartado em lixões que não possuem tratamento adequado e colocam em risco o meio ambiente e a saúde pública. Na Região Nordeste contamos com 837 lixões e apenas 453 aterros sanitário licenciados.

Uma alternativa largamente debatida e implementada na sociedade é a coleta seletiva de lixo que papel, plástico, metais e vidro são separados e passam por um processo de reciclagem sendo novamente utilizados. Mesmo sendo fortalecida em todo o país após a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no ano de 2010 essa não é uma que vemos em todo o país, na verdade o poder público nacional tem poucas iniciativas concretas deixando a iniciativa privada grande parte desse setor, outro contingente é de catadores de materiais recicláveis que vem realizando anonimamente um trabalho que mescla a sobrevivência de suas famílias e a realização de um trabalho que ajuda a humanidade e o planeta terra (85). Em Fortaleza, por exemplo, a coleta seletiva não é realizada de porta a porta, dificultando a concretização da reciclagem.

A iniciativa de reciclagem que se apresenta em Fortaleza são os Ecopontos, que são pontos de coletas voluntários que iniciaram em 2015. No total são 90 equipamentos espalhados por toda capital do Ceará. Nesses espaços são recolhidos materiais recicláveis, podas de árvores, sobras de construções, além de baterias de lítio. A Liderança 03 cita os ecopontos como reivindicação para atuar de forma complementar como política pública da coleta de lixo:

O que gera adoecimento? São as poluição, as degradações ambientais. Por exemplo, não há coleta seletiva regular nas ruas do bairro de Sabiaguaba.... também quero falar dos pontos de coleta de lixo...Precisamos ter esses Ecopontos, estou falando ecoponto como uma possibilidade. As políticas públicas de coleta de lixo. (Liderança 03)

Apesar de ser avaliada positivamente por usuários e gestores e ser importante instrumento de não acúmulo de lixo em vias, praças e terrenos baldios, os Ecopontos têm limitações. Por ser um serviço territorial, bairros ou ruas distantes do espaço físico não conseguem fazer conexão com o equipamento. Outro fator é que atuando sozinho como iniciativa da Prefeitura de Fortaleza atua apenas no pós-consumo e não de forma antecipada na criação dos materiais como preconiza a PNRS (86). Igualmente crítico é o território da Sabiaguaba não possuir um Ecoponto, pois se trata de um bairro com a presença de um Parque Municipal em que a questão do lixo deveria ser tratada com mais responsabilidade pelos seus possíveis danos à natureza.

Eu acredito também que um processo que é vinculado não só a questão ambiental, mas no bairro lembrando de novo que a gente mora numa periferia, são as políticas públicas de cultura, são as políticas públicas de juventude que a gente não tem praticamente nenhuma. Eu acho que isso melhoraria muito a saúde, a nossa saúde de uma forma geral. A saúde também está na minha na minha cabeça. Esse conceito de saúde está muito ligado também às questões dos conflitos ambientais. Precisamos lembrar que a gente está numa cidade sitiada de facções. Então lugares para o lazer, para ocupação da rua. Eu acredito muito na ocupação da rua. Eu sei que a gente está passando por períodos críticos de relação mesmo de estar na rua, nos lugares. Mas esses lugares ocupados, bem ocupados, também são grandes possibilidades de encontro. Eu acredito que é no encontro onde a gente se fortalece. Isso gera saúde, é um gerador de saúde também, de bem-estar. Eu lembrei de um ponto muito importante. A gente falou da relação do território. Mas as promoções de saúde giram em torno de uma estrutura inteira. Então eu lembrei que aqui em Sabiaguaba não temos um posto de saúde nosso. Não tem uma UPA, não temos nenhuma unidade de atendimento mais direto às populações daqui do bairro e quando precisamos temos que ir à Lagoa Redonda. Que é o posto Galba de Araújo. Aqui do estado a gente tem duas escolas, uma é a Josefina Parente e o Eduardo Campos que é uma escola inclusive que eu já trabalhei. Agora a gente vai ter uma areninha. (Liderança 03)

5.3 CONFLITOS AMBIENTAIS DA SABIAGUABA E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE

Durante todo o capítulo anterior tentamos a partir da visão das lideranças comunitárias compreender a relação entre saúde e doença no território da Sabiaguaba. Quando se referiram ao que causava adoecimento no território da Sabiaguaba ficou explícito a relação entre os adoecimentos e os conflitos ambientais presentes no território.

Neste capítulo o objetivo será mapear os conflitos ambientais da Sabiaguaba e sua relação com o processo saúde-doença. Para coletar as informações presentes neste capítulo foi feito o seguinte questionamento: “Existe algum conflito socioambiental no território? Fale sobre ele e seus prejuízos a curto e longo prazo para o ambiente e para a saúde da população”. É importante destacar que apesar de haver na entrevista semiestruturada um questionamento sobre os conflitos ambientais, a temática aparece durante toda a entrevista. Além da entrevista semiestruturada também foi utilizado o diário de campo no qual era anotado as principais reuniões e ações dos grupos organizados na Sabiaguaba.

Aqui os Conflitos Ambiental foram selecionados a partir do diálogo: injustiça ambiental e organização da comunidade, desta forma, denúncias sobre injustiças sociais que não houve nenhuma forma de organização não estarão neste capítulo. Estudar os conflitos ambientais na Sabiaguaba é um processo que exige do pesquisador uma reflexão profunda sobre o modelo de desenvolvimento e suas interfaces com a falta de democracia nos processos decisórios, concentração de poder econômico, uso indiscriminado dos recursos naturais e desrespeito aos direitos humanos fundamentais, como: preservação da cultura, moradia, participação social, convivência comunitária, renda, moradia, educação e a saúde (14).

Mapear os conflitos ambientais vai além de reunir informações sobre episódios, objetiva-se democratizar informações desses conflitos e suas resistências como forma de criar alternativas comunitárias e políticas públicas que possam ser resolutivos para as populações atingidas, além de fortalecer iniciativas que aprofundem a experiências promotoras de saúde e ambiente através do paradigma da vigilância popular em saúde.

Os conflitos ambientais serão estudados a partir da Justiça ambiental, em uma unidade as problemáticas ambientais e de saúde, dando espaço privilegiado para uma compreensão comunitárias dessas interfaces já que a pesquisa tem como público lideranças comunitárias, reforçando, assim, que o trabalho não é apenas uma lista de questões trazidas por moradores, mas uma ação de pessoas imbricadas com a dinâmica da comunidade e ações de modifiquem a realidade em que se encontram (14).

Dentro dessas métricas foram selecionados 10 conflitos ambientais:

- 1) Ponte Sobre o Rio Cocó;
- 2) Construção da CE-010;
- 3) CE-010 invade a Duna da Baleia;
- 4) Poluição da Lagoa da Precabura;
- 5) Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba;
- 6) Desmatamento e queimadas;
- 7) Especulação imobiliária, construções irregulares e o loteamento na Mata do Miriú

5.3.1 Ponte Sobre o Rio Cocó

A Ponte da Sabiaguaba ou Ponte sobre o Rio Cocó, possui 325 metros de extensão e 21,40 metros de largura, liga os bairros Praia do Futuro e Caça e Pesca à Sabiaguaba. Sua construção se iniciou em 2002 com previsão de conclusão em 2003, porém o projeto sofreu

atrasos após ter sua construção questionada por obedecer ao projeto inicial. Sua conclusão ocorreu apenas em 2010 com reclamação dos moradores sobre o descaso com a estrada⁵. Mesmo com a obra da ponte construída a estrada que ligava a ponte a avenida Maestro Lisboa apresentava problemas estruturais, falta de acostamento e sinalização, buracos. Outra questão foi o aumento do fluxo de carros e o perigo trazido pela nova conexão com outros pontos da cidade. Essa relação se intensificou em algumas regiões com a construção da CE 010 que ampliou ainda mais o fluxo de carros e caminhões na região.

Figura 7 – Imagem da Ponta da Sabiaguaba do ano de 2021.



Fonte: G1 Ceará.

A Ponte da Sabiaguaba ou Ponte sobre o Rio Cocó, possui 325 metros de extensão e 21,40 metros de largura, liga os bairros Praia do Futuro e Caça e Pesca à Sabiaguaba. Sua

⁵ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/enfim-ponte-da-sabiaguaba-e-inaugurada-1.131187>.

construção se iniciou em 2002 com previsão de conclusão em 2003, porém o projeto sofreu atrasos após ter sua construção questionada por obedecer ao projeto inicial. Sua conclusão ocorreu apenas em 2010 com reclamação dos moradores sobre o descaso com a estrada⁶. Mesmo com a obra da ponte construída a estrada que ligava a ponte a avenida Maestro Lisboa apresentava problemas estruturais, falta de acostamento e sinalização, buracos. Outra questão foi o aumento do fluxo de carros e o perigo trazido pela nova conexão com outros pontos da cidade. Essa relação se intensificou em algumas regiões com a construção da CE 010 que ampliou ainda mais o fluxo de carros e caminhões na região.

Sua construção tinha como objetivo conectar a região da Beira Mar, que parte da cidade com alta concentração de renda e grande presença de turistas, com o Beach Park e o Porto das Dunas como deixa claro a página do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes na passagem: “A conclusão da ponte beneficiará o desenvolvimento da região da Sabiaguaba, além de desafogar o tráfego nas Avenidas Washington Soares e Maestro Lisboa, atualmente as únicas vias de acesso ao Beach Park e Porto das Dunas grandes atrativos do turismo de nossa região⁷”. Mesmo falando de desenvolvimento da região da Sabiaguaba o documento dá qualquer informação sobre como ocorreria esse desenvolvimento. Em uma atividade na Assembleia Legislativa do Ceará, em 2011, um morador chegou a afirmar que a ponte não foi feita para a comunidade que estava, no momento, com dificuldades de locomoção e sem acesso a ônibus⁸. O desenvolvimento viria economicamente para a cidade através do turismo, mas não beneficiaria, esse mesmo debate sobre que tipo de desenvolvimento pautado pelo estado e as elites aparecerá novamente quando formos debater os conflitos ambientais causados pela construção do Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba.

⁶ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/enfim-ponte-da-sabiaguaba-e-inaugurada-1.131187>.

⁷ <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/obras-da-ponte-do-sabiaguaba-estao-em-ritmo-acelerado>.

⁸ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/al-debate-obra-em-vias-da-ponte-da-sabiaguaba-1.113166>.

Apesar dos ganhos de mobilidade urbana, a Ponte da Sabiaguaba apresentou diversos prejuízos ambientais, culturais e de saúde, em especial, a Comunidade Tradicional da Boca da Barra, parte já explorada anteriormente neste trecho. A construção da Ponte da Sabiaguaba modificou o trecho do Rio Cocó próximo a comunidade tradicional impactando na forma de vida da população que tem intensa relação com a natureza através da sua tradicionalidade. Compreendemos essas mudanças na fala da Liderança 01:

[...] se formos ver imagens daquela área da Boca da Barra de alguns anos atrás o rio não era ali onde ele passa hoje. O rio ele era um pouco mais à frente. Tanto que onde o Ecomuseu do Rust, o rio passava bem perto dele. Quando enchia a maré ficava ali bem próximo. Aquela área da Boca da Barra, próximo a Barraca do Mamão era uma área bem perigosa, quando a maré estava cheia. O rio caminha. Quando acontece esse assoreamento e a areia não consegue mais ser empurrada até o mar e ela vai ficando depositada em bancos de areia ao longo do rio. Nesse momento acontece o assoreamento que atinge os mariscos que desaparecem. Essas mulheres não conseguem mais pegar o marisco que está enterrado. Está tudo muito ligado. (Liderança 01)

O processo de assoreamento é o acúmulo de terra, lixo ou matéria orgânica no fundo do rio e pode causar impactos sociais e ambientais. Apesar de ser um processo natural ele pode ser intensificado por ação antrópica por acúmulo de sedimentos no rio ou pelo desmatamento das matas ciliares (87). Essa diminuição de profundidade pode ocasionar alagamentos, fator que trataremos em outro tópico deste capítulo.

No caso da Ponte da Sabiaguaba, os pilares colocados para sustentação da ponte foram importantes no acúmulo de areia que influenciou na diminuição de peixes no rio e de marisco. A mudança no formato do Rio Cocó peixe ao longo dos anos, atuou na forma de dificultar a vida da comunidade tradicional, que lentamente migrou da exclusividade da mariscagem para o trabalho em barracas de praia e o turismo.

Essas mudanças ambientais e sociais ocasionadas pela construção da Ponte da Sabiaguaba produzem impactos na saúde física, mental e espiritual da comunidade tradicional, como foi

colocado no capítulo anterior, pois essa população vive em intensa relação com o meio ambiente e suas formas de reproduzir a vida são rapidamente atingidas.

As formas de organização do território e o reconhecimento da tradicionalidade da comunidade e o fortalecimento de lideranças tem proporcionado que essas lideranças consigam propor alternativas de cuidado com o Rio Cocó e resistir a novas iniciativas que irão intensificar ainda mais a degradação com o meio ambiente e conseqüentemente a população tradicional.

5.3.2 Construção da CE-010

A construção da CE 010 se iniciou após a entrega da Ponte da Sabiaguaba em 2010, sua entrega, entretanto só ocorreu no ano de 2018, seu objetivo é ligar a CE 40, na altura do Anel Viário, até a Ponte da Sabiaguaba. Seu papel é ligar o Porto do Pecém ao Porto do Mucuripe, longe de uma justificativa social e de melhoria da vida da população, a CE 010 vem para cumprir a demanda de mercado, diminuindo o tempo de trânsito entre os portos. Outra justificativa, segundo o ex-governador do Ceará Camilo Santana é: “A CE-010 pega da Ponte da Sabiaguaba, no final da Praia do Futuro, que não dava para lugar nenhum. Quando terminava a ponte já era uma estrada de areia. Foi construída uma avenida dupla com ciclovia e segura”.

O governador do Ceará, até então, descreve a comunidade da Sabiaguaba como “lugar nenhum”⁹. A colocação foi feita erroneamente já que o bairro é conhecido, na cidade de Fortaleza, por sua importância ecológica e social, servindo como um reduto natural para animais e um ponto de alívio para a circulação de ventos, um importante repositório de água da cidade, e um ponto de lazer frequentado por toda a cidade de Fortaleza.

⁹ <https://www.seinfra.ce.gov.br/2018/05/18/estrada-da-sabiaguaba-rodovia-ce-010-sera-entregue-neste-domingo-20/>.

Além da ligação dos portos a CE 010 passa pelo complexo farmoquímico da cidade do Eusébio, local onde fica presente a Fiocruz Ceará. A entidade vem debatendo intensamente, em especial através do seu grupo que estuda saúde e ambiente, os impactos das ações desse polo farmoquímico na Lagoa da Precabura e com a comunidade ao entorno e pode ser um importante aliado no enfrentamento dos conflitos ambientais na Sabiaguaba, por sua importância científica e sua atuação na área de saúde e ambiente.

O valor de 119 milhões de reais divididos pelo governo do estado e pelo governo federal previu os serviços de “movimentação de terra, pavimentação asfáltica, drenagem, obras d’arte correntes e especiais (viadutos), sinalizações horizontal e vertical, proteção ambiental e piso intertravados” O termo proteção ambiental é jogado de maneira descabida dentre ações da obra de forma que precisamos refletir de maneira mais profunda sobre ele.

Ao tentarmos compreendemos melhor os impactos socioambientais trazidos pela obra nos deparamos com denúncias, ações trazidas pelas lideranças comunitárias da Sabiaguaba, como vemos na fala da Liderança 01:

Uma das problemáticas é a CE 010, que além passar próximo a duna, ela também cortou por dentro da mata, por dentro de hortas e acaba produzindo prejuízos para a comunidade. Essa CE 010 e a Ponte da Sabiaguaba e é tudo para escoamento para o porto. E quando íamos para as reuniões do Conselho Gestor da Sabiaguaba, local que brigamos sobre isso. Eles ficaram dizendo que era para melhoria da população. Não é para melhoria da população! Quando olhamos a CE 010 ela tirava o acesso da comunidade. A comunidade próxima a Jaçanã não tinha acesso à pista. Para conseguirem chegar em casa tinham que ir lá embaixo, na rotatória, para conseguir entrar na sua rua. (Liderança 01)

A estrada que tinha como uma das metas a proteção ambiental foi construída dentro da Área de Proteção Ambiental da Sabiaguaba (APA - Sabiaguaba), destruindo parte significativa das matas ali presentes e abrindo espaço para a ocupação irregular de casas da área de proteção ambiental. Além da destruição ambiental, os prejuízos para os moradores foram

diversos e impactam de diferentes formas. O núcleo de moradores da Sabiaguaba que sobrevivia da plantação de verduras e hortaliças e que cultivava hortas em áreas urbanas próximo ao parque das dunas teve sua área de cultivo reduzida afetando economicamente as famílias que segundo o Censo de 2010 a agricultura urbana ocupa 2,4% do território da Sabiaguaba.

Ainda em 2014 moradores da Sabiaguaba se reuniram para manifestar em frente a Duna da Baleia e esclarecer ao restante da população sobre o impacto da construção da CE 010 sobre a comunidade da Sabiaguaba. O título “Sabiaguaba, pista pra quem?” do panfleto que convocou a manifestação mostrado na figura 8 deixa muito nítido o contexto de crítica estabelecido pelos manifestantes que já denunciavam que a comunidade seria prejudicada com a obra que beneficiava os interesses de pessoas externas à comunidade.

Outro ponto também abordado na fala da Liderança 01 foi a mobilidade urbana. A estrada de via dupla com o comprimento de 10,5 metros cada pista facilitou o tráfego de cargas pesadas e dificultou o acesso a comunidade. O projeto retirou o acesso de carro e moto a parte da população em quase 4 km na região da Jaçanã, anteriormente mostrada através de mapa, muitos moradores para diminuir a distância se arriscam na contramão e aumentando significativamente o risco de acidentes na região.

Figura 8 – Imagem de um panfleto convidando para um protesto em frente a Duna da Baleia em 2014.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Os problemas apresentados anteriormente foram frutos de decisões duvidosas por parte da administração estadual que para cumprir com os interesses econômicos mudaram a estrutura da APA da Sabiaguaba para que a CE 010 pudesse passar por uma área que até então era considerada como área de proteção ambiental como relata a Liderança 02:

Não vão fazer aqui? Numa área que é protegida pelo Parque Municipal das Dunas da Sabiaguaba, mas que ele pode diminuir a poligonal como fizeram, na verdade afastaram a poligonal da duna para caber a CE010 dentro. Sem identificar a CE010 como um instrumento que danificava o local. (Liderança 02)

Outro relato, da Liderança 04, relata erros grotescos na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e categoriza a construção ambiental como um conflito ambiental e destaca a importância da participação popular na construção das resistências do Bairro da Sabiaguaba:

A construção da CE 010 foi um conflito ambiental porque eles queriam fazer de outras formas e tivemos que lutar para que essa construção fosse do jeito que impactasse o mínimo possível. Eu fui à reunião vi que lá tinha muita coisa irregular. Tipo, o estudo que fizeram da fauna e da flora estava totalmente errado com espécies que nem eram nativas, que nem existiam aqui no Brasil. (Liderança 04).

A mudança da poligonal da APA e os erros primordiais mostram a falta de seriedade em relação a uma comunidade em que o equilíbrio entre sociedade e natureza são ainda mais frágeis e impactam diretamente a vida, saúde das populações e da natureza como um todo. O exemplo mais trágico dessa falta de responsabilidade com o território da Sabaguaba, sua natureza e seu povo são em relação a Duna da Baleia, que estará no próximo tópico deste capítulo.

5.3.3 CE 010 invade a Duna da Baleia

Figura 9 – CE 010 invade a Duna da Baleia.



Fonte: Diário do Nordeste¹⁰.

¹⁰ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/ce-010-e-coberta-por-areia-de-dunas-em-fortaleza-governo-aguarda-permissao-da-justica-para-remocao-1.2991678>.

O ponto em discussão se torna simbólico, pois se trata da conexão entre as Dunas da Sabiaguaba, Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba, e o Rio Cocó, Parque Estadual do Cocó, espaço das faunas e flora das unidades de conservação. Mesmo fazendo parte dos parte dos Conflitos Ambientais ocasionados pela construção da CE 010 a invasão da Duna da Baleia é um fato que necessita ser compreendida de forma separada pela quantidade de injustiças e prejuízos a população da Sabiaguaba. Primeiro, devemos explicar o porquê de afirmamos que a CE 010 invadiu a duna e não o contrário. A Duna da Baleia como é chamada pela população da Comunidade tradicional da Boca da Barra é uma formação que marca o imaginário do território da Sabiaguaba como ponto de cultura, religião e lazer, através de um dos pôr-do-sol mais bonitos de Fortaleza, monte para a oração de fiéis evangélicos e esportes radicais como o Sandboard. Vimos isso no relato da Liderança 01:

As pessoas querem mudar o nome para dona dos crentes. Eu acho legal a gente nomear como os mais antigos nomeavam, então eles conheciam como Duna da Baleia. Por ela ter um formato de baleia. Hoje em dia ela está perdendo um pouco, mas ela tinha antigamente o formato da baleia.

Por se tratar de uma Duna móvel sempre está sofrendo constantes mudanças pela ação do vento e/ou da ação humana, entretanto a construção da CE 010 às suas margens mudou o seu percurso natural. Para os moradores locais que compreendiam a dinâmica móvel da duna, a entrada de areia na pista era uma situação premeditada e com previsão de tempo acontecer. Como fala a Liderança 01:

[...] a CE 010 ela foi feita de maneira criminosa pois ela não respeitou a margem da duna. Sabiam que era uma duna móvel que aquilo iria acontecer. Estava tudo previsto, todo mundo já sabia que aquilo ia acontecer. Por ela ser uma duna ela móvel ela caminha, com a força dos ventos. (Liderança 01)

Mesmo alertada por moradores ainda em 2014 os responsáveis pelo projeto de construção prosseguiram com a obra e em 2017 em menos de um ano após a entrega do trecho da CE 010 na região da Duna da Baleia o Departamento de Estradas e Rodovias (DER) resolveu em uma decisão unilateral colocar palhas sobre toda extensão da Duna da Baleia. A ação ilegal gerou indignação da população que fez uma manifestação em frete ao trecho cobrando o Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba (CGS) ação na denúncia da irregularidade.

Figura 10 – Manifestação contra a construção da CE 010.



Fonte: Arquivo pessoal.

A justificativa trazida pela comunidade é que este espaço era um dos únicos pontos turísticos e de lazer da Sabiaguaba. A ação além de destruir de irregular e gerava diversos impactos ambientais como a alteração da morfologia e dinâmica do aquífero. O DER foi autuado e

multado, porém a problemática estabelecida pela construção não foi selecionada e só aumentou seus dados ambientais. A figura 9 mostra como ficou a situação da Duna da Baleia após a instalação das palhas¹¹.

Em pouco menos de dois anos deste episódio a Duna da Baleia adentrava ao espaço da CE 010 tomando uma das duas vias construídas. A ação de movimento da duna, um processo natural, foi intensificada pela trepidação causada por veículos com grandes cargas e a ação humana na subida na duna.

Essa duna vem caminhando tanto com a força, dos ventos, da chuva, com o turismo acelerado. Essas pessoas acabam subindo pelo “lugar errado” porque tem os lugares certos para subir. Tanto é que quando vemos as pessoas pela frente da duna, dizemos que não é morador. Pois o morador sabe por onde sobe. Sobe pelo outro lado. Esse movimento de pessoas subindo na duna, subindo a duna pela maneira errada, ajuda com que essa areia desça e se acumule na CE 010. (Liderança 01)

Ao trazer o “lugar errado” a entrevistada fala sobre a porção de areia que está descendo sobre a pista. Essa diferenciação entre o local de subida na duna é amplamente divulgada no território indica uma local lateral como correto, pois esse diminui a descida de areia na pista e preserva momentaneamente o tamanho das dunas enquanto uma solução definitiva não é tomada.

¹¹ <https://g1.globo.com/ceara/noticia/moradores-da-sabiaguaba-em-fortaleza-reclamam-da-cobertura-de-dunas-com-palhas-de-coqueiro.ghtml>

Figura 11 – Palhas de Coqueiro são depositados nas dunas da Sabiaguaba.



Fonte: G1 CE¹².

Outro fator acelerador é a retirada de areia por retroescavadeiras utilizadas para desobstrução da via, como vimos na figura 10. O processo de retirada ocorre desde 2018 e sofreu um período de interrupção por estar tramitando na justiça. Depois de decidida a retirada judicialmente a prática é corriqueira o acontece com intervalos de 4 meses como foi dito pela Liderança 02:

[...] quanto a parte das dunas que está invadindo a pista, na verdade, a pista invadiu a duna sempre falamos que ela não está invadindo a pista, mas é o contrário. A pista invadiu a duna. Tem a erosão, que seria a erosão provocada por máquinas. Acaba deformando, se você observar está completamente deformada, a parte da frente pela retirada de areia. São sete mil metros cúbicos de areia que vão ser retirado a cada quatro meses.

A retirada das areias das dunas é radicalmente criticada pela comunidade, que lentamente perde sua identidade natural, religiosa e cultural, seu principal ponto turístico e uma

¹² <https://g1.globo.com/ceara/noticia/moradores-da-sabiaguaba-em-fortaleza-reclamam-da-cobertura-de-dunas-com-palhas-de-coqueiro.ghtml>.

marca histórica do seu território. Há relatos de moradores que falam de uma tristeza profunda ao passarem próximo a Duna da Baleia, que vem rapidamente perdendo tamanho pela retirada de areia. A areia retirada da área deveria ser depositada dentro do Parque, diminuindo o impacto da atividade, mas o que se visualiza é ação criminosa de contrabando de areia como traz a liderança 01:

O que é que o poder público tem a fazer? Eles vêm e tiram essa areia que está nas dunas e depositam no Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba. Pois deveria ser colocado dentro do campo de dunas. Só que sabemos que existem uns desvios. Partem para outros lugares do bairro que não era para estar. É muito comum a gente passar e ver a areia em outros lugares porque a pessoa pagou o trabalhador do caminhão e ele levou para outro local que não o campo de Duna. (Liderança 01)

Ambientalistas, como o professor Jeovah Meireles, são contrários à intervenção. O geógrafo participou da pesquisa que construiu o Plano de Manejo da APA da Sabiaguaba e um conhecedor do bioma fala que “Os biomas não podem mais estarem submetidos à mercantilização. Essas áreas têm que ser protegidas para melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram nas imediações.”

Figura 12 – CE 010 invade a Duna da Baleia.



Fonte: Diário do Nordeste¹³.

¹³ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/ce-010-e-coberta-por-areia-de-dunas-em-fortaleza-governo-aguarda-permissao-da-justica-para-remocao-1.2991678>.

Outro ambientalista e parceiro dos movimentos de resistências da Sabiaguaba o agora Vereador de Fortaleza Gabriel Aguiar, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em conjunto com geógrafos, biólogos, arquitetos e engenheiros construiu uma proposta definitiva para o crime ambiental, o Ecoduto, figura 11. A proposta foi apresentada a população da Sabiaguaba e proposto para Prefeitura de Fortaleza e o Governo do Ceará e tem valor estimado de 50 milhões de reais.

O ecoduto da Sabiaguaba é uma solução sustentável e pode solucionar o conflito ambiental causado pela construção da CE 010 e consiste em um duto que permite toda a passagem do ecossistema por cima da obra, através do encapsulamento da pista. Outras propostas como pontes, viadutos foram debatidos, mas posteriormente descartados. O projeto de interesse social e ambiental pode colocar o Estado do Ceará na vanguarda das soluções urbanísticas ambientais em contexto nacional¹⁴.

Esse, no entanto, não é a única problemática enfrentada no Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba. O tráfego de veículos 4x4, popularmente chamado de Off Road, vem impactando historicamente e ambientalmente a região. Historicamente, pois a sítios arqueológicos de povos originários, pescadores e coletores, que habitaram o espaço da Sabiaguaba por volta de 4500 anos atrás e que fazem parte do contexto histórico do Bairro, como lembra a Liderança 02 “bugueiros, carros sobre o sítio arqueológico, estamos perdendo tudo. O que está aparecendo que está quebrando, porque é muito carro em cima da duna”.

¹⁴ <https://gcmmais.com.br/noticias/2021/01/28/projeto-de-ecoduto-pode-resolver-o-conflito-entre-a-ce-010-e-as-dunas-da-sabiaguaba/>.

Figura 13 – Proposta de Ecoduto para resolução da problemática ambiental da Duna da Baleia.



Fonte: Grupo Cidade de Comunicação¹⁴.

Ecologicamente, pois acontece a deformação no formato natural das dunas e atingindo diretamente a fauna nativa com a destruição de ninhos e atropelamento de animais e de espécies migratórias que momentaneamente utilizam a Sabiaguaba como local de descanso e alimentação, um verdadeira Spa, enquanto o hemisfério norte enfrenta condições adversas no inverno. Sobre o Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba a Liderança 04 traz as colocações:

Ele é o local de várias espécies nativas, algumas espécies migratórias como “batuínas” e “Falcão Peregrino” que são espécies que vem do hemisfério norte e descem certa época do ano, geralmente, de outubro a abril para essa região. E o Parque Dunas da Sabiaguaba é como se fosse um refúgio, uma casa para eles. Esse refúgio tem comida, abrigo, zona de caça que é bom para esses falcões, campo aberto. Para nós tem água limpa, local para gente tomar banho, um sítio arqueológico que é datado como sítio arqueológico mais antigo do estado do Ceará que data de quatro mil e seiscentos anos. Esse sítio está sendo

soterrado por esses veículos off-roads. As dunas também estão se acabando. Eles sobem e descem tanto essas dunas que acabam cavando buracos e descendo toda areia que estava em cima da duna para o chão. Já vi nonas perderem metade do tamanho por causa disso. E também essa área do parque serve de local de reprodução de várias espécies de aves e de Tijubina, que são uns calanguinhos coloridos que tem lá, de cobra, várias espécies de sapos.

Apesar de ser uma unidade de conservação com alto nível de proteção vem sofrendo com o uso irregular de construções que afetam a dinâmica deste sensível ecossistema, a falta de fiscalização para essas situações fortalecem a impunidade na região e mesmo quando são denunciados, os usuários dessas práticas não recuam e respondem agressivamente como no caso do biólogo Gabriel Aguiar quem em conjunto com o Instituto Verde Luz e lideranças comunitárias denunciaram no ano de 2020 a prática de Off roads e por isso foi ameaçado até de morte. A prática de Off Road é considerada degradação ambiental pelo Plano de Manejo da APA da Sabiaguaba e tipificada como infração gravíssima pelo Código da Cidade com multa de até 4050 reais. A situação de ameaça ao biólogo criou um alerta na Agência de Fiscalização de Fortaleza (Agefis) que em apenas duas semanas multou 17 carros por tráfego irregular¹⁵.

A prática além de causar danos ambientais, compactação do solo e erosão, pode também perturbar a vida de animais e da própria comunidade local e de forma mais grave causar acidentes graves, como atropelamento de animais e pessoas que praticam atividades como sandboard (89).

5.3.4 Poluição da Lagoa da Precabura

A Lagoa da Precabura é um manancial hídrico importante para o território da Sabiaguaba e para a cidade de Fortaleza. Faz parte do conjunto de ecossistemas se relacionando

¹⁵ <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/06/14/dez-veiculos-sao-flagrados-trafegando-nas-dunas-da-sabiaguaba-neste-domingo.html>

com o Parque Estadual do Cocó, Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba, a APA da Sabiaguaba e o Apa do Pacoti, constituindo um mosaico de Unidades de Conservação. O rico ecossistema da Lagoa da Precabura conta com áreas de carnaúba, diversidade de espécies aquáticas e aves, segundo o Jornal o Povo em 2023 pelo menos 172 espécies frequentaram a Lagoa da Precabura cerca de 1/3 dos pássaros listados no Inventário da Fauna Cearense 2021¹⁶.

Figura 14 – Foto da Lagoa da Precabura



Fonte: Jornal O Povo ¹⁷.

Conhecida como o maior espelho d'água da Região Metropolitana de Fortaleza a lagoa vem sofrendo com a ocupação intensa de suas margens e com a especulação imobiliária. Há a ocorrência de acúmulo de lixo e despejo de esgotos das cidades de Fortaleza e Eusébio. Tem relevância ecológica, confirmada quando confirmadas que diversas espécies listadas como ameaçadas de extinção habitam a região: o gato do mato, batuíra-bicuda, maçarico-rasteirinho, maçarico-de-costas-brancas e outros que estão declínio populacional no Ceará, e social por

¹⁶ <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/06/10259315-lagoa-da-precabura-sera-uma-unidade-de-conservacao.html>

¹⁷ <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/11/03/lagoa-da-precabura-podera-ser-protetida-por-uma-unidade-de-conservacao.html>

abrigar ainda atividade pesqueira de subsistência¹⁸. Em nossas entrevistas a Liderança 04 fala sobre os conflitos ambientais e a importância de sua preservação:

As pessoas estão construindo próximo demais da margem da lagoa. Condomínios e casas os dejetos, o lixo desses condomínios, dessas casas vão direto para Lagoa da Precabura. É a lagoa maior que tem em Fortaleza que tem uma biodiversidade incrível, ela seca e enche todo ano isso propicia a entrada de várias espécies além de peixes, mas de aves também, aves limícolas que a gente chama, que são essas aves que vivem nos rios e lagoas, perto de água...Eu já fotografei três espécies ameaçadas de extinção nessa Lagoa da Precabura ...Só essas três espécies já faz com que aquela área precise ser preservada. (Liderança 04)

Por vir sofrendo a partir dos anos 1980 degradação intensa por ocupações irregulares, aterros, desmatamentos, especulação imobiliária e aporte de esgotos na Lagoa da Precabura e após mais de 30 anos de luta de diversas organizações como o Coletivo Siribóia em 2017 foi pedido o processo de criação da Unidade de Conservação aceito no ano de 2022¹⁹. O processo de estudo para criação de regras da Unidade de Conservação deve durar 5 anos.

O conflito ambiental presente na Lagoa da Precabura atinge diretamente as comunidades que vivem no entorno da lagoa. A piora na qualidade da água retira dessas populações a atividade da pesca, o plantio de lavouras temporárias e a atividade de lazer como a balneabilidade.

Outro ponto dois pontos são fundamentais para a compreensão dos impactos à saúde e ao meio ambiente na questão relacionada à Lagoa da Precabura: o aterramento de parte da lagoa que diminuiu a quantidade de água salgada vinda da foz do Rio Cocó e a eutrofização da água.

O aterramento e barragem de parte da Lagoa da Precabura que conectava com o Rio Cocó trazia água salgada que aumentava a variedade de peixes, siri e camarões na região, Após

¹⁸ <https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2022/07/Justificativa-APA-da-Precabura.pdf>

¹⁹ http://www.sema.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/36/2022/08/Estudo_tecnico_UC_Precabura_SEMA_PREL_IMINAR.pdf&sa=D&source=docs&ust=1675917905590407&usg=AOvVaw0BhA3OU8-CgjB9G6rkLXmy.

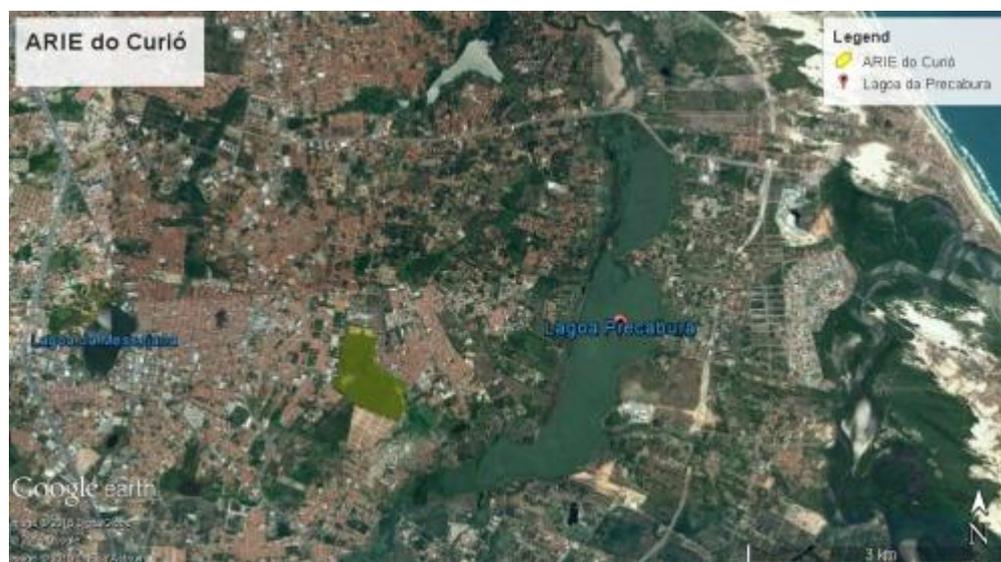
o impedimento e a restrição da passagem da água há uma diminuição de espécies de peixes como fala a Liderança 04 ao lembrar as histórias do seu avô.

Ele não tinha essa barreira que hoje é a ponte. E qual o problema dessa barreira? Ela só tem passagem de água por um local. Tem a ponte aí debaixo da ponte tem a água, a passagem da água para ela para desaguar no rio Cocó. Que fica lá perto da praia. O resto do curso da Lagoa da Precabura é todo barrado, não tem essa passagem. O que aconteceu é que a Precabura mudou o seu sistema natural de ser por causa disso. Antes da água do Rio Cocó, ela vinha e se misturava com a água do Rio Coaçu. Isso fazia com que a água ficasse salobra e isso propicia a entrada de vários peixes pelo Rio Cocó que é o peixe que vem do mar e que desova na Lagoa da Precabura. Como a Lagoa da Precabura hoje é mais água doce do que salgada porque não vem mais água do rio Cocó nós vemos uma perda de biodiversidade de peixes e de outros animais na Lagoa da Precabura. E isso impacta também na população porque tem menos peixe do que antigamente. As espécies se reduzem a espécies exóticas como o Cara Tilápia. A maioria dos peixes que as pessoas pegam é o Cara tilápia. A riqueza que víamos antes que o meu avô contava para mim que ia para a Lagoa da Precabura e voltava com siri, com várias espécies de peixe, com camarão, meio que está desaparecendo (Liderança 04).

A eutrofização, fenômeno que resulta no acúmulo de nutrientes, principalmente fósforo e nitrogênio em um manancial hídrico, atingiu mais intensamente a comunidade da Sabiaguaba. Na Lagoa da Precabura, em estudo de laboratório, foram encontrados altas concentrações de amônia, que podem estar relacionadas diretamente com esgotos domésticos presentes na região. Além de contribuir para a perda da biodiversidade, favorecimento de espécies mais resistentes como a Tilápia, mencionada pela Liderança 04, e proporcionar efeitos sobre a saúde humana a um crescimento populacional de algas²⁰.

²⁰https://www.sema.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/36/2022/08/Estudo_tecnico_UC_Precabura_SEMA_PRE_LIMINAR.pdf .

Figura 15 – Registro de uma visão de satélite da Lagoa da Precabura



Fonte: Aplicativo Tumblr de Marcelo Moro²¹.

Embora inicialmente tenham prejuízos estéticos e paisagísticos, as algas da Lagoa da Precabura tomam um caminho mais complexo. Somada à diminuição da passagem natural da água e ao desmatamento de matas ciliares a grande quantidade de aguapé e de lixo contribuem para enchentes no núcleo populacional “Verde é Vida”. A Liderança 04 traz em sua fala os impactos para a vida humana e a saúde das populações ao entorno, retornando, desta forma, um tema já debatido no capítulo anterior.

A Lagoa da Precabura nesse estado que ela tá hoje de poluição, de muito aguapé, faz com que também tenha danos para as pessoas que moram perto. Tipo, enchentes. A água era para correr, não corre. Então, inunda tudo,

²¹ <https://marcelomoro.tumblr.com/post/152662979455/vegeta%C3%A7%C3%A3o-da-regi%C3%A3o-costeira-do-cear%C3%A1>.

proliferação de doenças, como a dengue, Chikungunya que hoje em dia vemos muito por causa do mosquito *Aedes aegypti*. Além de perder esse contato maior com a Lagoa da Precabura por ela estar poluída, as pessoas não querem mais tomar banho. Não querem mais pescar. Não querem mais visitar a Lagoa da Precabura e é um lugar muito bonito que poderíamos estar aproveitando melhor. (Liderança 04)

Os processos de saúde e doença causados pela ocupação irregular e o mau uso da Lagoa da Precabura são temas recorrentes da população do “Verde é vida” que anualmente convive com alagamentos e os problemas de saúde e ambiente ocasionados por essa situação. No ano de 2022 a comunidade recebeu o Prefeito de Fortaleza, José Sarto que prometeu a resolução do problema ainda no mesmo ano, fato que ainda não aconteceu no início do ano de 2023.

Além de arboviroses, leptospiroses e problemas de saúde ocasionados pela mistura da água da lagoa com os esgotos a céu aberto, a perda de móveis e eletrodomésticos, dificuldade de mobilidade urbano dificultam ainda mais a vida da população que sofre com a falta de direitos sociais que impactam diretamente a saúde.

Nesses momentos de fragilidade o estado propõe soluções rápidas e que podem intensificar ainda mais o problema apresentado, nesse caso a Defesa Civil/CE, um pouco antes do período de chuvas no Ceará colocou uma máquina retroescavadeira para derrubar a mata ciliar como objetivo de ampliar o leito do rio e melhorar a passagem da água. Entretanto, como visto neste trabalho, a derrubada de mata ciliar amplia o processo de assoreamento do rio e amplia o espelho de alagamento. A ação da Defesa Civil/CE não prosseguiu pois foi denunciada por membros do Coletivo Sabiá, organização que reúne jovens do bairro. Desta forma, ter uma população orientada e segura da importância da manutenção de uma relação saudável e sustentável entre homem e natureza é fundamental para um bairro de importância socioambiental como a Sabiaguaba. Apesar de não relatar o fato ocorrido, a Liderança 03 destacou a importância de uma limpeza consciente.

Das enchentes, por exemplo, podemos resolver isso com uma limpeza bem estruturada dessa orla, pois a Sabiaguaba recebe um efluente da Lagoa da Precabura... é interessante que tenha uma limpeza, uma intervenção do estado que seja concomitante entre Fortaleza e Eusébio para que a gente consiga tratar a questão dos aguapés que descem para cá nesse braço da Lagoa da Precabura e acabam dificultando a passagem da água e acaba acumulando o lixo. Ele se acumulou porque o aguapé barra o lixo que está na Lagoa da Precabura. Então seria necessário que o estado, inclusive nós moradores também precisamos nos organizar para isso, que tenha uma limpeza dessa Lagoa da Precabura, mas uma limpeza consciente. Considerando que o ser humano não é o centro do universo. Que existem ecossistemas ali, animais, plantas, vegetação. E isso precisa ser levado em conta, não é qualquer limpeza. (Liderança 03)

Essa compreensão não antropocêntrica dos membros do Coletivo Sábria moveu a organização a se reunir e organizar um mutirão de limpeza feito com respeito à natureza e com respaldos da ciência. A limpeza apesar de pontual mostrou a comunidade e as autoridades que a comunidade está em defesa dos seus direitos. A retirada dos aguapés e lixos presentes nos mangues melhorou o fluxo de água e estimulou a Prefeitura de Fortaleza a enviar trabalhadores que ampliassem a área limitada pelo coletivo, agora de maneira correta e respeitando a natureza. Mesmo sendo uma ação paliativa ele tem importância organizativa e simbólica para comunidade como podemos ver e ler na figura 13. A comunidade segue organizada e em luta para que o Prefeito de Fortaleza cumpra as promessas feitas aos moradores da Sabiaguaba.

Figura 16 – Limpeza da Lagoa da Precabura



Fonte: Print retirado do Instagram do Coletivo Sabiá, arquivo pessoal.

5.3.5. Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba

Proposto no início do ano de 2021 e entregue em março de 2022, o Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba ainda hoje mexe com o imaginário da população da Sabiaguaba e de Fortaleza, talvez pela mudança radical na estética que ampliou o turismo local ou pela proximidade de tempo da inauguração do espaço. As barracas tradicionais de palha e alvenaria deram lugar a uma imensa estrutura de concreto com 17 quiosques e mais de 2,5 hectares que conta ainda com um píer que será utilizado para navegação e um amplo espaço de estacionamento²².

O complexo fica imerso no Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba e no Parque do Cocó, com o qual faz limite, sua construção só pôde ser iniciada após apresentação de estudo de impacto ambiental e do EIA/RIMA. A proposta foi debatida e aprovada no

²² <https://www.ceara.gov.br/2022/03/29/complexo-ambiental-e-gastronomico-da-sabiaguaba-e-inaugurado-para-estimular-o-turismo-ambiental-em-fortaleza/>.

Conselho Gestor da Sabiaguaba e custou em torno de 11 milhões de reais ao Governo do Estado do Ceará²³. O Complexo Gastronômico e Ambiental da Sabiaguaba vai ser administrado pelo Instituto Dragão do Mar e pela Secretária de Meio Ambiente (SEMA) do Governo do Estado do Ceará em parceria com os permissionários. Além da gastronomia e da beleza local, também conta com o Centro de Memória Raízes da Sabiaguaba que traz elementos da cultura do povo da Sabiaguaba²⁴. O espaço também se intitula como ponto de ecoturismo.

Figura 17 – Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba



Fonte: G1 Ceará²⁵

²³ <https://www.ceara.gov.br/2022/03/29/complexo-ambiental-e-gastronomico-da-sabiaguaba-e-inaugurado-para-estimular-o-turismo-ambiental-em-fortaleza/>.

²⁴ <https://www.sema.ce.gov.br/2022/12/22/inauguracao-do-centro-de-memoria-raizes-da-sabiaguaba-sera-nesta-sexta/>.

²⁵ <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/03/29/estrutura-do-polo-gastronomico-da-sabiaguaba-e-inaugurada-as-margens-do-rio-coco.ghtml>.

Entretanto o grande empreendimento vem causando divergência entre permissionários e moradores da Sabiaguaba. O projeto foi feito em diálogo com antigos barraqueiros que foram beneficiados com a construção e são parte do território, mas não foi debatido com toda a comunidade. Como vemos na fala da Liderança 05 ao falar da criação do Complexo Gastronômico e Ambiental da Sabiaguaba.

Eu diria logo que o primeiro conflito se chama complexo gastronômico ambiental. Por quê? Primeira coisa, não, não foi apresentado um diagnóstico de impacto ambiental, não foi apresentado. Eu sou conselheiro do Cocó. E eu nunca recebi esse documento de impacto ambiental. As dinâmicas e as modificações e o processo de exclusão e expulsão da própria população de Sabiaguaba, isso a curto prazo. A longo prazo você tem a modificação e alteração do rio pelos impactos causados. Pela forma desorganizada de um píer que pegou na curva de um Rio Cocó, que vai mudando um percurso. Aí o engenheiro diz que não, porque não vive no território, ele não tem noção do que é o território. Vem aqui, bater uma foto, pegar uma foto de um satélite e vão se basear na foto de satélite. Para mim isso é uma arrogância gigante. Para você conhecer um lugar você tem que no mínimo o ano todo, dia e noite, para entender a dinâmica e a modificação do solo e território, vento. (Liderança 05)

Além de reforçar que o documento de estudo do impacto ambiental não foi debatido amplamente com a comunidade, como deveria ter sido feito, já que a construção tem eco em toda a comunidade, em especial a Comunidade Tradicional da Boca da Barra. Como debatido no ponto que falava sobre a construção da sobre o Rio Cocó, as mudanças no rio impactam diretamente a comunidade tradicional que tem uma relação profunda com a natureza. Uma construção como a do complexo gastronômico pode aprofundar ainda mais os problemas iniciados com a ponte como o assoreamento do rio que impactam negativamente a vida e a saúde da população.

Outro ponto debatido anteriormente foi a criação da categoria permissionário no lugar da categoria dono, essa mudança não é um sinônimo, mas semântica da relação de trabalho estabelecidas no local. Anteriormente esses trabalhadores eram donos desses estabelecimentos, inclusive usando-os como moradia em alguns casos.

Quando você olha, por exemplo, quais os benefícios que o polo trouxe para comunidade da Sabiaguaba? Eu falo no geral. Nós estamos especificamente na comunidade na boca da Barra Sabiaguaba. Mas o que que trouxe para as comunidades tradicionais? Os barraqueiros que eram donos passaram a ser permissionários, o que significa que eles não são mais donos. Você imagina um barraqueiro que tinha 70 anos de barraca, 50 anos de barraca, que era dono de barraca e elas passaram a ser apenas funcionários do empreendimento. Porque um permissionário só tem o direito de permanecer trabalhando ali. Depois de mudar a gestão, ele sai. De acordo como o novo gestor entenda, ele pode sair, porque são permissionários. (Liderança 05)

Ao falar sobre a questão, a Liderança 05 chega a se perguntar sobre qual os ganhos obtidos pela construção dos empreendimentos, trazendo para a realidade dos moradores da comunidade tradicional. A longo prazo, como reflete o participante da pesquisa, pode afetar diretamente os moradores da comunidade tradicional já que os permissionários têm somente uma licença para desenvolverem seus trabalhos e não o direito sobre o box ou o terreno em que está construído o Centro Gastronômico e Ambiental da Sabiaguaba. As mudanças de grupos eleitorais podem atingir diretamente os atuais permissionários. Outro ponto lembrado pelos entrevistados é a dimensão cultural e imagética das antigas barracas para a população da Sabiaguaba como traduz a Liderança 03:

[...] a paisagem é algo que impacta a gente diretamente porque inclusive é um dos conceitos da geografia, que é mais dinâmico. Então, se eu tenho um dia, eu passo e tenho uma barraca de palha. No outro dia eu passo e tenho um centro gastronômico todo igual, bonitinho, limpinho e construído da forma que o estado ele diz que tem que ser. Primeiramente o impacto é visual, mas o meu impacto é afetivo, o meu impacto de identificação, de me identificar no lugar ele também vai acontecer. Então desde o início eu estou falando sobre paisagem e a paisagem é tudo isso que a gente está conversando aqui. E isso impacta na vivência humana. Toda vez que eu passo na em frente aquele centro gastronômico sinto um desconforto tão grande, eu sinto vontade de chorar. Porque eu sinto falta. Desde criança eu andava ali. (Liderança 03)

A tristeza expressa pelo entrevistado é um reflexo de diversas dimensões dos impactos ambientais na vida dos moradores da Sabiaguaba. A figura 15 demonstra como eram

as barracas construídas de maneira tradicional. A foto foi registrada antes da construção do centro gastronômica, o local é o mesmo no qual hoje se encontra o empreendimento.

A dimensão da cultura é fundamental para entender a relação entre os trabalhadores autônomos das barracas e sua forma de reprodução da vida. Os barraqueiros construíram suas barracas com os conhecimentos tradicionalmente passados por familiares, com tetos de palha, e com receitas popularmente apreendidas.

Essas pessoas tinham suas casas construídas, suas barracas, seus lugares de comercialização dentro da sua identidade, contemplados dentro da sua identidade. Que se eu tiver uma barraca, eu vou construí-la, eu vou adorná-la, eu vou organizá-la dentro do que eu acho que é uma possibilidade de ter uma barraca... As cozinhas elas vão ser organizadas da forma que a minha avó me ensinou por exemplo se a minha vó me ensinou a fazer um baião de uma forma eu só vou conseguir atingir aquele gosto aquela textura, aquele sabor no baião se eu conseguir cozinhar da forma que ela me ensinou que eu cozinhasse. E o que é que esse centro gastronômico faz? Ele faz algo que o capitalismo mundialmente ele vem fazendo que é uma tentativa de homogeneização das coisas. E quando você homogeneiza você não muda apenas o modo de vida que estamos falando repetidas vezes aqui. Mudamos o modo de relação das pessoas das formas que as pessoas enxergam esses lugares. (Liderança 03)

Figura 18 - Barracas construídas de forma tradicional no local que hoje é o centro gastronômico.



Fonte: Facebook Sabiaguaba.

Desta forma, a construção do centro gastronômico impacta nos espaços de trabalho, moradia e na dimensão cultural de uma comunidade que resiste, através da tradicionalidade, a uma forma de vida mercantilizada e individualizada, se propondo, através da tradicionalidade, um modo de vida mais coletivo e com relação direta com a natureza.

Entretanto, a construção do empreendimento também gera uma contradição econômica, social e ambiental. Econômica pois durante a construção foi garantida a cada barraqueiro a quantia de 5 mil reais para que pudesse se manter sem seus locais de trabalho, como após a construção o número de frequentadores do espaço aumentou de forma significativa. Do ponto de vista social os barraqueiros puderam participar de formações para melhor administrar seus negócios e na melhoria também da culinária. E por último, do ponto de vista ambiental, pois ouvi a criação de esgotos sanitários, a melhoria da coleta de lixo e ações permanentes de educação ambiental como podemos ver na fala da liderança 02:

Acredito que ele vai gerar um prejuízo menor do que o que era antes, bem menor. Por quê? Porque agora temos esgotamento sanitário, banheiro, tudo direitinho. Vai ter a coleta do lixo. Mas, não vai deixar de ter o impacto ambiental. Vai ter essa parte dos barcos, mas não é isso o principal foco. O que eu acho que o prejuízo que vai trazer não é ele em si, o empreendimento. É o que vem por trás dele, a especulação imobiliária. Porque esse complexo gastronômico, ele é um chama. (Liderança 02)

Mesmo compreendo as melhorias ele enfatiza que haverá impacto ambiental e ele pode ser ainda mais crescente devido a construção do píer que podemos observar na Figura 15 e da crescente na especulação imobiliária que encara a construção deste grande empreendimento como uma possibilidade de negócio e ampliação das taxas de lucros. As melhorias no saneamento e na taxa do lixo influenciam diretamente uma melhor qualidade de vida dos barraqueiros e dos frequentadores do complexo que ficam menos suscetíveis a doenças que podem ser transmitidas em locais no qual não se tem cuidado com essas questões. Em

relação às questões ambientais, os descartes correto de lixo e esgoto são benéficos ao ambiente e tornam o empreendimento mais sustentável em sua relação com a natureza.

Figura 19 – Imagem do Projeto do Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba



Fonte: Jornal O povo²⁶

5.3.6 Desmatamento e queimadas

Durante todo nosso trabalho, em especial, quando dialogamos sobre a história do Território da Sabiaguaba o desmatamento era um ponto presente na história do bairro, e tem se intensificado nos últimos anos. Conhecida pela grande quantidade de sítios arborizados a Sabiaguaba tem sua fotografia mudada a cada dia. O aumento na construção de casas na região

²⁶ <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/01/08/projeto-transforma-barracas-sabiaguaba-centro-gastronomia-veja-imagens.html>.

e a intensificação de ocupação em terrenos sem uso estabelecido e em áreas consideradas de risco, como: as margens de lagoas têm aumentado nos últimos anos e se chocado com as limitações das áreas de conservação e da APA. Outro fator que tem mudado a dinâmica do bairro e supervalorizado os terrenos da região é a construção de condomínios que abrigam pessoas que não estabelecem qualquer relação com a dinâmica cultural e social do território.

Ainda nos anos 70 da década passada, antes da criação dos parques das unidades de conservação e da área de proteção ambiental foi construído o loteamento Entre Rios que abrangia toda a terra entre às fozes dos Rios Cocó e Pacoti e assumindo quase a totalidade do bairro da Sabiaguaba. A criação do loteamento veio com a destruição da natureza que se encontrava semi preservada:

Quando há um processo de criação de um loteamento que se chamava “Entre Rios” acontece no primeiro processo de desmatamento, primeiro conflito direto com a devastação do espaço. Cria-se o loteamento da década de 70 e começa a destruição dentro do território. Então esse é o primeiro conflito ambiental direto e acontece com a expulsão de pessoas. Eu fui conversar com essas pessoas, não tenho permissão para citar o nome delas, mas eu fui conversar com pessoas de 80 anos que foram expulsos dessas terras. E pessoas que viveram de 70, 50 anos até os 80 anos depressivamente, chorando. (Liderança 05)

Além do impacto ambiental causado pelo desmatamento, o processo do loteamento também gerou casos de expulsão de pessoas das suas moradias que causaram adoecimento à saúde mental possivelmente causada pelas perdas de trabalho, moradia e afastamento da realidade cultural de suas antigas moradias.

O processo de desmatamento também causa mudanças significativas na fauna local, em especial as aves. Segundo pesquisa (88), a principal causa de diminuição de aves na região é o desmatamento de vegetação de dunas, cajueiros e muricis. A destruição das árvores tem causado a perda de habitats das aves e de outros animais que anteriormente eram vistos

facilmente, como saguis. A questão tem se ampliado pela crescente especulação imobiliária da região.

O segundo marco de desmatamento na região foi a construção da CE 010 como podemos ver na fala da liderança 03:

Estamos passando por um período de desmatamento muito grande das áreas verdes. A construção dessa CE 010 foi um ponto muito crítico para nós, teve uma derrubada de mata muito grande. Inclusive essa estrada ela passou no meio da horta que meu pai cultivava. Inclusive os outros agricultores cederam um pedaço de terra para ele poder continuar cultivando. (Liderança 03)

A CE 010, como falamos anteriormente, destruiu uma grande faixa da área que deveria estar sob proteção do PNMDs. A construção da estrada também gerou um processo de desmatamento indireto já que diversas pessoas ocuparam as margens da rodovia e fixaram residência sem planejamento ambiental ou sanitário para fixar moradia dentro das limitações de áreas de conservação.

Esse processo também impactou diretamente na forma de trabalho de moradores locais que retiram seu sustento da plantação de hortas urbanas desapropriadas para a construção da estrada.

Figura 20 – Construção da CE 010 nas imediações da Sabiaguaba, próximo à rua Jaçanã.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Além desses grandes episódios de desmatamento, pequenos processos de desmatamento e queimadas vêm sendo observados e acompanhados diariamente por lideranças comunitárias como vemos da fala da Liderança 04:

Tipo chegar num dia e ter um incêndio. Um incêndio criminoso. Ter que apagar por conta própria e ter que ligar para o bombeiro. Ter que correr para o carro para ver se apagava o incêndio ou desmatamento, todo dia que eu entrava na trilha um pouquinho mais desmatada ou com muito lixo que o pessoal acumula na beira da estrada (Liderança 04)

Ações são denunciadas aos órgãos públicos que deveriam cuidar desses espaços, porém o que mais fica evidente são processo de negligência no cuidado ao PNMDs que faz com que moradores, sem os equipamento ou treinamento apropriados tenham que entrar em ação para apagar o fogo com medo de que ele se espalhe para o restante da Unidade de Conservação.

Há diversos indícios que essas ações de desmatamento e queimada acontecem de maneira criminoso por donos de supostos lotes na região e que servem para a limpeza (89), como vemos na Figura 17. A prática também é feita por moradores que utilizam as margens da CE 010 para o plantio no período chuvoso. Outras práticas como a queima de lixo também aparecem como um potencial promotor de queimadas, a prática é comum segundo o Censo de 2010.

Figura 21 – Queimada registrada no PNMDs.



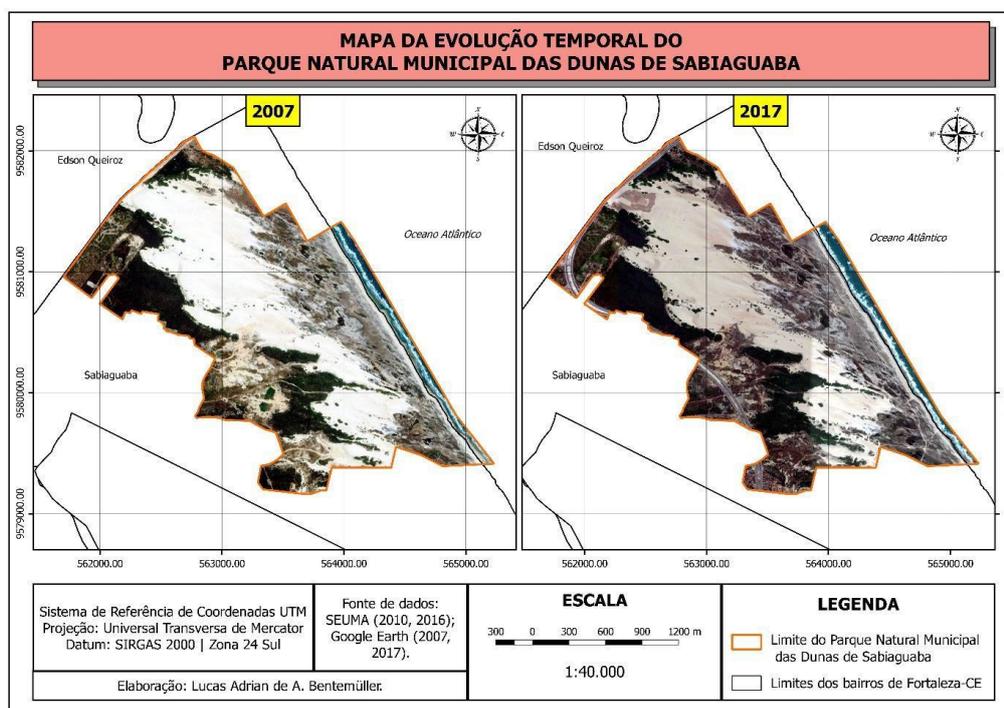
Fonte: Instagram do Tavares²⁷

Todas essas ações estão em desacordo com o Plano de Manejo publicado em 2010 que versa sobre a utilização da APA da Sabiaguaba, entretanto a falta de fiscalização e de um cuidado permanente dos órgãos responsáveis faz com o somente a comunidade, suas lideranças e parceiros como o Instituto Verde Luz e o Vereador Gabriel Aguiar atuem diretamente e indiretamente no cuidado do equilíbrio ecológico, social do território.

5.3.7 Especulação imobiliária, construções irregulares e o loteamento na Mata do Miriú

²⁷ https://www.instagram.com/reel/CjaYcsyATmG/?utm_source=ig_web_copy_link.

Figura 22 – Mapa de evolução temporal do PNMDS nos anos 2007 e 2017



Fonte: Lopes, Teixeira, Bentemüller e Oliveira (89).

À primeira vista as três questões podem não ter relação ou apresentar algum problema, entretanto, quando aprofundamos as questões que estruturam essa problemática vemos que estão intrinsecamente relacionados e podem possuir resoluções semelhantes. Mesmo com a criação do Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba ainda se encontra uma intensa presença de lotes particulares dentro da Unidade de Conservação essa realidade também se replica nas áreas da Unidade de Conservação do Cocó. A especulação imobiliária vem crescendo mesmo com a criação do Plano de Manejo da APA da Sabiaguaba que limita diversas formas de construção na região. Uma das propostas do Plano de Manejo é justamente investir sistematicamente na educação da comunidade para que a comunidade não seja tomada pelo processo.

Fortalecer a integração e viabilizar a educação organizativa entre os moradores de modo a diminuir riscos e vulnerabilidade local diante da especulação imobiliária crescente no bairro. Ações de educação ambiental e pedagogia vinculada às UCs para consolidar noções de pertença ao lugar e à comunidade. (Fortaleza, 2010, p.254)

Como debatemos nos pontos anteriores cada construção e obras, como: a Ponte sobre o Rio Cocó, a construção da CE 010, o surgimento de condomínios e o Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba são potencializadores da especulação imobiliária, ainda mais essas construções com potencial turístico e que podem intensificar a geração de lucros com o turismo de massa. A iniciativa é totalmente conflitante com o ecoturismo proposto pela comunidade e pelo plano de manejo. Caso semelhante ao da CE 010 ocorreu em Ilha Grande no qual o estudo de Ferreira e Carneiro (90) trouxe que a construção da BR-101, foi fundamental para o aparecimento do turismo de Massa e o aumento da especulação imobiliária.

A chegada da CE 010 trouxe trânsito a partes da cidade de Fortaleza que anteriormente não conectadas ao bairro da Sabiaguaba, inicialmente um benefício, entretanto trouxe diversos problemas socioambientais, de mobilidade e culturais. A possibilidade de acesso rápido aproxima a Sabiaguaba de outros destinos conhecidos dos Fortalezense por seus condomínios fechados e suas casas de veraneios como é o caso Porto das Dunas, em Aquiraz, que vem sofrendo ocupação sistemática de sua região de dunas por condomínios de luxo e casas de veraneio. O fato que pode acontecer é que pela sua grande beleza natural a Sabiaguaba passe a sofrer com investidas de grandes empresários e famílias que sistematicamente desapropriem e marginalizem os moradores das comunidades que ali residem (88).

Ao falar sobre a possível instalação do Loteamento na região da Mata do Miriú, que nos aprofundaremos a seguir, a Liderança 02 fala esse processo de desapropriação e marginalização dos povos que já vivem na Sabiaguaba:

É socioambiental, vão ser pessoas totalmente diferentes que vão vir morar, frequentar em relação com a comunidade local. Porque vão fazer uma faxina aqui, uma limpeza ao redor da gente. Uma limpeza étnica. Uma limpeza, “a favela não pode estar aqui”. Eu não sei como é que vai ser a construção do loteamento se vai passar. Eu espero que ela seja aprovada a lei da do Gabriel, não sei como estar. Mas eles não vão querer uma favela ao redor do condomínio de luxo, meu querido. Não vão. Eles não vão querer um monte de pessoas com banquinho perto do Complexo Gastronômico que vai ser conhecido. Não vão. (Liderança 02)

Ao se referir uma limpeza étnica a liderança pode estar se referindo aos diversos moradores das proximidades da rua Jaçanã em sua maioria de cor negra e com poder econômico baixo, moradores que sistematicamente tem seus direitos humanos negados.

A ocupação imediata da margem da CE 010 foi realizada, como podemos ver na figura 18, por uma população de baixa renda que viu na construção da CE 010 oportunidade de moradia numa capital onde os espaços de moradia são reduzidos e não inclusivos para a classe com menos poder de compra. A Figura 19 mostra uma casa quase terminada dentro da Unidade de Conservação e que foi destruída pela Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS).

Figura 23 - Construção dentro do PNMDs e posteriormente demolida pela AGEFIS.



Fonte: G1 Ceará²⁸

²⁸ <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/06/20/prefeitura-destroi-imoveis-irregulares-nas-dunas-da-sabiaguaba-em-fortaleza.ghtml>.

Esse estímulo ao turismo de massa pode ser acompanhado de empreendimentos turísticos de grande proporção como é o caso da Comunidade de Caetanos²⁹ nos municípios de Itaipoca e Amontada no Ceará no qual as mulheres se manifestaram contra o empreendimento turístico na Praia do Pirata por investidores portugueses. O empreendimento prometia “construção de uma imagem própria e memorável (natural, histórica e cultural)” além de prometer a geração de 5 mil empregos diretos e indiretos, dessa forma desconsiderando toda a construção histórica e social da comunidade de Caetanos. A mudança na forma de organização impactaria diretamente na identidade cultural e de trabalho.

Essa compreensão de que grandes empreendimentos iriam apenas melhorar a vida da população local é por muitas vezes replicada na sociedade. A Liderança 02 relata chateado o comentário que um amigo fez:

Uma vez um amigo me falou assim cara eu fiquei bravo, ele chegou para mim: ‘... o prefeito não quer fazer nada aqui, não pode fazer. É uma área de proteção ambiental. Rapaz, você devia querer, fazer uma pousada. Um empresário vem e investe, aí você vai lá trabalhar de garçom’. E eu respondi: ‘como é que é homem? Trabalhar de garçom?’ Quer dizer, a gente só é visto para trabalhar para o rico que vem para cá... É igual a Bolsonaro lá na Amazônia, a vida do pessoal é trabalhar para quem vem. E quem é que vai ficar com o dinheiro? É quem está aqui trabalhando? Não! O dinheiro vai para quem está investindo. É a mesma coisa que essa visão que o rico tem para nós, você trabalha para mim. E eu não posso ser dono não também? Eu não posso fazer, investir, crescer e fazer o meu próprio negócio? Por quê? Porque a gente é pobre, preto e favelado? Mas é essa a situação que vai acontecer. E com certeza vai acontecer. Não tem nem para onde ir. (Liderança 02)

A divisão social do trabalho³⁰, em classes sociais, é didaticamente mostrada no comentário feito pela Liderança 02. A população tradicional, empobrecida, negra e favelada é sempre colocada num local de subdesenvolvimento e de empregos com vínculos trabalhistas

²⁹ <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ce-empreendimento-turistico-de-massa-esbarra-em-grupos-de-mulheres-pescadoras-em-caetanos-e-ameaca-a-preservacao-das-atividades-e-costumes-de-comunidades-litoraneas-tradicionais-do-ceara/>.

³⁰ https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso08/conf4_rodriuesd.pdf.

frágeis e baixa remuneração como o emprego de garçom. No comentário, a população da Sabiaguaba não pode ocupar espaço de prestígio, ser dono do seu próprio empreendimento ou coordenador seu próprio negócio. Acreditamos que essa relação fica ainda mais complexa quando pensamos em uma lógica de turismo comunitário que respeite as tradições culturais e políticas e preserve uma relação sustentável com a natureza.

Na Sabiaguaba, a pressão para a compra de terrenos e casas de moradores é maior em locais nas proximidades das vias. Áreas dentro do PNMDs, em proximidade aos sítios arqueológicos e as lagoas interdunares vem sendo sofrido nos últimos anos com construções irregulares, seja pelo cercamento de áreas anteriormente loteadas ou pela construção de moradias. A fala da Liderança 04 versa sobre essas construções:

Eu estou vendo a construção de muitos muros perto da praia, depois da rotatória descendo para Barraca da Paz e dentro do Parque municipal das dunas da Sabiaguaba. Estão cercando muitos terrenos, como se já tivesse se apossado daqueles terrenos. E eles não são donos daquele lugar. Eu já vi conversas que estão tendo grileiros que chegaram aos poucos alugando casa, fazendo amizade. Depois descobrimos que eles são grileiros. E o que está acontecendo muito rápido questão um mês atrás para cá é que as pessoas não estão notando ainda. Mas que se você for parar e olhar de perto as pessoas já subiram o muro, já estão construindo casa e estão invadindo terreno e vão conseguir tomar esse terreno sem ninguém fazer nada.” (Liderança 04)

Construções nessa região atingem diretamente o equilíbrio do parque das dunas e podem causar processo de parcelamento do solo, fragmentação dos campos dunares, desmatamento e impermeabilização do solo. Essas ocupações em área irregular estão em desacordo com o plano de manejo e seus moradores podem sofrer punições judiciais já que são consideradas crimes segundo a Lei nº 9605/98³¹, Lei de Crimes Ambientais com multas que variam entre 10 mil e 50 milhões de reais (89).

³¹https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm#:~:text=Causar%20polui%C3%A7%C3%A3o%20de%20qualquer%20natureza,a%20um%20ano%2C%20e%20multa.

As construções dentro do PNMDs e da APA da Sabiaguaba não são feitas apenas por moradores pobres ou no formato de ocupação irregular, grandes empresas tentam por vias legais a construção dentro de espaços que legalmente eram proibidos. O caso do Loteamento na Mata do Miriú é emblemático, foi liberada a construção de um condomínio no total de 50 hectares em uma APA. A aprovação foi feita pelo Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba (CGS) por 14 favoráveis contra dois 2 contrários³², em julho de 2020. O conselho é formado por 20 pessoas representantes da sociedade civil e da administração pública. Todos os representantes da gestão pública da Secretaria de Meio Ambiente do Ceará (SEMA) e da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), Secretaria Regional VI e a Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza (SETFOR) votaram a favor do empreendimento, apenas o Instituto Verde Luz e Associação Náutica Desportiva da Abreulândia (ANDA) votaram contra a construção.

A área da possível construção ocupa 3% de toda a reserva e tem um ambiente de dunas fixas, matas tabuleiros e apicum³³. Sua concretização seria uma derrota para a população local e para ambientalistas que se dedicam à defesa da área. Para a população local seria a aceleração de um processo de expulsão, como falou a Liderança 02, dado pela concorrência de preços e a necessidade de compra de terras por grandes empreiteiras, já que como falamos anteriormente neste trabalho, a cidade de Fortaleza tem quase todo seu território ocupado ou reservado a áreas de proteção ambiental.

A população de Fortaleza será atingida também pela ocupação sistemática de áreas de duas com a perda da paisagem que tem formato único e que além da importância ambiental servem como espaço de lazer. As construções de condomínios e edifícios além da degradação

³² <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/conselho-gestor-aprova-demarcacao-de-loteamento-em-dunas-da-sabiaguaba-1.2964785>.

³³ Apicum é uma região que fica em locais de inundações em período de luas cheias, o ambiente é de altíssima salinidade.

da área mudança no ambiente causaria na cidade um impedimento de livre circulação de ar, um aumento da temperatura local, mudanças na umidade da cidade (92). Haveria também uma mudança nas reservas aquíferas na cidade de Fortaleza, pois as dunas são importantes repositórios de água agem como esponjas acumulando água em seu interior.

Para comunidade tradicional esse impacto é ainda mais direto, a região da Mata do Miriú é tradicionalmente ocupada pela Comunidade da Boca da Barra para a retirada de alimentos e de elementos de produção de cura. O nome Mata do Miriú e seu uso pela comunidade tradicional, antes do início deste conflito, era desconhecido até por lideranças comunitárias que não eram da localidade da Boca da Barra.

A luta contra o empreendimento popularizou sua nomenclatura para a própria comunidade e para a sociedade de Fortaleza, especialmente após o Vereador Gabriel Aguiar apresentar um projeto de lei que torna a região uma Unidade de Conservação denominada Refúgio da Vida Silvestre das Dunas da Mata do Miriú³⁴. A iniciativa tem como objetivo criar um espaço de lazer e pesquisas científicas e tem justificativas que envolvem a fauna, flora e o impacto sobre a vida humana.

A especulação imobiliária quando relacionada às comunidades tradicionais atingem diversos pontos da vida da população e apresentam um grande perigo a forma de vida replicada por aquele povo. No caso da Sabiaguaba a tradicionalidade é explicada a partir de Diegues por aspectos culturais comuns, formas de trabalho artesanal, ocupação de territórios por várias gerações e relações de parentescos além de profundo conhecimento e relação com a natureza. No olhar da Liderança 05 a especulação imobiliária ataca diretamente a constituição da tradicionalidade como podemos ver em:

³⁴ <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/04/19/mata-do-miriu-na-sabiaguaba-area-pode-se-tornar-loteamento-ou-refugio-de-vida-silvestre.html>.

A especulação é feita de forma desorganizada, ela é um câncer no corpo. Então quando ela chega num território que é tradicionalmente ocupado e ela tem seus interesses, o que que acontece? Ela começa alterar a dinâmica tradicional ela começa alterar a forma de estrutura da vida da comunidade. Tudo isso se dá a uma cadeia problemática que começa desassociar as pessoas. Você interfere na organização cultural, social, começa a afetar na forma de filosofia de vida, começa a alterar tudo isso através de ideia de desenvolvimento para sociedade. (Liderança 05)

Essa “cadeia problemas” envolve diversas partes da vida da população tradicional. A dinâmica cultural e social deste povo se entrelaça e a desestruturação dessas relações causa impactos à saúde física, psicológica e espiritual como trabalhamos em nosso trabalho no capítulo anterior.

Ao tratar do “desenvolvimento da cidade”, o participante da pesquisa traz um modelo de desenvolvimento que defende exclusivamente a concentração de renda e poder econômico, o uso intenso de recursos naturais e o desrespeito a direitos da população (14). Esse modelo de desenvolvimento se relaciona intencionalmente com os interesses do estado e suas formas de governar em benefício dos com maior poder econômico. Essa relação entre interesse privado e governança pública fica nítido na fala da Liderança 01:

Acho que a questão da comercialização da venda das terras. Escutamos muito as pessoas falando, a vida inteira eu escutei, que a gente mora numa área de proteção, que vamos sair, que moramos num lugar que não é para morar. Eu vejo, ao mesmo tempo, que enquanto eles criminalizam essas pessoas que moram nesses lugares eu vejo a facilidade da entrega dessas terras para pessoas que vão destruir. Como aconteceu no caso dos 50 hectares de terra que o conselho gestor aprovou para a construção de um “condomínio ambiental”. Você tem 50 hectares de uma mata preservada para você destruir, para você fazer um condomínio ambiental. Não faz sentido tipo, não faz sentido. (Liderança 01)

A diferença de tratamento dada pelo estado aos moradores da Sabiaguaba, que sofrem constantemente a ameaça de retirada de suas casas, como é o caso da população do “Verde é vida” e da Comunidade Tradicional da Sabiaguaba, e empreiteira responsável pela

construção de uma “Condomínio Ambiental” de 50 hectares em uma APA deixa nítido a unidade de interesses entre o setor privado e estado e fortalece ainda mais a importância de organizações da sociedade civil como: ONGs, movimentos sociais e coletivos que de forma organizada conseguem barrar iniciativas como a construção deste condomínio.

De forma geral encontramos na fala da Liderança 04 uma síntese sobre a relação entre a especulação imobiliária e seus impactos ao território da Sabiaguaba:

O conflito ambiental por conta dessa especulação imobiliária é o que mais tem na Sabiaguaba. Porque eles nunca deixam a gente quieto. Eles sempre querem fazer as coisas do jeito deles. E a gente pode citar vários agora. A construção da CE 010 foi um conflito ambiental porque eles queriam fazer de outras formas e tivemos que lutar para que essa construção fosse do jeito que impactasse o mínimo possível. Eu fui à reunião vi que lá tinha muita coisa irregular. Tipo, o estudo que fizeram da fauna e da flora estava totalmente errado com espécies que nem eram nativas, que nem existiam aqui no Brasil. Teve a construção agora desse Centro Gastronômico que vemos lá em Sabiaguaba na beira do mangue que também vai gerar um impacto gigantesco para aquela população e para o Rio Cocó. Pois vai ser construído um píer lá, que entra dentro do rio até certo ponto, que aquilo vai assorear a água. Aquele rio que eu citei que já estava raso vai ficar mais raso ainda. Queriam construir um loteamento na Mata do Miriú a gente não deixou. Lutamos bastante para que embargasse a obra. (Liderança 04)

5.4 VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE NA SABIAGUABA E AS ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE: AÇÕES, ATORES, MOBILIZAÇÃO E EFETIVIDADE.

Neste capítulo trabalharemos para reconhecer as estratégias e ações de Vigilância Popular em Saúde e Ambiente usadas pela população do território da Sabiaguaba relacionando as ações de promoção da saúde na organização da comunidade em relação aos conflitos ambientais que trabalhamos no capítulo anterior. Para isso, partiremos dos materiais coletados através das entrevistas semiestruturadas com as lideranças comunitárias e do diário de campo produzido pelo autor com informações e fotos. O capítulo, desta forma, versará sobre as ações de resistência frente aos conflitos socioambientais, quem são os principais atores dentro do

território da Sabiaguaba, como ocorre a mobilização na comunidade e a efetividade dessas ações e organizações no território.

Para melhor organização do trabalho e compreensão dos leitores dividiremos as Ações de Vigilância Popular em Saúde e seus promotores em Comunidade da Sabiaguaba e Comunidade Tradicional da Boca da Barra da Sabiaguaba. O motivo desta divisão é o formato distinto de organização de pessoas e a forma diferente do modo de vida da população da Comunidade Tradicional da Sabiaguaba, que impacta diretamente na forma como os conflitos ambientais atingem a comunidade e sua saúde.

5.4.1 Os movimentos de luta da Sabiaguaba contra os conflitos ambientais

Durante todo nosso texto ficaram marcados pela sua aparição constante dois grupos organizados de pessoas: O Coletivo Sabiá e a Comunidade Tradicional da Boca da Barra da Sabiaguaba. Dentro de nosso trabalho esses coletivos organizados se colocam como os dois principais atores em relação aos conflitos ambientais e apresentam diferenças entre eles.

O Coletivo Sabiá é um grupo articulador de diversas ações na comunidade que reúne em sua maioria jovens adultos de até 30 anos. A atuação do coletivo é forte em quase todas as regiões da Sabiaguaba, exceto na Abreulândia e Comunidade Tradicional da Sabiaguaba. Sua criação se deu no ano de 2017 e segundo a Liderança 01 foi inicialmente construído por amigos:

E ele nasce mais com esse intuito, ele nasce exatamente aqui no Zé Albano, ali no campo, numa roda de amigos mesmo conversando e que tinham vontade de transformar o bairro com cultura, arte, educação e se envolver nessas lutas ambientais... e aí nasce esse coletivo de um monte de sonhador. (Liderança 01)

Pautando uma diversidade de direitos humanos básicos, como: educação, saúde, cultura e arte, o Coletivo Sabiá se organiza para combater os problemas de uma periferia urbana, sem acesso a políticas públicas e os problemas ambientais causados por estar localizada em um ambiente de vasto potencial natural. Ou também pode se caracterizar com uma ambientação de populações do campo, das florestas e das águas em um contexto urbano, essas populações que apresentam muita relação com a natureza e têm seus direitos básicos negados (78). A iniciativa de criação do Coletivo Sabiá também é uma resposta uma necessidade organizativa como também fala a Liderança 01:

Hoje podemos dizer que não achamos legais essas coisas que são feitas. Hoje podemos falar e dar a nossa opinião. Tanto é que teve momentos no Conselho Gestor da Sabiaguaba que foi votado entre os conselheiros se os moradores poderiam ou não dar opinião sobre o território em que moram. Tínhamos essas coisas no Conselho Gestor da Sabiaguaba. A vontade de ter uma cadeira lá sempre foi grande, só que é muito complicado. Essa ideia de uma cadeira eles falaram que tinha que ser registrado o CNPJ e o máximo que temos é um coletivo o coletivo de jovens que é o Coletivo Sabiá. (Liderança 01)

A burocracia na formalização da participação no Conselho Gestor da Sabiaguaba, representada pela necessidade de um CNPJ, e a falta de democracia na instituição, demonstrada pelo cerceamento de fala de quem não é conselheiro do órgão, potencializou a criação de uma organização que tem como maior pretensão a organização de atividades na comunidade. O espaço do conselho deveria ser de acolhimento com a comunidade no intuito de potencializar as ações de cuidado como é estabelecido pelo quinto princípio estabelecido no art. 2º do decreto municipal nº 12.970/2012: “divulgação da importância dos serviços ambientais prestados pela área protegida, sensibilizando as comunidades local e regional para a preservação”³⁵.

³⁵ <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/381-conselho-gestor-das-unidades-de-conservacao-da-sabiaguaba-cgs>.

Durante esses seis anos de existência tem promovido a organização comunitária através de diversas ações: limpeza de manguezais, praias e dunas, cineclubes, festas e ações sociais e sua principal atividade a biblioteca comunitária, Biblioteca Sabiá, que promove ações de contação de histórias, reforço além do incentivo à leitura. O Coletivo Sabiá também presta auxílio às demandas comunitárias, a exemplo na questão dos alagamentos do ‘Verde é Vida’ e atua como um articulador para acesso aos órgãos públicos, para a garantia de direitos, Secretaria de Meio Ambiente, política ambiental, ministério público e defesa civil, entre outros.

Entretanto, mesmo com essas iniciativas, a percepção da Liderança 02 é que o Coletivo está um pouco desarticulado atribuindo a uma iniciativa anterior o Coletivo “Comunidade em Ação” que até hoje existe em um grupo de WhatsApp, mas não organiza mais ações:

Coletivo Sabiá que precisa andar mais um pouquinho, está muito parado... Conseguimos formar algumas coisas antes com o ‘Comunidade em Ação’ ou outras coisas para tentar mais diálogo com a comunidade. Comunidade em Ação era um grupo, que é hoje o Coletivo Sabiá, que se transformou no Coletivo Sabiá. Montamos uma galerinha que gostava de buscar o que era bom para comunidade. Tipo melhorias de ruas, as coisas da escola. Tudo isso começou com uma festa das crianças do 1º ano que não teve na escola Eduardo Campos, em 2017 eu acho. (Liderança 02)

Durante esses dois anos de pesquisas e participando das ações vimos que o instrumento Coletivo Sabiá é o maior articulador de ações nas demais regiões da Sabiaguaba, mas também tem sofrido com processos de desarticulação que dificultam a articulação de ações na comunidade e que ficará mais nítido quando falarmos sobre a efetividade das ações de vigilância.

Outra organização comunitária que vem promovendo diversas ações na Sabiaguaba é a Comunidade Tradicional da Boca da Barra, localizada na foz do Rio Cocó. Sua história e seu pertencimento ao local são datados desde o século XVIII reconhecido através de um estudo

antropológico que reconheceu a tradicionalidade daquele povo. Entretanto, apesar de terem permanecido no território foram anos de lutas como relata a Liderança 01:

Temos como parceiro a comunidade da Boca da Barra. É um pessoal que com o decorrer do tempo eles começaram a se organizar e hoje eles são bem mais organizados. Depois do que aconteceu com eles. Devido a criação do Parque do Cocó eles quase seriam retirados do território. Porque a legislação do parque não permite que ninguém more naquela região. As leis têm a ideia de que é parque e tem que ficar protegido, preservado. Só que isso eles querem atingir lá uma comunidade tradicional, mas o Parque do Cocó ele também passa atrás do Iguatemi e aí eles não têm a mesma coisa quando chegam lá no Iguatemi. A força que o estado quer ter de vir e tirar uma comunidade tradicional que tem história nesse território de cuidar. Eles inclusive debatem muito dentro comunidade tradicional, se o território só está cuidando dessa maneira é porque tem uma comunidade que cuidava, que sabia como utilizar aquele os recursos daquele território. Eles não têm a mesma força de querer fazer a mesma no Iguatemi que bota dejetos desde a sua criação dentro do rio. Se você parar para conversar com os mais velhos eles vão dizer que quando Iguatemi foi construído desceu pelo Rio Cocó uma borra branca e saiu matando todos os peixes. Então, isso você escuta muito forte na fala dos mais velhos que que estavam próximo ao rio e viviam isso, dá borra branca que desceu rio abaixo matando todos os peixes com a criação de Iguatemi. E o estado vem fazer o parque porque eles têm a ideia de preservar a desde a nascente até foz do Rio Cocó e deixar aquele lugar tudo lindo e não pode ter pessoas morando próximo. Essa comunidade seria removida. O estado simplesmente chegou e saiu marcando as casas das pessoas sem perguntar nada, sem falar nada. Ele saiu marcando as casas das pessoas e aí as pessoas que foram atrás queriam entender quem eram aquelas pessoas, o que estava acontecendo. Porque eles iam simplesmente chegar e demolir tudo. Sem conversa, sem retirar essas pessoas de maneira até segura, de maneira respeitosa, simplesmente demolir as casas. Dane-se as pessoas, dane-se sua história e dane-se tudo. Com muita luta eles conseguiram dar uma flexibilizada e que eles tiveram que passar por um estudo antropológico para saber se eles iam poder continuar nesse território... Uma comunidade que se organizou na luta ou se organizavam para enfrentar ou elas perdiam e seriam retiradas deste local. (Liderança 01)

A diferença dada entre as grandes corporações como os donos do Shopping Iguatemi, ligada à família Jereissati, que além de grande poder econômico também é ligado a política. Carlos Jereissati, dono do Iguatemi, é irmão de Tasso Jereissati, ex-governador e ex-senador do Estado do Ceará. O Shopping Iguatemi foi construído à beira do Rio Cocó e tem sofrido constantes ampliações sem nenhuma contraposição do estado. Sua última ampliação

aconteceu no ano de 2015³⁶, mesmo ano em que o conflito com os moradores da Boca da Barra começou. Ao contrário do tratamento dado ao Iguatemi, o estado fez um processo da marcação das casas presentes no território sem qualquer diálogo ou explicação para a população. A dinâmica excludente do estado forçou a organização dos moradores da Comunidade da Boca da Barra da Sabiaguaba que comprovaram sua tradicionalidade.

Após a identificação da tradicionalidade e a conquista de sua permanência passaram a se organizar para ter acesso a outros tipos de direitos anteriormente negados. A organização da comunidade é citada pela Liderança 05:

Então esse grupo, praticamente, é formado por duas famílias que se resume em uma família. Ou seja, é um grupo de 70, 60 pessoas mais ou menos do qual nos reunimos para discutir as demandas da comunidade. Não incluímos casas de veraneios, porque não fazem parte do grupo tradicional, pessoas que não fazem parte da comunidade, porque é uma forma também de dizermos que existe um grupo diferenciado, não que sejamos contra. É importante destacar, mas é pelo uma regra da antropologia. Se a comunidade acolhe, beleza. Se o coletivo acolhe? Tranquilo. Agora se o coletivo não acolhe, não é uma pessoa que vai dizer que é. (Liderança 05)

A participação nas reuniões e atividades da Comunidade Tradicional da Boca da Barra devem ser autorizadas pelos moradores caso você não seja um dos membros da comunidade. De forma geral, são discutidas as demandas da comunidade por políticas públicas, sobre sua tradicionalidade e sua permanência no território, os registros dessas reuniões são enviados à Defensoria Pública da União (DPU).

O território da Sabiaguaba além dos grupos anteriormente expostos também conta com parceiros externos ao território, mas que sempre estão presentes nas lutas puxadas pelas organizações. As Lideranças 01 e Liderança 02 falam sobre algumas dessas pessoas:

E temos como principais parceiros alguns parlamentares, alguns vereadores,

³⁶ <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/03/expansao-do-shopping-iguatemi-no-ce-sera-inaugurada-nesta-quinta-feira.html>.

deputados. Tem um que sempre está com a gente que é o Renato Roseno sempre está com a gente quando a gente precisa na luta ele sempre está presente. Agora os vereadores têm o Gabriel, Gabriel Aguiar que acabou sendo eleito com essa pauta. A pauta do loteamento da Mata do Miriú, dos 50 hectares para construção de um condomínio. Ele foi eleito com essa pauta de preservação, de proteção da natureza. Já que ele fez o trabalho dele de TCC lá. A gente tem o Instituto Verde Luz que faz um trabalho muito massa com a questão das tartarugas e a frente das lutas. E temos nosso coletivo. (Liderança 01)

[...] tem o um parceiro o Gabriel, Gabriel Aguiar que vereador. A Bia Climática foi uma pessoa maravilhosa. Quando eu comecei a brigar pela comunidade tradicional de Boca da Barra tínhamos a Casa Camboa que é da Viviane, gente fina demais. Roniele da Boca da Barra. (Liderança 02)

A diversidade de parceiros presentes nas atividades se dá pela importância ecológica da Sabiaguaba para a cidade de Fortaleza. A maior parte das pessoas e entidades são ligadas ao movimento ambientalista como o Instituto Verde Luz que vem fazendo um longo trabalho de educação ambiental e cuidado com animais silvestres, além de ser um articulador de ações e possuir diversas pontes para institucionalidade que os moradores do bairro não tem acesso. Outro movimento ambientalista não citado nas falas é o Fortaleza Pelas Dunas que vem encampando as defesas do Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba.

O apoio às lutas comunitárias também vem de personalidades importantes como o Deputado Estadual Renato Roseno e o Vereador Gabriel Aguiar, ambos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Gabriel que já tem uma longa trajetória nas lutas ambientalistas envolvendo o Parque do Cocó e tinha como seu campo de estudo na graduação e no mestrado a Sabiaguaba, em específico, a Mata do Miriú, participou intensamente da denúncia do empreendimento. Seu vídeo viralizou nas redes sociais e ajudou a mobilizar diversas frente contra a construção do condomínio. Poucos meses depois se candidatou ao cargo de vereador e foi eleito. Beatriz Azevedo ou Bia Climática é advogada ambientalista ligada ao Instituto Verde Luz e atuante na defesa jurídica e políticas dos agrupamentos da Sabiaguaba. Por último, também não citado, o professor do Curso de Geografia da UFC, Jeovah Meireles, que durante

muitos anos foi a principal referência externa à comunidade e participou ativamente da construção do Plano de Manejo da APA da Sabiaguaba.

5.4.2 Quais as ações de resistência frente aos conflitos socioambientais na Sabiaguaba e sua relação com a Vigilância Popular em Saúde e Ambiente

A seção escrita abaixo relaciona à construção da Vigilância Popular em Saúde e Ambiente e as ações de resistências feitas pela comunidade de Sabiaguaba que foram analisadas a partir das entrevistas semiestruturadas e do diário de campo. Dividiremos a construção desta seção em duas partes. A primeira versará sobre os princípios das ações de Vigilância Popular em Saúde para a comunidade e o segundo momento será às ações práticas de resistência organizadas pelo território.

5.4.2.1 Os princípios da experiência no território da Sabiaguaba

Diferente das práticas que norteiam a estruturação da Vigilância em Saúde no Brasil, amparadas no modelo hegemônico de saúde e de ação verticalizada de controles de doenças e abraços, coletadas e sistematizadas através de um modelo burocrático a Vigilância Popular em Saúde vem se concretizando como uma possibilidade de ação democrática, participativa que intervém nos determinantes sociais de saúde estimulando a transformação social de territórios e populações. Suas ações, muitas vezes, têm formato intersetorial e abrange promoção da saúde, prevenção de riscos e agravos a partir do diálogo e das necessidades de vida da população (94).

Ainda há na Vigilância Popular em Saúde (VPS), uma possibilidade de caminhar por diversas direções pois o termo ainda se encontra em construção. A possibilidade de união

entre saberes populares e práticas comunitárias pode ser atrelada a técnicas de vigilância e servirem na construção de novos modelos de assistência à saúde que se aproximem das necessidades reais das populações. Esse processo participativo ao mesmo tempo que não visa a substituição do papel do estado cresce nos territórios onde essas ações são omissas. A participação da comunidade na vigilância foi um tema destacado na Política Nacional de Vigilância em Saúde (6).

Por mais que as experiências apontam, como colocado acima, eixos como a participação e as transformações sociais nos territórios, pelos seus ineditismos, ainda existe uma necessidade de mais trabalhos acadêmicos que analisem outras experiências, por isso, trarei os princípios da VPS a partir da experiência na Sabiaguaba. A lista contém: ‘compreender-se enquanto defensor do território’, ‘organização popular’, ‘um olhar vigilante sobre o território’, ‘morador cuidador do território’, combate ao progresso/desenvolvimento, informação/comunicação e a educação ambiental.

Iniciaremos pela questão fundante de um processo de participação que visa o reconhecimento do morador enquanto defensor do território. Dentro dos relatos gravados em nossas entrevistas com as lideranças comunitárias vimos que esse momento acontece de forma e em períodos diferentes para cada pessoa. Para a Liderança 01 esse momento aconteceu quando o DER colocou sobre a Duna da Baleia palhas de coqueiro, o que a liderança chama de envelopamento:

Primeiro ponto da resistência é a gente saber que eles existem. Durante muito tempo, eu vou falar por mim, eu não compreendia que essa tinha tanta área de proteção ambiental. Eu não compreendia. Eu vim compreender isso quando tentaram envelopar a Duna... A ideia dos órgãos do estado era transformar uma dona móvel numa dona fixa. Que a vegetação conseguisse segurar, barrar essa areia. Nós não aceitamos porque era o nosso único ponto de lazer. Veio a revolta desses adolescentes que começaram a brigar. Foi quando eu comecei a entender e conhecer. Foi quando eu conheci o Conselho Gestor da Sabiaguaba, conheci o Instituto Verde Luz que é o pessoal que está muitas

vezes à frente das lutas, são nossos parceiros. O Instituto Verde Luz tem cadeira no Conselho Gestor da Sabiaguaba e são sempre pessoas que votam a favor da comunidade, a favor do território. (Liderança 01)

Algo semelhante no relato das lideranças comunitárias é que esse despertar acontece associado ao surgimento de uma injustiça ambiental ou de um conflito ambiental no território, nesse caso, da Liderança 01, foi o processo ‘envelopar’ a Duna da Baleia de forma a impedir que as areia de duna móvel continuassem chegar na rodovia CE 010. É importante relembrar a narrativa feita anteriormente neste trabalho que a CE 010 invadiu o caminho natural da Duna da Baleia e não ao contrário.

O sentimento de pertencimento do território, muitas vezes justificado pelo modo de vida com interfaces entre o rural e o urbano, o sentimento de comunidade, expressos nas falas dos moradores, como “Comunidade da Sabiaguaba” e “sabiaguabense” (18) reforçam o reconhecimento da população da Sabiaguaba enquanto defensor do território.

A semelhança colocada entre a Sabiaguaba e os demais territórios onde foram produzidas experiências de VPS se dá por um território imerso em problemas ambientais complexos, a exemplo da especulação imobiliária e da construção de grandes obras como a CE 010, a ponte da Sabiaguaba e o Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba. Esse risco ambiental se potencializa também ao ser analisado em conjunto com a tradicionalidade da Comunidade da Boca da Barra. Seguindo os parâmetros analisados pela pesquisa de Silva *et al* (95), a Sabiaguaba apresenta semelhança com os territórios de outras pesquisas.

Outra questão faz interface com pertencimento enquanto comunidade é a organização popular ou comunitária. A Liderança 03 fala um pouco sobre a experiência de estar organizado politicamente em uma realidade local.

Tem o Coletivo Sabiá que eu acho que é um uma possibilidade muito grande de encontro, de troca e de tecer ação, de acionar, de estar mesmo no processo de ir diretamente fazer alguma coisa. Inclusive já nos movimentamos antes do Coletivo Sabiá. Desde a construção da estrada. A estrada foi em que ano? Dois mil e quatorze

foi? Começou em 2013, 2014. Em 2013 já havia rumores, e já começamos a nos organizar, teve reunião na escola, aquela história toda. Tem a questão da duna também que é muito recorrente que a gente tem se mobilizado. E que é uma organização comunitária mesmo, e que eu acho muito bonito. Eu passei por algumas formas de organização durante a minha vida e em todas eu aprendi muita coisa, só que agora eu tenho entendido que é a minha ação mais comunitária mesmo. (Liderança 03)

A liderança destacou aqui a diferença entre uma organização fora de seu local de vivência moradia e uma organização local, comunitária, vinculada aos problemas cotidianos e que afetam diretamente a sua realidade e do seu local de reprodução de vida. Esta forma de organização local a partir da realidade e das necessidades da população e território com intuito de propor estratégias coletivas de melhoria da qualidade de vida também é uma estratégia utilizada na organização da VPS (96).

A realidade de uma organização local que estimule a participação comunitária também dialoga com as proposições de Gil Sevalho (11) na construção da Vigilância Civil da Saúde, que permite através das questões culturais e sociais e da participação social a transformação da realidade local.

A participação e o sentimento de pertença com o território lançam sobre a realidade do bairro um olhar cuidador das questões políticas, sociais e ambientais. Um olhar vigilante sobre o território que a Liderança 04 destacou a seguir:

Nós temos algumas resistências que é o caso do nosso Coletivo Sabiá... Ele é resistência mesmo, de verdade, porque sempre estamos organizando coisas que venham beneficiar a população e estar sempre alerta para qualquer coisa que não esteja legal ou então uma necessidade da população que ajudamos, mas que também é um coletivo que tá sempre ligado e preparado para qualquer coisa que precisa ser feita com relação à proteção da Sabiaguaba. (Liderança 04)

Quando a Liderança fala sobre estar “alerta” a liderança relaciona demandas que ameaçam o território, que ajudem em necessidade da população ou que estejam vinculadas à proteção da Sabiaguaba. O termo também se relaciona com a palavra Vigilância, que segundo

o *Oxford languages*, é o “estado de quem permanece alerta, de quem age com precaução para não correr risco³⁷”. A experiência analisada na Sabiaguaba segue por um caminho inverso em relação ao termos utilizados na Vigilância tradicional e institucionaliza como “controle”, “evento sentinela” e campanhas, palavras oriundas do vocábulo militar para organizar suas práticas, que se desenvolver em ação sanitárias autoritárias e punitivas que vem sendo marca na história da saúde brasileira (11).

A palavra vigilância na perspectiva da VPS dialoga com outro sentido trazido no dicionário, o de cuidado, que na ótica de Boff (97) é uma ação que envolve pensar sobre colocar atenção, mostrar interesse e preocupação ao mesmo tempo que se conforma na constituição ontológica do ser humana, o cuidado entre humanos e com a natureza sendo este a própria natureza. A palavra cuidar também deriva de cura.

Neste sentido, a Liderança 03 fala sobre a díade “morador/cuidador” que se relaciona a uma ação de cuidado com a natureza e entre a própria população da Sabiaguaba. A relação de cuidado vem tanto do compartilhamento de alimentos, trouxemos essa relação anteriormente no capítulo que falava sobre o que promovia vida e adoecimento, como de uma relação não predatória, consumista dos recursos naturais:

Eu acredito que para um bairro que nem Sabiaguaba os moradores são os primeiros, vou chamar de cuidador porque eu acho essa palavra bonita, cuidador do lugar, da natureza, dos ecossistemas, dos animais, enfim. O estado falha, nós estamos presentes. Não fazemos isso porque o estado falha. É porque é uma cultura nossa, é uma cultura popular, é uma cultura de cuidado. Se você vê os pescadores, por exemplo, eles vão pescar e eles sabem que que determinados tamanhos de peixe eles não são possíveis de levar para casa então eles soltam... Porque eu digo que os moradores são os primeiros cuidadores, porque eles têm noção, eles nunca estudaram agronomia, nunca estudaram sei lá criação de peixes, piscicultura, mas eles sabem que esses

37

https://www.google.com/search?q=vigilancia+dicionario&rlz=1C1WHCN_enBR909BR914&sxsrf=AJOqlzU4dru-_PSd8JbufD7xX-jlNP5P7g%3A1677865493551&ei=FTICZOqpIcHL1sQPs5u26A4&ved=0ahUKEwiqiOWFqMD9AhXBpZUC HbONDe0Q4dUDCA8&uact=5&oq=vigilancia+dicionario&gs_lcp=Cgxnd3Mtd2l6LXNlcnAQAzIFCAAQgAQ6CggAEEcQ1gQQsANKBAhBGABQnQNYnQNgsAZoAnABeACAABsBiAG7AZIBAzAuMZgBAKABAcgBCMABAQ&sclient=gws-wiz-serp

determinados comportamentos eles são agressivos para o lugar, para os ecossistemas, animais. Eles fazem essa preservação acontecer na prática. E quando o estado falta eles estão presentes. Eles já estão presentes mesmo antes do estado faltar porque eles são os primeiros a ocupar esses lugares. Essa resistência acontece de uma forma muito cotidiana. (Liderança 03)

A forma de cuidado vinculada a um olhar sustentável da relação homem/natureza se choca frontalmente com a ideia de progresso ou desenvolvimento insistentemente disseminada pelas classes dominantes. O progresso nesta visão capitalista padroniza as relações humanas, as culturas, a forma de comer e de vestir. Nos coloca uma ideia de que somos superiores a natureza, logo nos diferenciando da natureza e a utilizando apenas como um material útil aos nossos fins. Essa ideia de humanidade que Krenak (74) chama de abstração civilizatória. Aqueles que se descolam destas pretensões desenvolvimentista ou pelo menos desta forma de desenvolvimento resta a classificação de sub-humanidade (74), atrasados ou anti progresso que realmente é dada às comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. Essas alcunhas também foram colocadas as lideranças no território da Sabiaguaba como destaca Liderança 01:

É importante que esse território seja preservado e mantido dessa maneira, sem a construção do loteamento na Mata do Miriú. Isso não é progresso. Isso é destruição. Ninguém é contra o progresso. Quando as pessoas falam, "ah, vocês são contra o progresso", isso em 2013. Os militantes com as faixinhas em frente a duna e o pessoal falando que eles eram contra o progresso. Ninguém é contra o progresso, queremos que ele aconteça, mas ele tem que acontecer de maneira responsável. Tanto com as pessoas que moram no território quanto com o território. (Liderança 01)

A autonomia de poder escolher outra forma de progresso também foi destacada pelos moradores da comunidade tradicional em relação à construção do Complexo Natural e Gastronômico da Sabiaguaba. A forma de escolha de progresso organizado, as decisões tomadas de forma coletiva e de forma cuidadosa com a natureza e a comunidade devem ser respeitadas pelas organizações públicas e privadas e referendadas por órgãos como o Conselho

Gestor da Sabiaguaba. Entretanto, para esse processo de tomada de decisão ser efetivo é necessária a informação.

Do ponto de vista da Vigilância em Saúde, a informação é fundamental para a elaboração de ações de promoção e prevenção em saúde. O processo de trabalho da Vigilância em Saúde envolve a máxima “informação para ação” (98). Contudo, além de limitados do ponto de vista de uma compreensão ampliada de saúde, pois tem prioridade nos dados relacionados a doenças, essa informação também é subutilizada. Os dados não retornam facilmente para os municípios e nem são compartilhados com as unidades básicas de saúde para realização de atividades mais próximas aos usuários do SUS.

Na experiência da Sabiaguaba o intuito das lideranças comunitárias é que a informação chegue a maior quantidade de moradores como é trazido pela Liderança 01:

E aí acho que um papel importante é a informação essa informação chegar no território e falávamos que o Coletivo Sabiá seria esse lugar também de espalhar essa informação. Não ficaria mais restrito apenas a um grupo ou uma associação dentro do território. Então toda informação que soubéssemos nós iríamos espalhar. Não faz sentido ter informação e ela fica guardada para nós. Ela tinha que ser falada para as pessoas do território. (Liderança 01)

A informação, neste caso, além de atuar na construção das ações empregadas nos territórios, também é uma mobilização da população nos processos de resistência da comunidade. Para ilustrar essa situação a Liderança 01:

No Loteamento na Mata do Miriú. O grande lance começou quando o Gabriel Biologia, o Gabriel que atualmente é vereador, começou a divulgar nas redes sociais que ia ser construído esse loteamento que teria 50 hectares. Equivalente a 50 campos de futebol na Mata do Miriú, perto do colégio Sabiaguaba, Manoel Eduardo Campos. Começou a juntar muita gente na rede social, compartilhando e foi uma luta mais engajada nas redes sociais. (Liderança 04)

A informação contida por Gabriel Aguiar sobre a construção do loteamento e compartilhada com as lideranças da Sabiaguaba foi amplamente divulgada nas redes sociais e mobilizou pessoas do bairro e externas ao bairro. Uma única informação gerou um processo de comunicação que reverberou em uma rede de apoio em defesa da Mata do Miriú. A ação na internet foi fundamental pois havia dificuldade de reunir grande quantidade de pessoas por conta da pandemia de Covid-19. Esse processo de mobilização utilizou aplicativos como WhatsApp e Instagram para disseminar a informação. O método de comunicação seguiu sendo utilizado nas outras ações relacionadas ao Covid-19.

Por último, mas não menos importante a educação ambiental. Essa não como ação escolar ou descontextualizada da realidade comunitária, como forma de reprodução de vida, como ação de cuidado, e saúde planetária. Esse pensamento está envolvido em uma forma diferente de pensar do desenvolvimento capitalista e predatório dos recursos humanos e naturais. A Educação ambiental deve estar alicerçada em um viés crítico e emancipatório da realidade e envolvo em práxis libertadora (99). Dentro dessa perspectiva, fincado na realidade que a Liderança 02 narra um diálogo com outra moradora do território:

Temos de educar essa criançada e dizer a elas que o bom é a natureza. Se a gente quiser ir para a cidade se muda para Aldeota, para outros bairros. Mas que se a gente perder isso aqui. Outra vez eu estava na rua de casa e uma mulher falou: “Tomara que passe a pista aqui na minha rua”. E eu: “Por quê?”. Ela: “É porque é bom”. “É bom por quê? Porque passa carro mais rápido, porque esquenta mais a pista, por que tem um vapor de ar mais quente?”. A senhora morava onde? Ela morava no Jangurussu. E como era lá? “Não, era muito quente”. E a senhora quer a mesma coisa para cá? A senhora veio para cá por quê? “É porque o clima é bom”. E a senhora acha que se tiver a pista, tiver os apartamentos, você vai ficar como? Aí ela: “é”. É só a senhora pensar, raciocinar porque se a senhora veio para um ambiente que tem o ar puro, tem espaço para os seus filhos brincarem. Que tem uma parte de rio, mangue, duna. Um paraíso na terra. E a senhora quer que se transforme numa cidade. Que vai destruir. Quando perdemos, nós somos o último corredor de vento de Fortaleza vindo do mar, se acabar pode botar 45°C naquela cidade, que vai bater. O que ameniza é o vento. Se não tiver. É tentar a educação ambiental para essas crianças saberem o que tem que defender. Defender a natureza e a liberdade. (Liderança 02)

Apesar de não ser considerada neste trabalho como um princípio a importância do acesso a diferentes políticas de educação, ensino básico e superior, aparece neste trabalho como um catalisador de processos organizativos. Dos entrevistados em nosso trabalho, mais da metade ingressaram na universidade. Esse ponto para a Liderança 03 foi um incentivador ao processo de organização das iniciativas comunitárias:

A importância de outras políticas públicas elas também são importantes para gente, por exemplo, nós termos entrado na universidade. Eu não romantizo a universidade, mas eu sei que ter entrado na universidade potencializa a minha vivência no mundo. Eu não teria uma vivência da geografia do lugar se eu não tivesse entrado num curso de geografia. Sabe? Não teria. De fato, eu não teria. Não entenderia muitas questões sobre o território e eu acho que quando potencializamos o sujeito potencializamos a resistência coletiva. Acredito nisso. (Liderança 03)

A universidade foi bastante atuante em diversos processos políticos que envolveram mudanças drásticas no país, como a luta contra a ditadura militar, o impeachment de Collor com os caras pintadas e contra o golpe dado na presidenta Dilma Rousseff em 2016. O Movimento Estudantil (100) tem sido um espaço importante de organização para jovens que adentram o espaço universitário. Outro fator, é o acesso a diversos debates pelos estudantes que através do método científico compreendem a diversidade de correntes de pensamentos e elaborações teóricas que encontraram materialidade na vida diária nos seus territórios.

5.4.2.2. Ações de Vigilância Popular em Saúde no Território

Uma comunidade engajada nas lutas contra injustiças ambientais gera diversos indicadores que podem ajudar na avaliação dos territórios e contribuir na identificação de casos de injustiças ambientais, e contribuir na construção de um processo de vigilância (95). Desta

forma, a presença e organização do Coletivo Sabiá e da Comunidade Tradicional da Boca da Barra da Sabiaguaba são fundamentais pois agem como polo organizador de diversas ações que acontecem no território e são pontos de diálogos para colaboradores externos.

No caso do Coletivo Sabiá, o grupo tem como segmento a Biblioteca Comunitária, ação mais permanente e cotidiana. Com encontros semanais desenvolve atividade de leitura e contação de história para crianças, ampliando seu universo de faz de conta e sua capacidade de sonhar. A Biblioteca Sabiá também conta com um computador de uso comunitário para acessar a internet, fazer currículos e impressão de documentos para pessoas da comunidade. Também acontece a organização de festas em datas específicas como o dia da criança e carnaval. A biblioteca também atua na mobilização das famílias das crianças nas ações realizadas pelo coletivo e comunidade. Em sua fala a Liderança 03 compartilha quais são as principais atividades do Coletivo Sabiá:

O coletivo Sabiá nasceu numa perspectiva de reunir a juventude e a gente tentar fazer algumas ações que seriam o que? O Cineclube, limpeza de praia, manguezais e auxiliar a comunidade em algumas demandas que iam surgindo. E aí nasce também a Biblioteca Sabiá, que é administrada pela Gleiciany Queiroz que faz um trabalho lindo aqui na comunidade. E aí ela pegou muito durante essa pandemia, por exemplo, falando pandemia porque é um período mais próximo que a gente vivenciou e está vivenciando dos desdobramentos do coronavírus, e que fez esse trabalho de cadastro das pessoas para receber o auxílio e também que faz outros trabalhos, por exemplo, como fazer currículo para as pessoas, atender as crianças na demanda de leitura, de contação de história, também é na Biblioteca Sabiá que temos o Cine Clube que era na casa da mãe da Gleiciany ainda é. E é a partir desses lugares de encontro que a gente vai resistindo assim. (Liderança 03)

O Cine Clube, outra atividade organizada pelo Coletivo Sabiá, tem o papel de trazer cultura e arte como processos de construção de identidades dos jovens e adultos participantes (101). A ação também permite o debate crítico de temas complexos com ludicidade e criatividade. Sua ocorrência não tem data estabelecida. A Biblioteca Sabia também da articulação do documentário ‘Reverendo Nossa Herança’, do diretor Victor Freitas, que conta a

história das guardiãs da memória da Sabiaguaba e do documentário ‘Semeando nas Dunas’, dirigido por Rafaela Sawaki, que fala sobre os quintais produtivos da Sabiaguaba e ainda terá sua estreia divulgada.

A Biblioteca Comunitária Sabiá realizou no dia 27 de junho de 2022 uma trilha com seus educandos na Mata do Miriú, em seu Instagram colocou como título “Conhecer para Cuidar”, reforçando uma ação de VPS como vimos acima. Além de uma ação de Educação Ambiental e cuidado e proteção e preservação da região que nos últimos anos vem sofrendo com a especulação imobiliária.

Figura 24 - Educandos da Biblioteca Comunitária Sabiá em trilha na Mata do Miriú.



Fonte: Arquivo pessoal.

Os anos de 2020 e 2021 tiveram uma diversidade de atividades no qual os membros do Coletivo Sabiá estavam envolvidos. Além das ações que acontecem de forma permanente

como a biblioteca e o cine debate, a organização centrou forças nas atividades de limpeza das dunas, mangue e no enfrentamento da Covid-19.

As limpezas promovidas pelo Coletivo Sabiá consistem em reunir membros, moradores da Sabiaguaba e parceiros externos ao bairro em mutirões de limpeza. O objetivo dessas ações é dialogar com a população e com visitantes sobre a importância de deixar aquele espaço livre de lixo por sua fragilidade ambiental e possível geração de doenças com o acúmulo de lixo. Essa iniciativa não é exclusiva do Sabiá, é uma prática também organizada pela Comunidade Tradicional com o projeto “Sabiaguaba lixo zero”, que falaremos mais adiante, pelos praticantes de sandboard e pelo Instituto Verde Luz.

Figura 25 - Atividade de Limpeza da Duna promovida pelo Coletivo Sabiá.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Na Figura 21, vemos um mutirão de limpeza realizado no dia 13/02/2021 na Duna da Baleia do PNMDs. A atividade foi organizada depois da denúncia de moradores com o

descaso e acúmulo de lixo. A Duna da Baleia é o principal ponto turístico da comunidade, reunindo diversos públicos que durante o dia são pela bela vista e o pôr do sol e a noite é utilizada como espaço de oração. Por conta do grande fluxo de pessoas foi encontrada grande quantidade de plásticos, vidros, embalagens de lanches e pneus. Além do recolhimento de lixo a atividade construiu placas que falavam sobre a preservação ambiental como falou a Liderança 03 que também destacou que essas ações também são momentos de encontros que colaboram no processo de comunicação:

Eu lembro que fazíamos uma limpeza, não só uma, fez umas duas. Fizemos uma limpeza do mangue, onde a gente fez placa de sinalização com imagens, na realidade não era nem sinalização, era mais placas com algumas frases que que falavam a respeito da preservação ambiental. Mas eu acho que vai muito mais do que isso. Só da gente estar assim encontrando e conversando, interagindo já é um início de uma organização. Porque não temos organização se não nos comunicamos bem. Acho que uma das coisas muito importantes que talvez até sejam muito negadas ou não sejam vistas têm importância dentro das organizações políticas é a comunicação. Comunicação direta no sentido de eu estar interagindo com as pessoas que fazem parte do mesmo grupo que eu. (Liderança 03).

Um outro mutirão de limpeza que foi destacado neste trabalho, não por sua maior importância, mas pela forma como ele foi construído, foi a limpeza da Lagoa da Precabura. No dia 13/01/23 a Defesa Civil e a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) iniciaram uma limpeza do braço da Lagoa da Precabura que adentra o núcleo populacional “Verde é vida”. A área em questão sofre constantemente com alagamentos no período da quadra chuvosa, alvo já discutido neste trabalho. Esse alagamento gera prejuízos materiais, sociais e para a saúde da população em torno da lagoa.

Figura 26 - Trator da Defesa Civil destruindo mata ciliar na comunidade “Verde é Vida”.



Fonte: Imagem extraída do print do Instagram do Coletivo Sabiá.

A partir de um olhar cuidado e vigilante sobre o território membros do Coletivo Sabiá entenderam que ação estava degradando a natureza e ampliando o problema de alagamento na comunidade já que estava destruindo as matas ciliares que atuam contra o assoreamento, fenômeno que diminui a profundidade dos mananciais e aumenta o seu espelho de água, e são resistência natural a passagem da água (88) e por isso iniciaram um processo de denúncia pelas rede sociais em formato de live no aplicativo Instagram. Os membros do Sabiá acionaram o Vereador Gabriel Aguiar que formalizou a denúncia. A chegada da Polícia Ambiental constatou que a limpeza estava sendo feita sem qualquer estudo de impacto ambiental ou até mesmo licença. Os trabalhadores da Prefeitura de Fortaleza foram detidos e levados à delegacia, assim a limpeza foi interrompida.

Após a interrupção da ação, moradores da comunidade estimulados por aspirações eleitoreiras espalharam boatos caluniosos sobre o Instituto Verde Luz e o Coletivo Sabiá como conta a Liderança 01:

Tivemos uma briga a uns dois anos atrás porque estavam fazendo a limpeza na Lagoa da Precabura de maneira errada. Colocaram simplesmente uma retroescavadeira dentro da Lagoa e saíram arrancando tudo. Até nós explicássemos para as pessoas que aquilo era errado, que aquela maneira que estava sendo feita era errada. E o que eles tinham ideia de limpeza era colocar uma retroescavadeira e retirar tudo de dentro do rio. Fazendo dessa maneira como eles estavam fazendo tem prejuízos. Tinha um pássaro muito próximo da máquina no dia e gerou uma briga imensa porque uma pessoa que estava à frente dessa limpeza disse que eu estava contra que tinha chamado a polícia por conta do pássaro. Tudo isso me virou muitos problemas e muitos conflitos. Levaram para essa história de eu ter chamado a polícia para poderes paralelos do território e eu corri risco de vida. Corri risco. Realmente minha vida ficou em perigo por causa dessas histórias, desses boatos. (Liderança 01)

O caso desta liderança não é o único, outro lutador das causas ambientais entrou no Programa de Proteção a Defensoras e Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) da Secretaria de Proteção Social por estar denunciar a invasão de terras em área de proteção ambiental. Ao prosseguir sobre o tema a Liderança 01 completa:

Nessas horas que a gente fica assustado. Porque sabemos que o Brasil é um lugar onde mais se mata ambientalistas. O que é muito louco é parecer errado que você defende o certo. É louco você parecer errado defendendo o correto. É dessa maneira que nos sentimos quando nos deparamos com as lutas ambientais. Sabemos que é certo o que estamos fazendo. Mas vem uma força tão grande, um peso tão grande parecer errado. Essas defesas, essas lutas. Onde realmente corremos riscos. O bom de ser Coletivo Sabiá é que não tem uma cara a frente, não tem só uma pessoa para fazer essas mobilizações para fazer essas conversas é um coletivo são várias pessoas. Na época que teve a história da criação do loteamento na Mata do Miriú, do condomínio, várias pessoas do coletivo participaram das entrevistas e tudo para não ficar marcado só uma cara... Eu moro no território. Fazemos algumas lutas, nos envolvemos em algumas lutas e tentamos fazer isso de maneira que pareça estar por fora. De maneira muito camuflada. Quando se faz denúncia, tenta-se fazer de um jeito que não pareça que foi uma pessoa específica, que seja sempre algo coletivo. Para não se marcar um rosto, marcar uma pessoa. Queremos continuar vivo, ninguém está a fim de virar mártires não, ninguém está a fim de virar Marielle e virar só “Marielle presente”, queremos continuar a luta vivo. (Liderança 01)

O medo da Liderança 01 é justificado pela longa história de mortes ou ameaças vividas por defensores dos direitos humanos e ambientalistas. Vítimas históricas destes conflitos como o da missionária Dorothy Stang, Chico Mendes e mais recentemente dos

indigenistas Bruno Pereira e Dom Phillips³⁸ marcam o imaginário do Brasil e dos lutadores em defesa das causas ambientais. Casos como esses demonstram também uma parcialidade no trato do estado, que muitas vezes se omite ou até mesmo participa dessas ações violentas como no caso de Eldorado dos Carajás no qual a Polícia Militar assassinou 19 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (102).

Dentro desse processo também é fundamental analisar as estratégias utilizadas pelo Sabiá na utilização da imagem coletiva para resguardar a vida de seus militantes, não deixando um único membro como figura pública de maneira a facilitar sua identificação. Ao utilizar Marielle como símbolo e mártir, a liderança também reforça a incapacidade do estado de defender os militantes desses conflitos violentos e sua atitude negligente em solucionar os casos que envolvem defensores dos direitos humanos (102). O caso Marielle em 2023 completará 5 anos e ainda não tem solução³⁹.

Para solucionar os boatos espalhados na comunidade da Sabiaguaba foi convocada uma reunião que explicou os impactos ambientais e sociais causados por aquela metodologia de limpeza utilizada pela Defesa Civil e foi planejada uma atividade de limpeza no local. A ação foi mobilizada pelas redes sociais e tinham além do objetivo de a limpeza demonstrar para as autoridades como realizar um processo que ajudasse a solucionar a questão dos alagamentos na região do Verde é Vida, mas respeitasse também a natureza. Na ação, figura 23, também foram retirados lixos das matas ciliares e grande quantidade de aguapés que bloqueavam a passagem das águas na região. Além da limpeza estava sendo um pedido de retomada da limpeza da região, através de um abaixo assinado, que respeitasse a preservação ambiental e

³⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-07/mpf-denuncia-tres-por-assassinatos-de-bruno-pereira-e-dom-phillips>.

³⁹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/03/14/caso-marielle-quatro-anos-apos-o-crime-o-que-falta-responder-e-quais-os-proximos-passos-da-investigacao.ghtml>.

fosse realizado sem o uso de máquinas. Cerca de 1 mês depois a limpeza manual foi realizada pela Prefeitura de Fortaleza.

Figura 27 - Limpeza da Lagoa da Precabura.



Fonte: Arquivo pessoal.

Uma outra forma de realizar Educação Ambiental na prática tem sido explorada por membro do coletivo Sabiá, a realização de trilhas ecológicas tem uma forma de apresentar para os moradores da Sabiaguaba que não conhecem as Unidades de Conservação e APA, ao mesmo tempo que também é uma possibilidade dialogar com a sociedade de fora da comunidade e que quer ajudar a preservar também o bairro. As trilhas atuam como na conscientização dos presentes como relata a Liderança 04, a prática da trilha também é realizada pela Comunidade Tradicional da Boca da Barra da Sabiaguaba que adiciona a essas ações já realizadas um diálogo sobre a cultura local e a tradicionalidade do seu povo naquele território:

Nós organizamos trilhas na Sabiaguaba. Eu... e outras pessoas também que guiam. Nós dois organizamos trilhas aqui na Mata do Miriú, no Parque Municipal das Dunas da Sabiaguaba, na APA. Organizamos trilhas com pessoas, com crianças. Não pode levar animais. Animais domésticos por causa que eles podem transmitir doenças para os nativos. Mas organizamos essas trilhas com o intuito de conscientização das pessoas, de preservar mesmo, de fazer as pessoas conhecerem aquele espaço e verem de perto para que no futuro quando acontecer alguma coisa que vá botar em perigo essas matas, esses lugares, temos pessoas que já passaram por aquele lugar que se sensibilizem. Eu acho que a questão é sensibilizar as pessoas quanto aquela riqueza que temos bem próximo da gente sem precisar nem sair da cidade. Aquela mata é importante para gente, para nossas chuvas, para o nosso lençol freático, as dunas servem para acumular água no lençol freático, a questão dos ventos na cidade, tudo aquilo é importante. A gente explica tudo isso nas trilhas. (Liderança 04)

A pandemia de Covid-19 foi outro marco de ações para o Coletivo Sabiá, com a explosão de casos na cidade de Fortaleza a falta de uma ação mais coordenada e até omissão do Governo Federal e a incapacidade de ações das políticas de saúde em dialogar com a população, além do combate a “Fake News” fizeram com que membros do Coletivo Sabiá se mobilizassem para construir ações no território. Ações como essa também aconteceram em outros territórios e visavam diminuir riscos e dar suporte aos enfrentamentos das vulnerabilidades a partir da realidade local como estudados nos trabalhos (84); (85); (86); (87); (88).

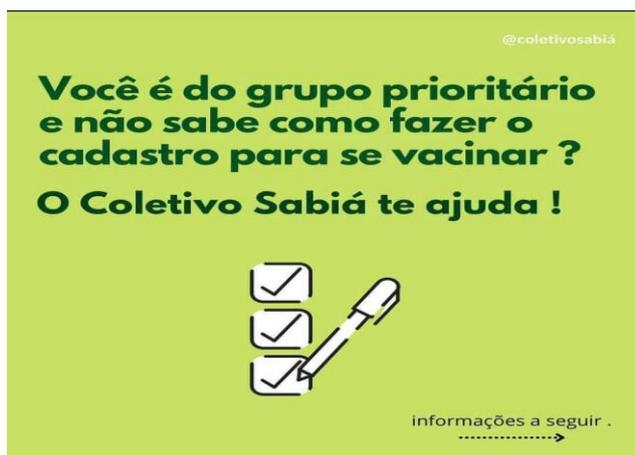
A organização inicial das atividades de combate ao vírus se deu por grupos de *WhatsApp* e construiu atividades de arrecadação e distribuição de alimentos, máscaras e produtos de higiene que garantiram emergencialmente os cuidados e fortaleceram o distanciamento físico. Observando a necessidade de continuar o trabalho enquanto durasse a pandemia, os jovens organizaram e diversificaram a sua atuação formulando ações de comunicação e educação em saúde.

Identificada a falta de informação compreensível para a comunidade e os diversos ‘*Fake News*’ que circulavam no bairro, os militantes formularam ou replicaram panfletos

virtuais sobre sintomas, contágio e métodos de prevenção que foram disseminados pelas mídias sociais. Outra atividade importante nesse período foi a tradução dos dados do Boletim Epidemiológico de Fortaleza que permitiram semanalmente acompanhar a situação de casos e mortos no território, alertando a população sobre a crescente de casos.

Entretanto as atividades que mais se popularizaram no bairro, chegando a ser noticiadas pela televisão local⁴⁰, foram as de promoção de acessibilidade através do cadastramento para a vacinação, Figura 23, o objetivo era inscrever idosos e/ou pessoas sem acesso à internet garantindo o direito a vacina e a segurança contra o contágio. A organização do cadastramento foi potencializada pelo conhecimento da internet pela juventude que facilitou a ação. Outra forma de acessibilidade foi a ‘carona solidária’ que levava idosos para os postos de vacinação organizados, naquele momento, majoritariamente em “*drive thru*”.

Figura 28 -Comunicação para o cadastramento de vacinação da Covid-19 feita pelo Coletivo Sabiá



Fonte: Arquivo Pessoal.

⁴⁰ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/dias-melhores/amp/jovens-se-unem-para-cadastrar-idosos-sem-internet-para-tomarem-a-vacina-contracovid-19-em-fortaleza-1.3059717>.

Neste processo é possível identificar diversos "princípios" da Vigilância Popular em Saúde, como: informação, comunicação, o olhar vigilante, o cuidado com a população. Essas ações de cuidado em relação a Covid-19 são vinculadas diretamente aos interesses da população e a partir da sua realidade a partir da participação ativa e observando as dimensões sociais, políticas, culturais e ambientais do território e seu povo na determinação do processo de saúde-doença. Desta forma, não atua de maneira vertical e tabular como acontece na maior parte das ações de Vigilância em Saúde.

A Comunidade Tradicional da Boca da Barra se diferencia das atividades do Coletivo Sabiá por atuar na proteção de uma área específica do território concentrando energia numa parte da população do território, entretanto dialogando com a diversidade de movimentos sociais e lideranças políticas institucionais. A Liderança 05 fala um pouco sobre as atividades construídas na comunidade tradicional que iniciou seu processo organizativo e político quando foram ameaçados de despejo pela criação da poligonal do Parque do Cocó:

Eu vou falar da Boca da Barra, especificamente, porque é a área que eu tenho atuado bastante desde 2015 quando começou o processo de demarcação das casas no Parque do Cocó. Foi o último processo de expulsão que nós sofremos. Foi com a criação da Poligonal do Parque do Cocó eles estenderam o Parque do Cocó que viria até aqui. E tínhamos que sair. Era um processo de expulsão. Uma forma de higienização ambiental como aconteceu no complexo, porque tira todo mundo que é pobre e coloca uma área de 'bacana'. Então desde 2015 tem esse conflito, esse processo de expulsão... De lá para cá a gente vem atuando, organizando a comunidade. Construímos a palhoça da comunidade, levamos em torno de 5 a 6 anos para construir um espaço da comunidade. Todo legalizado, documentado, com autorização do estado, foi ocorrido através de muita luta com apoio do movimento indígena, do movimento ambientalista, de pescadores e pescadores, de instituições, de organizações públicas. Sempre temos feito um trabalho de forma muito transparente. Criamos o "Sabiaguaba Lixo Zero" que era uma forma de dar um tapa na cara da sociedade e dizer assim vocês estão preocupados com o meio ambiente, mas vocês não conseguem enxergar o tanto de lixo que tem. Só nós que estamos pescando e conhecemos o mangue por catar o caranguejo vamos ver a quantidade de lixo. Então tudo isso temos feito de maneira organizada. Agora temos um espaço da comunidade para nós reunirmos a comunidade e para as atividades também, parcerias. Nós não estamos aqui fechados para o mundo, mas dizer que estamos dispostos e abertos ao diálogo, conforme a nossa necessidade e a nossa organização. (Liderança 05)

A ameaça da comunidade retrata a compreensão limitada do estado sobre o processo de cuidado estabelecido pela comunidade no território, a justificativa de proteção do Parque do Cocó é descontextualizada das ações realizadas na comunidade para a preservação das APA.

A população tradicional ganhou seu direito de permanência na terra pelo reconhecimento na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que identifica grupos culturalmente diferenciados, que têm formas próprias de organização social e ocupam e usam o território como condição de produção da cultura, economia e religião a partir de conhecimentos transmitidos pela tradição (103).

O fortalecimento da organização da comunidade tradicional a partir do processo de expulsão foi fundamental na briga pela permanência no território e ainda gera diversas ações como as reuniões da comunidade para tratar dos problemas locais, a construção de uma palhoça para realização destas reuniões e demais atividades culturais e políticas da comunidade. Além de projetos que envolvem a preservação do meio ambiente como ‘Sabiaguaba Lixo Zero’ que realiza processos de limpeza nas praias e mangues e fazer uma conexão de como aquele lixo impacta de forma diferente a população.

A capacidade organizativa da comunidade para resolver os problemas atuais e pensar em elaborações futuras também reforçam a força organizativa da experiência como vemos no relato da Liderança 05:

Então temos avançado muito, produzindo documentos, reivindicando áreas, por exemplo, pedimos uma área de para construção de um espaço comunitário da comunidade da Boca da Barra de Sabiaguaba e tivemos a autorização de duas áreas extra para reflorestamento. Olha o que é interessante enquanto o loteamento na década de 70 devastou, nós estamos tentando fechar um projeto com a comunidade, e depois vamos abrir para os parceiros, para fazermos um reflorestamento e transformar como era antes. Então estamos pensando como é que vamos estruturar as barracas no projeto. Então esse é o contraponto. Estamos dizendo que queremos ficar no lugar.

Também temos o entendimento de como é que queremos o lugar. O benefício que trazemos para o reflorestamento e com essas áreas de espaço para comunidade são dois pontos fundamentais. Primeiro, com o espaço comunitário damos oportunidade da sociedade do Ceará, de Fortaleza, do Brasil, do mundo se quiser ter o conhecimento da nossa história, da nossa cultura. Segundo ponto, com reflorestamento, a gente traz uma diversidade de vida, mamíferos, trazemos uma diversidade de vida de aves, de insetos, de bichos, então você constrói um novo ciclo de vida e um novo ambiente, que vai trazer qualidade para a área de conservação. Então nós não estamos parados no tempo, não estamos negando o progresso, só achamos isso é melhor para gente. (Liderança 05)

A capacidade de elaboração ações próprias da comunidade a partir da sua realidade, cultura e tradicionalidade fortalecem a autonomia e um pensamento de desenvolvimento que respeite os princípios morais, éticos, políticos, ambientais da comunidade e promove autonomia na construção de uma realidade em que a Comunidade Tradicional da Boca da Barra da Sabiaguaba seja protagonista da sua história e dos seus atos. A ação se contrapõe ao processo modernizante e uniformizador realizado na construção do Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba que retirou a variedade estética e arquitetônica das antigas barracas e uniformizou os espaços em quiosques que se diferenciam apenas pelos letreiros que identificam os negócios.

5.4.2 As formas de mobilização do território da Sabiaguaba

O Coletivo Sabiá e a Comunidade Tradicional da Boca da Barra da Sabiaguaba apesar das diferenças organizativas comungam uma relação próxima com a comunidade que se estabelece pelos laços familiares e comunitários e pelo que a Liderança 01 chama de ‘enraizamento comunitário’.

Tem uma coisa no que eu aprendi com as bibliotecas comunitárias que é chamada Enraizamento Comunitário que é a relação que temos com o território. As meninas sempre falaram que eu tinha essa relação muito mais fácil com o território por morar no território, ter crescido no território. Então, todo mundo sabe quem eu sou... Todo mundo me conhece... Essa relação de

saberem quem eu sou tem um peso na minha fala, tem um peso nas pessoas confiarem e acreditarem no que falamos... Sempre tem em qualquer debate tem a disputa pelo discurso. Mas eu acredito que pelo fato de ser da comunidade, ter crescido na comunidade, desenvolver trabalho na comunidade, isso tem um peso maior. Acredito que mobiliza a comunidade, mobilizamos falando para eles. Eu fui mãe muito nova na adolescência e uma coisa que eu aprendi muito nessa fase foi sobre a questão de não mentir. Até mesmo a coisa mais simples que isso afasta a criança. É uma coisa que eu levo até para vida. Minha filha vai tomar uma injeção e ela perguntava ‘mãe vai doer?’. ‘Vai. Vai doer, você vai sentir dor.’ Se eu disser ai filha não vai doer. E ela vai lá receber a picada e dói. E ela vai pensar ‘minha mãe disse que não ia doer e doeu.’ E isso para mim eu ficava martelando a cabeça. Então, se ela perguntar, vai doer? ‘Vai doer’. Quando as pessoas vêm conversar e vêm perguntarem, eu tento ser o mais clara possível, mais verdadeira possível e não esconder nenhum fato das pessoas. Delas entenderem tudo. (Liderança 01)

Em seu texto Müller (88), define o enraizamento a partir da dimensão espacial, temporal e de ação/participação coletiva. A dimensão espacial, versa sobre a relação da pessoa com o território. A dimensão temporal relaciona e articula a história e a vida através do passado, presente e futuro. Por último, a dimensão da ação/participação fala sobre o engajamento ativo na comunidade. Em sua fala a Liderança 01 fala sobre as três dimensões do enraizamento comunitário. O primeiro é seu sentimento de pertença ao território e sua identidade com o local, o segundo pelos vínculos familiares e relacionais estabelecidos pelo entrevistado e sua família e o terceiro pela sua capacidade de se movimentar através das formas organizativas do território para resistência. Outro ponto tocado pela Liderança 01 é a capacidade de estabelecer laços com a comunidade a partir da verdade sem estabelecer interesses terceiros na organização das ações, especialmente eleitoreiros.

No Coletivo Sabiá a partir do enraizamento comunitário é realizado um processo de ativação pelas redes sociais pelo Instagram ou WhatsApp, depois essa mobilização se potencializa no diálogo entre os moradores que conhecemos popularmente como ‘boca-a-boca’ como foi falado pela Liderança 04:

[...] eu não participo muito dessa mobilização. O que eu faço geralmente é compartilhar nos meus grupos do WhatsApp, compartilhar no perfil do INSTAGRAM, divulgando e espalhando a notícia. Mas dentro da comunidade eu não atuo muito nessa questão de mobilização das pessoas. Geralmente é o Coletivo Sabiá. Eu acho que vai acontecendo muito do boca-a-boca, que as pessoas sempre falam que chega uma notícia nova, eles conversam e trocam ideia uns com os outros e isso vai se espalhando. (Liderança 04)

Essa comunicação oral também é utilizada na comunidade tradicional que já tem como princípio a oralidade na transmissão de sua tradicionalidade. Nesta experiência um grupo menor fica responsável por se apropriar dos documentos e das discussões necessárias para socializar com o grupo maior nas reuniões da comunidade como traz a Liderança 05:

Temos trabalhado muito na visão de que nem todo mundo está preparado para ler textos. E é chato isso velho. Então trabalhamos na oralidade. Fazemos as reuniões, marcamos as reuniões na comunidade e vamos pautar as discussões. Então, se junta um grupo menor e levamos a pauta maior para comunidade. Junta um grupo menor e esse grupo menor que tem o conhecimento e essa paciência para trabalhar com a escrita se organiza, fecha a proposta, pauta, encerra, encaminha os documentos para DPU (Defensoria Pública da União) e aí a gente espera o retorno. Vamos fazendo aliança com movimentos sociais. Mas a organização é bancada por mulheres. As mulheres é que tomam as decisões na sua totalidade das reuniões. (Liderança 05)

Ao falar que nem todos estão preparados para ler, a liderança reforça a falta de políticas públicas para as populações do campo, floresta e das águas como afirmado por Pessoa, Moura e Carneiro (73). Levantamos aqui o debate sobre o processo de educação e a aprendizagem da leitura e sua utilização no mundo. A realidade apresentada no Brasil é que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua Educação do IBGE realizada em 2019 cerca de 29% da população brasileira apresenta analfabetismo funcional⁴¹. Por isso, compreendemos que dentro da realidade de grandes periferias e nas populações do campo, da floresta e das águas que tem seus direitos sistematicamente negados é fundamental

⁴¹ <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-jaragua-do-sul/viver-jaragua/noticia/2021/11/12/analfabetismo-funcional-atinge-29percent-da-populacao-brasileira.ghtml>.

que se estabeleça formas de comunicação pautadas na oralidade, diálogo e em representações gráficas e artísticas que conectem a população.

5.4.3 A efetividade das ações de resistência na Sabiaguaba

Em nossas entrevistas dialogamos com as lideranças comunitárias sobre como entendiam a efetividade das ações realizadas pela comunidade no enfrentamento dos problemas apresentados. Mesmo com a construção de várias atividades e sendo uma referência na resistência socioambiental na cidade de Fortaleza houve uma avaliação pessimista sobre as ações de resistência. Duas questões foram colocadas como empecilho: a primeira é a falta de conhecimento da comunidade e a segunda é a capacidade de destruição dos disseminadores de injustiça ambiental.

Ao falar sobre a falta de conhecimento da comunidade a Liderança 02 lembra de um diálogo com outro morador da Sabiaguaba:

‘Ah (nome da liderança) às vezes tu pensa em fazer nada?’ Às vezes eu penso, às vezes briga, briga, briga e a comunidade não tem o conhecimento, e a falta de conhecimento faz com o morador não esteja nem aí. Se tu faz algo o morador fala para você ‘tu é abestado, o que é que tem arranca uma plantinha dessa um mato? Uma areia velha, serve de que essa areia? O morador fala isso, mas por quê? Porque não tem conhecimento, ele não tem a noção do que aquela areiazinha naquela duna é importante para nossa vida. (Liderança 02)

A diferença entre os conhecimentos adquiridos pela Liderança 02 é o fundamental nesse diálogo, a participação nos movimentos sociopolíticos ajuda lideranças no processo de educação. Não uma educação formalizada, bancária⁴², mas uma educação para a vida, para enfrentar as contradições apresentadas pelo modelo predatório das classes dominantes. A

⁴² Termo trazido por Paulo Freire para determinar o processo educativo em que o aluno é apenas um depósito de conhecimento que é enriquecido pela doação dos mais sábios.

participação contínua nas ações de resistência e nas reuniões institucionais agem como processo formador de uma consciência com maior grau de criticidade. Essa compreensão é fortalecida por Duriguetto e Baldi (89) que defendem que a participação no desenvolvimento de propostas político-organizativas possibilita uma apreensão crítica das contradições econômicas, políticas e ideológicas. Essas criam formas próprias de reprodução e resistência no enfrentamento das oposições de classes sociais além de criarem de propostas educativas e de processos ideológicos que aparecem como alternativa emancipatória da humanidade.

Esse sentimento de descrença sobre as possibilidades de mudança e a efetividade das ações realizadas no território é aprofundado pela Liderança 01 ao comparar as ações realizadas pelas organizações da Sabiaguaba com os processos de injustiças ambientais promovidas pelo estado e grandes empresas. Para explicar seu pensamento a Liderança cita duas ações da ex-secretária Águeda Muniz que foi Secretária Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza durante 2013 a 2020:

Eu acho que não, parece que não. Parece que damos um passo à frente e caminhamos dois para trás. A sensação que temos é essa... é muito contraditório a mesma mulher que traz esse projeto para dentro da escola é a mesma que uma canetada para distribuir 50 hectares de terra atrás da escola. É muito contraditório. Eu não vou aplaudir essa mulher. Não dá para aplaudir essa mulher. Não dá para aplaudir esse governo que está fazendo isso. Porque a caneta dela destrói mais do que a gente consegue construir. Não tem como construir com esse trabalho bonitinho de colocar plástico, metal. Não Tem como construir e ela destruindo 50 hectares aqui atrás. (Liderança 01)

A capacidade de destruição, segundo a Liderança 01, tem a capacidade de destruição maior do que os movimentos defendem o território para justificar sua fala, cita o Loteamento na Mata do Miriú que teve voto favorável da secretaria na reunião do Conselho Gestor da Sabiaguaba. A fala da liderança é colocada mesmo após o processo de embargo da obra, fruto da mobilização dos coletivos da Sabiaguaba e de parceiros fora do território. A fala justifica-se pelo extenso histórico de ações estatais que atingiram culturalmente e socialmente

o território da Sabiaguaba e que debatemos em nosso capítulo sobre conflitos ambientais (90). Também foi reforçada pelo momento frágil das políticas ambientais que sofriam grande ofensiva dos ruralistas, empresários e garimpeiros e defendidas e estimuladas pelo governo Bolsonaro.

Esse processo ataque vivido pela comunidade da Sabiaguaba de maneira local e no Brasil, por diversas outras populações vulneráveis são gatilhos para processo de adoecimento, em especial atingindo a saúde mental das lideranças como vemos a seguir:

[...] eu estou cansado de resistir. Estou muito cansado de resistir, cansado. Fisicamente, emocionalmente, mentalmente. Falamos sobre saúde mental. E talvez tenha sido também um dos pontos que me fez querer passar um tempo fora do bairro. Estou nesse processo de desapego e de pensar que eu estou muito cansado de resistir sobre muitas questões. (Liderança 03)

O relato de cansaço se reafirma e encontra contradição na fala da Liderança 04, que ao mesmo tempo que lembra dos processos de derrota dos movimentos em defesa da Sabiaguaba também aponta um novo caminho a partir da vitória sobre o Loteamento na Mata do Miriú:

Geralmente o que acontecia é que lutamos para termos os nossos direitos alcançados. Mas geralmente o que ocorria é que por mais lutássemos, nós às vezes não conseguimos. Eu vou ser mais claro, nas votações para construção da CE 010, por exemplo, a nossa representatividade dentro da votação era meio que nula porque não adiantava nós votarmos porque ele sempre ia ganhar na quantidade de votos... Nosso voto, nossa quantidade de votos eram insuficientes para ter alguma disputa. Isso no dia da votação para saber se ia passar ou não construir a estrada, CE 010... certas lutas ganhamos. Como é o caso da Mata do Miriú que conseguimos embargar a obra. Às vezes a gente consegue às vezes a gente não consegue, mas eu acredito que se fortalecemos essa luta, fortalecer essa união da comunidade, do Coletivo Sabiá, da comunidade em geral de Fortaleza para conscientizar as pessoas do que está acontecendo eu acredito que isso melhora um pouco. (Liderança 04)

Ao mesmo tempo, a própria Liderança 03, que destacou o cansaço físico, mental e emocional e um processo de adoecimento relacionado a saúde mental reafirma o processo de

organização política comunitária e a resistência como alimento a continuidade da vida e das possibilidades de mudanças como vemos a seguir:

E a resistência, o processo de organização política, comunitária, na minha visão é o que tem me alimentado e me tem me feito acreditar que a vida vai continuar e podemos fazer alguma coisa. Nós também perdemos muitas lutas. A gente perdeu. Perdemos a luta para a estrada da CE 010. Primeiro para construção da ponte, talvez a gente não tivesse nem maturidade política para encarar uma luta daquela não tínhamos. Precisamos ser sinceros nisso, não tínhamos. Porque éramos muito jovens, porque não éramos tão organizados, porque os meios de comunicação não nos permitiam estar tão conectados como estamos hoje. Perdeu a luta para estrada, mas ainda resistimos muito, mas essa luta desse terreno nós não perdemos. E é uma coisa que é importante afirmar. Precisamos olhar para esse episódio e ressignificar porque se ficarmos pautados só no que a gente perdeu a gente adocece. (Liderança 03)

A Comunidade Tradicional da Boca da Barra da Sabiaguaba também compartilha dessa compreensão dado a vitória em relação a sua permanência no território tradicional como vemos na fala da Liderança 05:

Estamos sendo efetivos porque se essas reuniões não estivessem levando a lugar nenhum não teríamos tido um espaço concedido pelo estado, declarado de direito da comunidade. Não teria garantido nosso território e a permanência, não teria garantido a liberdade do território. Para mim, temos tido muito êxito. Tem conquistado muito. (Liderança 05)

Vitórias como a luta em defesa da Mata do Miriú e a permanência da comunidade tradicional em seu território reafirmam o compromisso das pessoas envolvidas nas lutas socioambientais da Sabiaguaba e reforçam o poder do processo organizativo e das ações de resistência. A efetividade na Comunidade da Sabiaguaba tanto relacionada às questões ambientais e sua interface com a saúde, quanto as outras frentes de atuação a exemplo das ações para conter a disseminação do vírus Sars Cov 02, que teve como resultado o baixo número de

mortes oriundas da Covid-19 na Sabiaguaba, apenas 16⁴³, são fundamentais para reforçar a potencialidade que experiências de VPS podem apresentar nos territórios.

⁴³ <https://coronavirus.fortaleza.ce.gov.br/boletim-epidemiologico.html>.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território da Sabiaguaba é localizado no município de Fortaleza, quinta maior cidade do Brasil, possui características naturais únicas em um conjunto de mar, rio, dunas, mangue, lagoas, lagoas interdunares e matas com configuração parcialmente preservada e rica em biodiversidade. O território possui duas Unidades de Conservação: o Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba e o Parque do Cocó, além da Área de Proteção Ambiental da Sabiaguaba. O extenso território é dividido em núcleos populacionais: Abreulândia, Verde é vida, Boca da Barra, Sabiaguaba, Gereberaba, Jaçanã. Seus dados socioeconômicos são considerados muito baixos e com problemas graves na educação, em especial, no processo de alfabetização e relacionados ao descarte regular de lixo.

A Sabiaguaba imprime uma forma de vida diferente dos demais bairros de Fortaleza, preservando características rurais marcantes num ambiente híbrido, rural e urbano. O modo vida com semelhanças rurais e a distância do centro da cidade faz com que moradores do território e de Fortaleza classifiquem o bairro como interior. Outro fato interessante reforçado pela não hegemonia urbana é a promoção de uma identidade própria e local que faz com que os seus moradores se reconheçam como “Comunidade da Sabiaguaba” ou “Sabiaguabense” reforçando a ideia de pertencimento ao local e o ideário de uma vida comunitária. A forte relação com a natureza é outro marco da representatividade do povo da Sabiaguaba e peça fundamental na compreensão da experiência debatida neste trabalho.

O território além de um espaço de moradia resguarda uma forte relação com a natureza, cultura, comunidade e tradicionalidade. A relação com a natureza, a grande presença de árvores, o aspecto verde do bairro são elementos que no olhar das lideranças comunitárias representam vida para o território. Elementos da natureza como praia, rio, dunas representam

estruturas que promovem saúde e qualidade de vida, seja pela possibilidade da prática de esporte e lazer ou pela sensação de bem-estar produzida pela experiência da vivência em locais de intensa beleza que também se relacionam com espaços promotores de saúde mental. A relação comunitária proporciona além da organização política em defesa dos direitos do território relações solidárias em defesa da segurança alimentar.

A tradicionalidade do bairro, destacado pela presença da Comunidade Tradicional da Boca da Barra da Sabiaguaba, produz saúde através da manutenção dos costumes, tradições e cultura. A relação peculiar com a natureza e comunidade nas dimensões ambientais, econômicas, sociais e políticas denotam uma proximidade com o conceito de Territórios, Saudáveis e Sustentáveis.

Ao mesmo tempo, os processos de homogeneização das relações humanas e o deslocamento de sua relação com a natureza demonstram um processo de adoecimento do território expresso fortemente pelo intenso processo de especulação imobiliária enfrentado na comunidade. Essa uniformização da vida atinge diretamente a comunidade tradicional pela mudança no espaço físico resultante da expulsão do território, a destruição da natureza e a alteração na forma de vida e trabalho causando impactos à saúde física, mental e espiritual dos moradores.

Outros problemas esgotos a céu aberto, falta de saneamento básico, lixo, enchentes, ocupações desordenadas, empresas poluidoras, introdução de animais exóticos, empreendimentos estatais e a ausência intencional do estado no território e/ou a presença negativa do estado representam outros processos de adoecimento no território da Sabiaguaba para além da comunidade tradicional.

A Sabiaguaba por apresentar grandes áreas de conservação e preservação dentro de uma metrópole construída sobre um olhar de desenvolvimento predatório e capitalista possui diversos conflitos ambientais. Compreendemos conflitos ambientais como diálogo entre os

processos de injustiças ambientais e uma organização comunitária de oposição, refletida a partir da determinação social do processo de saúde e doença e do modelo de desenvolvimento da sociedade. Desta forma, foram debatidos 7 conflitos ambientais: a ponte sobre o Rio Cocó; construção da CE 010; a invasão da CE 010 pela Duna da Baleia; a poluição da Lagoa da Precabura; a construção do Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba; as queimadas e desmatamentos; a especulação imobiliária e as construções irregulares.

Esses conflitos ambientais afetam de diversas formas o território da Sabiaguaba seja pela destruição da natureza, mudança da fotografia do local, mudança nos costumes e tradições impactando indiretamente a saúde ou de formas direta com o aparecimento de doenças e agravos a partir de determinantes e condicionantes produzidos ou intensificado pelos conflitos ambientais.

Como estratégias de combate ou superação desses conflitos ambientais surgem organizações como o Coletivo Sabiá e a Comunidade Tradicional da Boca da Barra da Sabiaguaba que promovem ações de resistência. O Coletivo Sabiá trabalha com todo o território da Sabiaguaba e reúne em sua maioria jovens de até 30 anos. A Comunidade Tradicional da Boca da Barra da Sabiaguaba tem um perfil territorial menor e conta com um grupo de 60, 70 pessoas que moram próximo à foz do Rio Cocó. Outros parceiros externos também atuam nos conflitos da Sabiaguaba: os políticos Renato Roseno, Gabriel Aguiar, Jeovah Meireles, Bia Climática, além do movimento Fortaleza pelas Dunas e o Instituto Verde Luz.

As ações de Vigilância Popular em Saúde na Sabiaguaba promovidas pelos atores citados acima formam um conjunto de princípios que me permito debater, pelo ineditismo do tema e/ou pelo precoce debate entre os pares acadêmicos. Esses princípios são: compressão enquanto defensor do território, a organização de caráter popular, um olhar vigilante sobre o território, morador cuidador, combate ao progresso/desenvolvimento, informação/comunicação e a educação ambiental. As organizações de VPS, como as da Sabiaguaba, são movimentos

democráticos, participativos que intervêm nos determinantes de saúde e na determinação social estimulando a transformação social dos territórios.

No Coletivo Sabiá diversas formas de resistências foram construídas como a Biblioteca Comunitária, que trabalha com a contação de história e é um ponto de apoio na comunidade; o Cineclube, que além de reproduzir de filme e produzir debates ainda ajuda a construir documentário falando sobre a Sabiaguaba como o “Revendo Nossa Herança” e o “Semeando as Dunas”. Atividades de educação ambiental como a limpeza da praia, mangue e dunas e as trilhas ecológicas também são realizadas como estratégias de conscientização ambiental e diálogo com a comunidade da Sabiaguaba e participantes externos.

As ações promovidas na pandemia da Covid-19 representam formas de VPS organizadas pelo Coletivo Sabiá. Guiados pela necessidade emergencial imposta pela pandemia, a falta de articulação nacional do governo federal e a imensa onda de *Fake News* sobre o tema, fez com que o coletivo entrasse em campo realizando, inicialmente, atividades de coleta de alimentos e materiais de higiene. Entretanto, somente a arrecadação de materiais não garante as necessidades da população. A partir da organização do Sabiá diversificou as ações com panfletos virtuais que dialogassem com a população e combatesse os *Fake News*, o estudo dos Boletins Epidemiológicos da covid-19 de Fortaleza com objetivo de acompanhar a quantidade casos e mortes pela doença e por último o cadastramento de idosos e pessoas sem acesso à internet para tomarem a vacina contra covid-19.

A Comunidade Tradicional da Boca da Barra se diferencia das atividades do Coletivo Sabiá por sua atuação em um território específico sem adentrar em mais espaço do bairro. Sua organização se deu a partir do processo de delimitação da poligonal do Parque do Cocó que previa a expulsão do território. A partir daí o fortalecimento da organização popular em defesa do território tradicionalmente ocupado, da comprovação da tradicionalidade e resolução de problemas que envolvem a cultura, saúde e ambiente. Um exemplo da defesa da

tradicionalidade é o espaço para o diálogo da comunidade em formato de uma oca e o projeto ‘Sabiaguaba Lixo Zero’, que atua promovendo educação ambiental na comunidade e com participantes externos. Além disso, há uma forte identidade em defender proposições futuras que defendam a tradicionalidade e a cultura da população como o processo de reflorestamento e o projeto de construção das barracas em contradição ao modelo uniformizante do Complexo Gastronômico e Ambiental da Sabiaguaba.

As formas de mobilização do Coletivo Sabiá e da comunidade tradicional são envoltas no enraizamento comunitário em dimensões da relação com território, em uma articulação com a história e a dimensão da ação/participação em um engajamento ativo na comunidade. No Coletivo Sabiá o enraizamento comunitário é ativado por redes sociais em aplicativos como o WhatsApp, Instagram e ampliados pelo processo de boca-a-boca. A forma de comunicação da Comunidade Tradicional se baseia na oralidade, pois nem todos os moradores estão preparados para a leitura, seja pelo desinteresse ou por problemas com analfabetismo funcional que atinge populações vulnerabilizadas com a Boca da Barra.

A efetividade dos processos de resistência surge no relato das lideranças em contradição. Por um lado a um processo de descrença da efetividade das ações motivado, pela falta de conhecimento da comunidade acerca das problemáticas que cercam o território, o outro fator está relacionado a força das instituições ações que realizam injustiças ambientais que sempre são maiores do que a força produzida pelos processos de resistência. Esse processo de baixa estima tem gerado cansaço físico, emocional e mental e atingido a saúde mental das lideranças. Ao mesmo tempo que as vitórias produzidas pelos processos de resistência como o embargo do loteamento da Mata do Miriú são atividades do processo de resistência e da defesa da vida no território. A comunidade tradicional tem reforçado esse sentimento de vitória pela manutenção no território e pelas conquistas políticas e práticas de resistir através da sua vida tradicional.

Esse processo de vitórias relacionado a questões ambientais e com interface na saúde como a experiência de VPS vinculada ao combate a disseminação da Covid-19 na Sabiaguaba que gerou um processo reduzido de mortes no território são fundamentais para demonstrar a potencialidade e êxito de experiências de VPS.

O trabalho apresenta limites ao não promover metodologias mais participativas como pesquisa-ação e em atuar com um número pequeno de entrevistados.

REFERÊNCIAS

- 1 Franco Netto, G. et al. Vigilância em Saúde brasileira: reflexões e contribuição ao debate da 1a Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2017, v. 22, n. 10 [Acessado 15 novembro 2021], pp. 3137-3148. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.18092017>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.18092017>.
- 2 Sabroza et al. O Mestrado Profissionalizante em Vigilância em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. In: Leal, MC., Freitas, CM. *Cenários possíveis: experiências e desafios do mestrado profissional na saúde coletiva*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 284 p.
- 3 Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). *Vigilância em Saúde. Part.1* Brasília: CONASS, 2015.
- 4 Villardi, JWR. *A vigilância em saúde ambiental no Brasil – uma reflexão sobre seu modelo de atuação: necessidades e perspectivas*. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca.
- 5 Porto, M.F., Pacheco, T., and Leroy, J.P., comps. Apresentação. In: *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 13-33. ISBN 978-85- 7541-576-4.
- 6 Carneiro, F.F.; Pessoa, V.M. Iniciativas de organização comunitária e Covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020.
- 7 Carvalho, L.V.B, Rocha, F, Finamore, R. *Vigilância Popular Ambiental e Siderurgia: As experiências de Piquiá de Baixo (MA) e Santa Cruz (RJ)*. *Ciência e Saúde Coletiva*. Dez, 2019.
- 8 Arjona, F. B. S. O ESPAÇO DA/NA VIGILANCIA POPULAR EM SAÚDE: CONSTRUÇÃO TEÓRICA INICIAL. *História, Natureza e Espaço - Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF*, [S.l.], v. 6, n. 2, jul. 2018.
- 9 Corrêa, H. R.; segall-corrêa, A. M. Lockdown ou vigilância participativa em saúde? Lições da Covid-19. *Saúde em Debate*. v. 44, n. 124, pp. 5-10, 2020.
- 10 Porto, M. F. S. Pode a Vigilância em Saúde ser emancipatória? Um pensamento alternativo de alternativas em tempos de crise. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3149-3159, out. 2017.
- 11 Sevalho, G. Apontamentos críticos para o desenvolvimento da vigilância civil da saúde. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 611-632, jun., 2016.

- 12 Breilh, J. Pilhagens, Ecossistemas e Saúde. In: Miranda, A. C. et. al. (org.). Território, Ambiente e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 278, 2008.
- 13 Porto, M. F. S. Crisis of utopias and the four justices: Ecologies, epistemologies and social emancipation for reinventing public health. *Ciencia e Saude Coletiva*, v. 24, n. 12, p. 4449–4458, 2019.
- 14 Porto, M. F. S. ; Pacheco, T.; Leroy, J. P. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. [S.l.]: Editora FIOCRUZ, 2013. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/468vp>>. Acesso em: 13 out. 2021.
- 15 Porto, M. F. S. Entre a prevenção e a precaução. In: Miranda, A. C. et. al. (org.). Território, Ambiente e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 278 p., 2008
- 16 Porto, M. F. S; Milanez, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 6, p. 1983–1994, 2009.
- 17 Fortaleza. Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). Plano de Manejo das Unidades de Conservação Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba (PNMDS) e Área de Proteção Ambiental (APA) de Sabiaguaba. Fortaleza, 2010, 304p. Fortaleza. Fortaleza em Mapas. Disponível em: <https://mapas.fortaleza.ce.gov.br/fortaleza-em-bairros/dados-dos-bairros-de-fortaleza/Sabiaguaba>. Acessado em: 30 de set. 2021
- 18 Rocha, D. A.; Meireles, A. J. A. Sabiaguaba: A COMUNIDADE, A PONTE E OS SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ECOSSISTEMA MANGUEZAL DO RIO COCÓ EM FORTALEZA/CEARÁ – O RIO COMO FRONTEIRA AO URBANO. In: Encontro Nacional da ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.
- 19 Lemos, A.L.B; Cabral, J.M.T.; Ferreira, M.C.A. EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS AMBIENTAIS DA PRAIA DA SABIAGUABA: PAISAGEM RESISTENTE NO CONTEXTO URBANO DA CIDADE DE FORTALEZA, CE. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 17., 2019, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019.
- 20 Porto, M.F.S.; Finamore, R. Riscos, saúde e justiça ambiental: O protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1493–1501, 2012.
- 21 Teixeira, C.F.; Paim, J. S.; Vilasboas, A.L. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. *Inf. Epidemiol. Sus*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 7-28, jun. 1998.
- 22 Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução MS/CNS n. 588, de 12 de julho de 2018. Fica instituída a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), aprovada por meio desta resolução. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Seção 1*, Brasília, DF, n. 13, p. 87, ago. 2018.
- 23 Alves, P. A. Vigilância popular da saúde: cartografia dos riscos e vulnerabilidades socioambientais no contexto de implantação da mineração de urânio e fosfato no Ceará. 2013.

243 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Medicina, Fortaleza, 2013.

24 Petersen, Rafael de Souza et al. Índice de Território Saudável e Sustentável dos municípios do semiárido brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. v. 36, n. 11 [Acessado 10 março 2023], e00200020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00200020>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00200020>.

25 Monken, M.; Barcellos, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 898-906, June 2005.

26 Valla VV. Educação popular e conhecimento: a monitoração civil dos serviços de saúde e educação nas metrópoles brasileiras. In: Stota EN, Valla VV, organizadores. *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1993. p. 103-112.

27 Nasrala neto, E.; Lacaz, F. A. C.; Pignati, W. A. Vigilância em saúde e agronegócio: os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. *Perigo à vista! Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 4709-4718, Dez, 2014.

28 Corrêa, Heleno Rodrigues. A utopia do debate democrático na Vigilância em Saúde. *Saúde em Debate* [online]. v. 43, n. 123 [Acessado 10 março 2023], pp. 979-986. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912300>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912300>.

29 Teixeira, M. G. et al. Reorganização da atenção primária à saúde para vigilância universal e contenção da COVID-19. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 29, n. 4, 2020.

30 Latgé, P., Araújo, D.; Silva Júnior, A. Comunicação, educação e vigilância popular em saúde em tempos de COVID-19 – a experiência das comunidades de Niterói, RJ. *APS EM REVISTA*, v 2, n. 2, p 122-127, 2020.

31 Sá, A.P.D; Fenner, A.L.D (ORG). *Curso livre de formação de agentes populares de saúde do campo no Ceará*. Fortaleza: Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

32 Breilh, J. De la vigilancia convencional al monitoreo participativo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(4):937-951, 2003

33 Breilh, J. *EPIDEMIOLOGIA CRÍTICA: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 317p., 2006.

34 Valla, V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva On popular participation: a matter of perspective. *Cad. Saúde Pública*, v. 14, p. 7–18, 1998.

35 Machado, J. M. H. et al. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. *Comunicação em Ciências da Saúde*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 243-249, 2017.

36 Buss, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.

37 Porto, M. F.S.; Rocha, D.F.; Finamore, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.19, n.10, pp. 4071- 4080, 2014.

38 Buss, P.M.; Carvalho, A.I. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 14, n. 6, pp. 2305-2316. 2009.

39 Bezerra e Sorpreso, 2016) – Bezerra, I. M. P.; Sorpreso, I. C. E. Conceitos de saúde e movimentos de promoção da saúde em busca da reorientação de práticas. *Hum Growth Dev*, v. 26, n. 1, p. 11-16, 2016.

40 Malta. D. C.; Morais neto, O. L.; Silva, M. M. A.; Rocha, D.; Castro, A. M.; Reis, A. A. C.; Akerman. M. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. *Rev. Ciência & Saúde Coletiva*, 21(6):1683-1694, 2016.

41 Brasil, VIII Conferência Nacional de Saúde, relatório final, 1986.

42 BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Portaria nº 687 MS/GM, de 30 de março de 2006.

43 Minayo, M. C. S. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14ª ed. São Paulo: HUCITEC, p. 303, 2014.

44 Piovesan, A; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista de Saúde Pública*. v. 29, n., pp. 318-325, 1995.

45 Flick, U. Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, p. 248, 2013.

46 Governo do estado do Ceará. Secretaria de Saúde. Plano Estadual de Contingência para resposta às emergências em saúde pública doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19), p. 76, 2020.

47 Fiocruz. Convivência com a COVID-19 na Fiocruz. p. 32, 2020.

48 Bardin, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2006.

49 Bardin, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, p. 229, 2011.

50 Souza, L. K. de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 nov. 2021.

51 Sousa, L. D. A. Os grupos pré-históricos ceramistas da praia de Sabiaguaba, Fortaleza/CE-Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

52 Souza, L. S. F; Silva, E.V; Vasconcelos, F. P. AS UCS DE SABIAGUABA (FORTALEZA - CEARÁ, BRASIL): DIAGNÓSTICO GEAMBIENTAL E PROPOSTAS DE GESTÃO E MANEJO. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47E SE-Ordenación, Gestión, Riesgo y Vulnerabilidad, 31 dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2697>>

53 Bentemuller, L. A. de A.; Gomes, A. C. A. G. A. A IMPORTANCIA DO GEOPROCESSAMENTO PARA ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DE SABIAGUABA EM FORTALEZA-CE. CADERNOS DE CIÊNCIAS & TECNOLOGIA, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 150–167, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CCiT/article/view/2018>. Acesso em: 28 set. 2021.

54 IBGE. Apresentação Fortaleza em número. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjz6Oqp7qfzAhUplZUCHYASAyAQFnoECAIQAAQ&url=https%3A%2F%2Furbanismoemambiente.fortaleza.ce.gov.br%2Fimages%2Furbanismo-e-meio-ambiente%2Fforum-da-cidade%2Fapresentacao_fortaleza_em_numeros_-_ibge.pdf&usq=AOvVaw2QPjjHpDupUfCh3x389LX6. Acesso em: 30 de setembro, 2021.

55 ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano. 2021. P. 44.

56 População. População Sabiaguaba – Fortaleza. Disponível em: https://populacao.net.br/populacao-sabiaguaba_fortaleza_ce.html. Acesso em: 30 de set. 2021.

57 Rabelo, Silva et al. SABERES AMBIENTAIS E CONHECIMENTOS IDENTITÁRIOS: A CONSTRUÇÃO DE UMA EXTENSÃO NA COMUNIDADE DA BOCA DA BARRA - SABIAGUABA - FORTALEZA - CEARÁ Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), deliberou no artigo no 3 que comunid. 2019, [S.l: s.n.], 2019. p. 1–12.

58 Santos, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS et al. Território, territórios ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. Cap. 1, 13-21.

59 Haesbaert, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, Milton. Becker, K. B. (Org.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 3. ed. 2011. p. 43-72.

60 Monken, M et. al. O território na saúde construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: Miranda, A. C. et. al. (org.). Território, Ambiente e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 278 p., 2008.

- 61 Binsztok, Jacob. TERRITÓRIOS: ENSAIOS SOBRE O ORDENAMENTO TERRITORIAL - 3ªED. (2011). ESPACO, TERRITORIO E PAISAGEM. 416p.
- 62 Lopes, P. D. P.; Teixeira, N. S.; Bentemüller, L. A. DE A.; Oliveira, M. M. N. DE. OCUPAÇÕES IRREGULARES NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE DUNAS DA SABIAGUABA, FORTALEZA, CEARÁ. Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), v. 21, n. 2, p. 1321-1332, 30 set. 2019.
- 63 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [Acesso em 29 dez 2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- 64 Teixeira, A. C. A.; Linhares, A. M. B.; Rigotto, R. M.; Paulino, A. G. L. A afirmação da identidade de "povos do mangue" em meio ao conflito com o hidronegócio: a carcinicultura no Cumbe, Aracati (CE). In: Fernando Ferreira Carneiro; Vanira Matos Pessoa, Ana Cláudia de Araújo Teixeira. (Org.). Campo, Floresta e Águas: práticas e saberes em saúde. 1ed.Brasília: Editora UnB, 2017, v. 1, p. 369-405.
- 65 Farias, Heitor Soares de. ESPAÇOS DE RISCO À SAÚDE EM CONSEQUÊNCIA DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA. Mercator (Fortaleza) [online]. 2017, v. 16
- 66 Ladeia, G.L. POLUIÇÃO SONORA: uma ameaça à saúde? Revista Saúde e Meio Ambiente – RESMA, Três Lagoas, v. 9, n. 3. agosto/dezembro. 2019.
- 67 Perfil socioeconômico de fortaleza v-2 - IPECE, 2012 - Fortaleza - CE Organizadores: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Cleyber Nascimento de Medeiros.
- 68 Fiocruz. Caderno de orientações dos agentes populares de saúde: vigilância popular em saúde potencializando os territórios no enfrentamento da Covid 19 [livro eletrônico] / [autores e coordenadores] Osvaldo Peralta Bonetti, Etel Matielo, Lilian Silva Gonçalves. Brasília: Fiocruz, 2021, p. 78.
- 69 Schappo, S. Fome e Insegurança Alimentar em Tempos de Pandemia da Covid-19. Comitê Estadual SUAS-SC COVID-19: em defesa da vida. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2020, 11.
- 70 Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: relatório 2021 / organização Sávio Barros, Alzira Medeiros, Erina Batista Gomes. -- 2. ed. Olinda: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021. 256 p.
- 71 Carvalho, Yara Maria de. O “Mito” da Atividade Física e Saúde. São Paulo: Hucitec, 2004, 177 p.
- 72 Brasil. Ministério da Saúde. Guia de Atividade Física para a População Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, p.52, 2021.
- 73 Campos, Ticianne Bezerra; Amaral, Carlos Eduardo Menezes. ATIVIDADE FÍSICA E TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS NO CAPS AD DE QUIXADÁ/CE. Cadernos ESP, Ceará. 2021, JAN. ABR.; 15: 63-76

74 Krenak, A. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras.

75 OMS. Conferência Internacional de Saúde. Constituição da Organização Mundial da Saúde, 1946.

76 Conselho Pastoral dos Pescadores, Org.: Tomáz, Alzení de Freitas & Santos, Gilmar. Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil. Brasília: Conselho Pastoral dos Pescadores. 2016. 104p.

77 Porto, Marcelo Firpo de Souza et al. Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde. Serviço Social & Sociedade [online]. 2015, v. 00, n. 123 [Acessado 11 janeiro 2023], pp. 523-543. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.035>>.

78 Pessoa, Vanira Matos, Almeida, Magda Moura e Carneiro, Fernando Ferreira. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? Saúde em Debate [online]. 2018, v. 42, n. spe1 [acessado 11 janeiro 2023], pp. 302-314. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042018S120>>.

79 Frota, Henrique Botelho. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DIREITO À MORADIA EM FORTALEZA/CE. In: Anais do XV Congresso Nacional do CONPEDI, 2006. Manaus: Publica Direto; 2006. p. 1576-1590.

80 Almeida, Lutiane Queiroz de; DE CARVALHO, Pompeu Figueiredo. Riscos naturais e sítio urbano-inundações na bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, região Metropolitana de Fortaleza, Brasil. Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 11, n. 2, 2010.

81 Freire, Neison Cabral Ferreira; Bonfim, Cristine Vieira do; Natenzon, Claudia Eleonor. Vulnerabilidade socioambiental, inundações e repercussões na Saúde em regiões periféricas: o caso de Alagoas, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2014, v. 19, n. 9 [Acessado 13 janeiro 2023], pp. 3755-3762. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-1232014199.07572014>.

82 Silva *et al.* Saneamento e Saúde. Série Fiocruz - Documentos Institucionais. Coleção Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. 2018.

83 Carvalho, MF; Silva, SWS; Souza, Jo; Vieira, FG; Freitas, RJM. IMPLICAÇÕES DO LIXO NO PROCESSO SAÚDE/DOENÇA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. Revista Saúde e Meio Ambiente – RESMA, Três Lagoas/MS, agosto/dezembro, 2021, 11(2). p.50-60.

84 Gonçalves Ferreira, R. (2017). IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO LIXÃO DA CIDADE DE CONDADO-PB. Geografia Ensino & Pesquisa, 21(3), 142–151

85 Besen, Gina Rizpah et al. Coleta seletiva na Região Metropolitana de São Paulo: impactos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ambiente & Sociedade [online]. 2014, v. 17, n. 3 [Acessado 16 janeiro 2023], pp. 259-278. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300015>>.

- 86 Almeida, Valéria Campos de. Coleta seletiva de resíduos sólidos em Fortaleza-CE: uma avaliação do ecoponto do bairro de Fátima. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.
- 87 Rodrigues, Amanda Kelly da Silva. Conhecimento etno-ornitológico de moradores da comunidade da Sabiaguaba (CE). 39 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- 88 Saraiva V da C, Almeida BM de, Gomes D dos RA, Araújo M dos S, Freitas WL dos S, Cruz ER da. Avaliação da fertilidade do solo e a supressão da mata ciliar de uma área do rio Parnaíba: impactos ambientais em uma perspectiva educacional / Evaluation of soil fertility and the suppression of ciliary forest in an area of rio Parnaíba: environmental impacts in an educational perspective. Braz. J. Develop. [Internet]. 2020 jun. 26 [cited 2023 Feb. 6];6(6):41061-77. Available from:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/12271>
- 89 CAMPANA, Lara Souza. Análise do plano de manejo e panorama atual do Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba. 2017. 99 f. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- 90 Lopes PDP, Teixeira NS, Bentemüller LA de A, Oliveira MMN de. OCUPAÇÕES IRREGULARES NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE DUNAS DA SABIAGUABA, FORTALEZA, CEARÁ. Rev. C. Geog. Sobral [Internet]. 30º de setembro de 2019 [citado 22º de fevereiro de 2023];21(2):1321-32. Disponível em:
<http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/605>
- 91 FERREIRA, Helena Catão Henriques; CARNEIRO, Maria José. Conservação ambiental, turismo e população local. Cadernos Ebape.br, [s.l.], v. 3, n. 3, p.01-13, 2005.
- 92 Carneiro FF, Pessoa VM. Iniciativas de organização comunitária e Covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. Trab. Educ. Saúde2020; 18(3):1-8.
- 93 CLAUDINO-SALES, V. Sistema naturais e degradação sócio – ambiental no Estado do Ceará. In: Diagnóstico sócio – ambiental do Estado do Ceará. O olhar da sociedade civil. Fortaleza, 1993.
- 94 Meneses, M.N, Quadros, J.D, Marques, G.P, Nora, C.R.D, Carneiro, F.F, Rocha, C.M.F. PRÁTICAS DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE NO BRASIL: REVISÃO DE ESCOPO. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2023/Jan). [Citado em 03/03/2023]. Está disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/praticas-de-vigilancia-popular-em-saude-no-brasil-revisao-de-escopo/18646?id=18646&id=18646>
- 95 Silva, L.R.C., Diógenes, S.S, Meneses, M.N, Arjona, F.B.S, Arruda, C.A.M, Teixeira, A.C.A, PESSOA, V.M, Carneiro, F.F. Vigilância Popular da Saúde, Ambiente e Trabalho (VPSAT): uma revisão integrativa da literatura. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2023/Jan). [Citado em 03/03/2023]. Está disponível em:
<http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/vigilancia-popular-da-saude-ambiente-e-trabalho-ypsat-uma-revisao-integrativa-da-literatura/18647>

- 96 Sousa IV, Brasil CCP, Silva RM, Vasconcelos DP, Filho JEV, Finan TJ, Bezerra IN, Pinheiro, CPO. Enfrentamento de problemas que impactam na saúde de uma comunidade socialmente vulnerável sob a ótica dos moradores. *Cien Saude Colet* 2019; 24(5):1647-1656.
- 97 BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. 1 ed. 199 p. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 1999.
- 98 CASANOVA, A.O; PEITER, PC; CARRIJO, RSGG. Informação para ação: o papel dos sistemas de informação em saúde na formação profissional em Vigilância em Saúde. In: PEREIRA, IB. Estudos de politécnica e saúde. Volume 3. Rio de Janeiro: EPSJV; 2008.
- 99 RAMOS, Camila Silva. Aprendizagem baseada em projetos na investigação dos serviços ecossistêmicos dos manguezais em Estância-SE. 2022. 238 f. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022.
- 100 BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. de F. Movimento estudantil brasileiro: da formação às estratégias de luta na atualidade. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, MG, v. 8, n. 2, p. 215–231, 2017. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i2.882. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/6967>. Acesso em: 6 mar. 2023.
- 101 CAMPOS, CRT; VIRGÍNIO, G; VIRGÍNIO, ML; THIENGO, ER. Projeto de extensão "Cine Clube café com leite" para o trabalho com a diversidade. *Revista Extensão e Cidadania*. V9, N.15, jan/jul; 2021.
- 102 Silveira Lemos FC, Santos I do C, Barros Neta FT de, Nogueira T de S. SAÚDE E LUTAS POR DIREITOS HUMANOS COMO RESISTÊNCIA AOS BIOPODERES NA AMAZÔNIA. *Rev Psi Divers Saúde* [Internet]. 30º de abril de 2015 [citado 5º de março de 2023];3(1). Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/378>
- 103 Brasil. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2007.
- 104 Nasser MA, Calazans MO, Fegadolli C, Oliveira SB, Rodrigues JF, Costa RC, Santos EHM, Zanchetta GM, Furtado LAC. Vulnerabilidade e resposta social à pandemia de Covid-19 em territórios metropolitanos de São Paulo e da Baixada Santista, SP, Brasil. *Interface - Comunic., Saude, Educ.* 2021; 25(Supl. 1):1-18.
- 105 Trindade AAM, Pena PGL, Lima MAG, Freitas MCS, Araújo, KL. Vigilância popular da saúde nas comunidades pesqueiras tradicionais e ecologia dos saberes no enfrentamento à COVID-19. *Cien Saude Colet* 2021; 26(12):6017-6026.
- 106 Machado JMH, Pivetta F, Silva JFS, Bonetti O P. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In.: *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz. 2021; 397-411.

107 Sá, APD. VIGILANCIA POPULAR NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19: Formação-ação em Agentes Populares de Saúde do Campo no Ceará. 2023. 155f. Dissertação (Políticas Públicas em Saúde). Escola de Governo Fiocruz Brasília, Fortaleza, 2023.

108 Müller CB. "Viver em comunidade não é tão ruim assim": experiências de participação comunitária e enraizamento no residencial Jardim Bassoli do Programa Minha Casa Minha Vida [Internet]. 2021; [citado 2023 mar. 05] Available from: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-03122021-161501/>

109 Duriguetto ML, Baldi LA de P. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. Rev katálysis [Internet]. 2012Jul;15(Rev. katálysis, 2012 15(2)):193–202. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000200005>

110 SANT'ANNA, F.M. Conflitos socioambientais no Brasil e o governo Bolsonaro: a trajetória da política ambiental e suas repercussões internacionais. In: BARBOSA, J.R.; HERNANDEZ, O.A.P. Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise das “democracias”. 254 p. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Idade:
2. Estado civil: Solteiro casado viúvo divorciado união estável
3. Raça/cor: Branca Preta Parda Indígena Amarela
4. Nível de escolaridade: Analfabeto fundamental incompleto fundamental completo médio incompleto médio completo superior incompleto superior incompleto técnico incompleto técnico completo
5. Religião: evangélica católica espírita candomblé umbanda outras _____
6. Renda familiar? _____
7. Além de você, mais alguém na família trabalha e contribui para o sustento da casa? _____
8. Qual sua relação com o território da Sabiaguaba? (Modo de vida, trabalho e história)
9. Para você, o que promove vida no bairro da Sabiaguaba?
10. O que promove adoecimento na Sabiaguaba?
11. Existe algum conflito socioambiental no território? Fale sobre ele e seus prejuízos a curto e longo prazo para o ambiente e para a saúde da população.
12. Quais as ações de resistência frente aos conflitos socioambientais apresentados? Quem são os principais atores? Como ocorre a mobilização da comunidade? Essas ações de resistência têm sido efetivas?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(TCLE)

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado (a) como voluntário a participar da pesquisa: “O TERRITÓRIO DA SABIAGUABA E A CONSTRUÇÃO DA VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE E AMBIENTE”, desenvolvida por Alan Raymison Tavares Rabelo mestrando do Programa de Mestrado em Política Públicas em Saúde – Turma Especial: Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, da Escola de Governo da Fiocruz Brasília, da Fundação Oswaldo Cruz (EFG/GEREB/FIOCRUZ), Brasília - DF, sob orientação do Prof. Dra. Juliana Wotzasek Rulli Villardi e coorientação da Prof. Dr. Fernando Ferreira Carneiro. O motivo que nos levou à proposição do estudo é a necessidade de analisar as ações e elaborações de Vigilância Popular em Saúde e Ambiente no território da Sabiaguaba.

OBJETIVO: Analisar a Vigilância Popular em Saúde e Ambiente como estratégia de enfrentamento aos conflitos ambientais no território da Sabiaguaba.

METODOLOGIA: A pesquisa analisará dados coletados através de documentos públicos e de entrevistas semiestruturadas elaboradas com lideranças comunitárias da Sabiaguaba. No seu caso, trata-se de uma participação respondendo a um questionário elaborado com perguntas abertas e fechadas.

RISCOS: A pesquisa prevê riscos mínimos aos participantes relacionados ao desconforto ao responder às perguntas contidas na entrevista semiestruturada, ao tempo utilizado para respondê-las e aos riscos associados a Covid-19. Os riscos tentaram ser reduzidos ao máximo, garantimos que tomaremos todas as precauções para que a divulgação deste estudo não cause

qualquer problema aos participantes. No que se refere ao desconforto ao responder as perguntas a equipe elaborou questionamentos que devem ser facilmente compreendidos. Em relação ao tempo, os voluntários serão contactados com antecedência de forma a agendar o melhor dia e horário para a participação. Os riscos de contaminação dos participantes e do pesquisador serão minimizados considerando o seguimento rigoroso dos protocolos de segurança do Governo do Estado do Ceará (2020) e da FIOCRUZ (2020) a fim de resguardar a saúde de todos envolvidos na pesquisa.

BENEFÍCIOS: Entendemos como benefício a reflexão obtida através das perguntas juntamente com a qualificação da formação da liderança comunitária.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: você poderá solicitar esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer fase do estudo. Você é livre para recusar-se a participar ou interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem necessidade de justificção. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade. Os pesquisadores asseguram que sua identidade será preservada e que o sigilo será mantido.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO: a participação no estudo não acarretará custos para você e não disponibilizará nenhuma compensação financeira. Se você tiver algum constrangimento poderá entrar em contato com a equipe que prestará apoio e fará os encaminhamentos que se fizerem necessários.

Este convite é encaminhado às lideranças comunitárias acima de 18 anos.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, o participante poderá solicitar à pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá

ser feito por meio de contatos explicitados no anexo deste Termo. Cabe destacar que o senhor não é obrigado a participar deste estudo, já que sua participação é voluntária, e o senhor tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, podendo suspender sua participação a qualquer momento, não sendo penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação.

Os resultados de todas as entrevistas serão utilizados na elaboração do trabalho final do estudo e/ou podem ser utilizados em artigos e apresentações em congressos científicos. Informo que será garantido sigilo com o seu nome, que não será citado em nenhum momento. Outro ponto importante a destacar é que serão garantidas a confidencialidade e a privacidade de todas as informações prestadas.

Assim, para a coleta de dados será realizada a aplicação de uma entrevista semiestruturada sobre ações de vigilância popular em saúde e os conflitos ambientais no território da Sabiaguaba, de forma individual, com data e hora pré-agendadas, conforme sua disponibilidade. Será assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que é exatamente esse documento, em duas vias, assinado pelo voluntário e pelo pesquisador.

O participante receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela eliminação total de quaisquer informações que permitam identificá-lo.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 (cinco) anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/ENSP.

Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz Brasília, nos telefones (61) 3329-4607/ (61) 3329-4638, ou no seguinte endereço: Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, CEP: 70904-130- Brasília-DF. O horário de atendimento é de 2ª a 6ª feira, das 9:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00. Ou ainda, em contato com o pesquisador

Alan Raymison Tavares Rabelo, pesquisador responsável pelo e-mail alanraymison@hotmail.com ou telefone, (85) 987805429, em qualquer dia e horário quando haja necessidade. Você está ciente e foi informado (a) sobre o teor do projeto, seus objetivos e metodologia do estudo e concorda em participar da pesquisa mediante a assinatura neste termo.

Dados para Contato:

Nome do pesquisador: Alan Raymison Tavares Rabelo

Telefone: (85) 987805428

E-mail: alanraymison@gmail.com

Participante: Eu, _____, concordo em participar deste estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pela pelo pesquisador sobre o estudo e seus procedimentos, bem como os riscos ou benefícios decorrentes da minha participação.

Assinatura: _____

Local/Data: _____, _____ de _____ de 2022.

Pesquisador: Esclarece a pesquisa proposta com o (a) participante, o qual compreendeu os benefícios, riscos e alternativas (incluindo a de não-participação) e deu seu livre consentimento em participar deste estudo.

Nome: Alan Raymison Tavares Rabelo

Local/Data: _____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura da Pesquisador: _____

APÊNDICE C**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS EDUCACIONAIS E DE PESQUISA**

Eu, _____

voluntário (a) da pesquisa intitulada “O TERRITÓRIO DA SABIAGUABA E A CONSTRUÇÃO DA VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE E AMBIENTE”, desenvolvida pelo pesquisador Alan Raymison Tavares Rabelo Rabelo mestrando do Programa de Mestrado em Políticas Públicas em Saúde – Turma Especial: Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, da Escola de Governo da Fiocruz Brasília, da Fundação Oswaldo Cruz (EFG/GEREB/FIOCRUZ), Brasília - DF, sob orientação do Prof. Dra. Juliana Wotzasek Rulli Villardi e coorientação da Prof. Dr. Fernando Ferreira Carneiro. Tenho ciência e autorizo a gravação e utilização da minha imagem e/ou som de voz.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, seja ele televisão, rádio ou internet. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do pesquisador Alan Raymison Tavares Rabelo e do Programa de Mestrado em Políticas Públicas em Saúde. Deste modo, declaro que tenho ciência, concordo e autorizo o uso nos termos acima descritos, da minha imagem e/ou som de voz.

Este documento ficará sob guarda do Pesquisador Alan Raymison Tavares Rabelo e do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho, disponível para a consulta.

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) participante

Pesquisador responsável

Alan Raymison Tavares Rabelo